

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS – GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – MESTRADO

EMANUELA OLIVEIRA DE ALMEIDA BARROS

**A CONTRIBUIÇÃO DO CONSELHO DA MULHER DE SOROCABA  
PARA A EFETIVAÇÃO DA IGUALDADE DE DIREITOS  
E OPORTUNIDADE PARA AS MULHERES**

SOROCABA  
2021

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS – GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – MESTRADO

EMANUELA OLIVEIRA DE ALMEIDA BARROS

**A contribuição do Conselho da Mulher de Sorocaba para a efetivação da igualdade de  
direitos e oportunidade para as mulheres**

Sorocaba/SP  
2021

EMANUELA OLIVEIRA DE ALMEIDA BARROS

**A contribuição do Conselho da Mulher de Sorocaba para a efetivação da  
igualdade de direitos e oportunidade para as mulheres**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientação:  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Viviane Melo de Mendonça

Sorocaba/SP  
2021

BARROS, Emanuela Oliveira de Almeida. A contribuição do Conselho da Mulher de Sorocaba para a efetivação da igualdade de direitos e oportunidade para as mulheres. 2021. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Centro de Ciências Humanas e Biológicas, Universidade Federal de São Carlos/SP, 2021.

#### BANCA EXAMINADORA

Orientadora:

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Viviane Melo de Mendonça  
Universidade Federal de São Carlos

Examinadora:

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Josefina de Fátima Tranquilin Silva  
Associação de Transgêneros de Sorocaba

Examinadora:

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Carla Corrochano  
Universidade Federal de São Carlos

Sorocaba, 13 de agosto de 2021

Barros, Emanuela Oliveira de Almeida

A contribuição do Conselho da Mulher de Sorocaba para a efetivação da igualdade de direitos e oportunidade para as mulheres / Emanuela Oliveira de Almeida Barros -- 2021.  
148f.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de São Carlos, campus Sorocaba, Sorocaba  
Orientador (a): Viviane Melo de Mendonça  
Banca Examinadora: Josefina de Fátima Tranquilin Silva, Maria Carla Corrochano  
Bibliografia

1. Conselho dos Direitos da Mulher. 2. Igualdade de Gênero. 3. Memória. I. Barros, Emanuela Oliveira de Almeida. II. Título.

Ficha catalográfica desenvolvida pela Secretaria Geral de Informática (SIn)

DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Bibliotecário responsável: Maria Aparecida de Lourdes Mariano -  
CRB/8 6979

À Mazé, Marilene, Glória, Thara, Valéria e Drika

Às mulheres conselheiras de Sorocaba

## AGRADECIMENTOS

Meus agradecimentos iniciais são para as mulheres que tornaram esta pesquisa possível, minha gratidão a **Mazé, Mari, Glória, Thara, Valeria e Drika** por abrirem a porta de suas casas e seu coração, dividirem comigo suas memórias, suas lutas e angústias, suas dores. Sou grata por tudo que vocês construíram dentro do Conselho da Mulher de Sorocaba, minha mais profunda admiração.

Agradeço também às **conselheiras do Conselho da Mulher de Sorocaba**, as que nos antecederam e aquelas que caminham comigo lado a lado na atual gestão. Agradeço a coragem, o amor, a dedicação, a força de cada uma, e tenho certeza que juntas somos mais e melhores. Portanto, a todas vocês dedico esta dissertação.

Um agradecimento especial a **Elisa Gomes** (in memoriam) mulher de luta, primeira presidente do Conselho da Mulher de Sorocaba (1984- 1987) que me inspirou neste trabalho, sua presença marcante nesse movimento de mulheres me serviu de guia e inspiração. Foi você que nos ensinou que o Conselho é uma aliança fraterna entre mulheres, e isso é o quanto basta.

Agradeço ainda à **Cintia de Almeida**, presidente do Conselho da Mulher (1995-1998), por ceder importantes documentos históricos do período, e ao historiador **Carlos Carvalho Cavalheiro** que me auxiliou na pesquisa de datas e documentos, meu muito obrigado.

Não poderia também deixar de agradecer às amigas **Carol Duarte** e **Melissa Constantino** pelo apoio e incentivo, à **Cris Frange** pela ajuda com a tradução, à **Sueli** que revisou o texto, obrigada de coração. As minhas colegas do mestrado **Sandra, Cassia** e **Priscila**, sem o apoio e ajuda de vocês eu teria desistido ou nem iniciado essa jornada, obrigada minhas amigas queridas. À **Daia, Tamires, Fer Ikedo, Duda, Iarinha, Thiago, Aninha, Caique, Jenny**, muito obrigada por toda a ajuda e carinho.

Agradeço também toda à **Turma da linha 2**. Como foi gratificante e inspirador poder aprender com vocês a cada encontro um novo respiro, uma chama de esperança renovada, foi um prazer. Também agradeço aos **colegas pós-graduação em Estudos da Condição Humana** e em especial ao professor **Geraldo** pelos ensinamentos que levarei para toda vida.

Agradeço às **professoras da Linha 2 do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFSCar de Sorocaba** por me permitir ser acolhida na academia, mesmo achando que ali não seria o meu lugar. Aprendi com vocês a importância de escovar as palavras, de ler através das entrelinhas, que a memória é fonte histórica, que o aprendizado pode ser acolhedor e principalmente que a educação é realmente uma prática de liberdade, prometo daqui para frente nunca mais deixar de transgredir.

Às professoras **Kelen, Maria Clara e Josefina**, não tenho palavras para agradecer tudo que aprendi e aprendo com vocês, serei grata eternamente.

À professora **Viviane**, minha doce e dedicada orientadora, meu agradecimento mais que especial. Obrigada Vivi por não ter desistido de mim, sem você para me acolher e me levar pela mão nesse tortuoso caminho do Mestrado eu não teria chegado até aqui. Sei o quanto te dei trabalho e preocupação, e por isto minha dívida com você é infinita. Obrigada por ser a melhor professora do mundo, te amo imensamente querida.

À minha família, porque são vocês que dão sentido à minha vida.

Ao **Ara** por ser meu sócio da vida, dividindo derrotas e vitórias, e sempre me apoiando para nunca desistir dos meus sonhos. À minha mãe **Raquel**, que pelo exemplo me incentivou a ser uma leitora apaixonada. A mulher que me tornei, devo a ela.

À **Helena** minha iluminada, e à **Luisa** minha lutadora, todo meu amor e dedicação tudo isso é para vocês, filhas queridas, para que vocês possam um dia viver numa sociedade igualitária, e que tenham uma vida liberta, liberta de preconceitos.

*Amo vocês.*



*É uma aliança fraterna, esculpida com os elos das nossas histórias, com as lágrimas e dores de nossa memória. Viemos porque é urgente, imperiosa, a construção de um novo palco, onde nunca estivemos, pois não nos contemplaram. Agora, nós somos protagonistas de um novo espetáculo, onde nossa energia psíquica é onda alta, é luz, consciência viva iluminando um chão sagrado, que se abre aos nossos passos, fecundando novas sementes, florescidas, amadurecendo as raízes das nossas escolhas, por uma vida sem máscaras. Vida de coragem, de novas descobertas, sem fronteiras. Vida liberta. Vida liberta de preconceitos.*

Elisa Gomes, 2019

**Figura 1:** Retalhos de uma vida



Fonte: Produção painel CMDM. Acervo pessoal da artista Dora Gonçalves, 2005.

Painel feito em tecido, pintado à mão, foi doado para o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Sorocaba, em 2005. Desde então, o painel está exposto na sede do CMDM.

O painel intitulado “Retalhos de uma vida”, representa as dificuldades que as mulheres enfrentam e a importância do trabalho realizado com mulheres, sejam elas crianças, jovens, adultas e senhoras. Os alinhavos representam a necessidade de costurar nossas feridas, a poesia e a beleza da força da mulher.

**Autora:** Dora Gonçalves

BARROS, Emanuela Oliveira de Almeida. A contribuição do Conselho da Mulher de Sorocaba para a efetivação da igualdade de direitos e oportunidade para as mulheres. 2021. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Centro de Ciências Humanas e Biológicas, Universidade Federal de São Carlos/SP, 2021.

## RESUMO

Esta dissertação teve como objetivo geral explicitar as memórias da contribuição do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Sorocaba para a efetivação da igualdade de direitos e oportunidade para as mulheres, considerando a interseccionalidade de gênero, classe, raça e sexualidade. Como objetivos específicos o trabalho buscou compreender a história da criação dos Conselhos de mulheres no Brasil; como se deu a institucionalização do movimento de mulheres e a importância dos conselhos municipais de direitos da mulher; e, por fim, apreender a história do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Sorocaba a partir das memórias das mulheres que participaram do Conselho. Para desvendar as questões propostas e apontar possíveis respostas, fizemos a opção pela metodologia da história oral. Partimos, inicialmente, dos seguintes questionamentos: por que é importante ouvir as memórias das mulheres que fizeram a história desse Conselho? Por que é importante ouvi-las evocando suas memórias vividas por meio de suas narrativas? Assim, a partir dessas indagações procurou-se desvendar o cenário no qual acontecimentos marcantes da luta dos direitos das mulheres na cidade de Sorocaba, expressam também fragmentos da luta pelos direitos das mulheres no Brasil e no mundo. Ouvindo as memórias das mulheres atuantes nesse Conselho, de 1984 a 2020, pudemos, de certa forma, desvendar o cenário no qual se desenvolveram as lutas, as disputas, as frustrações, os limites impostos ao movimento de mulheres, além de compreender o que tornou o Conselho um importante campo político de intervenção, constituindo-se em um centro permanente de debates sobre questões da mulher e também em um mecanismo de implementação de políticas públicas para esse gênero.

**Palavras-chave:** Conselho dos Direitos da Mulher; Igualdade de Gênero; Emancipação Feminina; Memória.

BARROS, Emanuela Oliveira de Almeida. A contribuição do Conselho da Mulher de Sorocaba para a efetivação da igualdade de direitos e oportunidade para as mulheres. 2021. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Centro de Ciências Humanas e Biológicas, Universidade Federal de São Carlos/SP, 2021.

## **ABSTRACT**

This dissertation had as general objective to explain the memories of the contribution of the Municipal Council for Women's Rights of Sorocaba to the realization of equal rights and opportunities for women, considering the intersectionality of gender, class, race and sexuality. As specific objectives, the work sought to understand: 1) - The History of the Creation of Women's Councils in Brazil, 2) - Understand how the institutionalization of the women's movement took place and the importance of municipal councils for women's rights; 3) - Learn the history of the Municipal Council for Women's Rights in Sorocaba (Conselho dos Direitos da Mulher de Sorocaba) from the memories of the women who participated in the council. To unravel the proposed questions and point out possible answers, I opted for the oral history methodology. Starting from the following questions: why is it important to listen to the memories of the women who made the history of this council? Why is it important to hear them evoking their lived memories through their narratives? Thus, from these questions, I tried to unravel the scenario in which the remarkable events in the struggle for women's rights in the city of Sorocaba developed, which also express fragments of the struggle for women's rights in Brazil and around the world. By listening to the memories of the women who made the history of this council from 1984 to 2020, I was certainly able to unravel the scenario in which struggles, disputes, frustrations, the limits imposed on the women's movement developed and understand what makes the council an important political field of intervention, constituting a center that remains for debates on gender issues, and also the mechanism for the implementation of public policies for this same segment.

**Keywords:** Women's Rights Council; Gender equality; Female Emancipation; Memory.

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

ATS	Associação Transgêneros de Sorocaba
CEDAW	Grupo de Especialistas sobre a Discriminação Contra as Mulheres
CEMEVES	Comissão de Enfrentamento a Violência Sexual de Crianças e Adolescentes
CEREM	Centro de Referência da Mulher
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CIM	Centro de Integração da Mulher -
CMDM	Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres
CIPETP	Comitê Regional de Enfrentamento e Combate ao Tráfico de Pessoas
CUFA	Central Única das Favelas
DDM	Delegacia de Defesa da Mulher
FBS	Fórum Brasileiro de Segurança
FLONA	Floresta Nacional de Ipanema
FSEXPOL	Grupo de Estudos Feminismos, Sexualidade e Política
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MOMUNES	Movimentos das Mulheres Negras de Sorocaba
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
ONU	Organização das Nações Unidas
PLP	Promotora Legais Populares
PT	Partido dos Trabalhadores
SECID	Secretaria da Cidadania e Participação Popular
SPM	Secretaria de Políticas para Mulheres
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFSCAR	Universidade Federal de São Carlos
UNIFEM	Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher
UNISO	Universidade de Sorocaba
UNIT	Universidade do Trabalhador em Sorocaba

## LISTA DE FIGURAS

- Figura 1:** Retalhos de uma vida
- Figura 2:** Elisa Christina Gomes, primeira presidente eleita do CMDM de Sorocaba
- Figura 3:** Matéria sobre a inauguração da Delegacia de Defesa da Mulher de Sorocaba
- Figura 4:** Abraço coletivo à DDM para implementação do plantão 24 horas
- Figura 5:** Casa Abrigo
- Figura 6:** Funcionamento da Casa Abrigo Valquíria Rocha
- Figura 7:** Registro CIM Mulher
- Figura 8:** CIM - Mulher assume gerência da Casa Albergue de Sorocaba
- Figura 9:** Ato para lembrar a Mãe Preta
- Figura 10:** Encontro Conselho das Mulheres e as Parlamentares
- Figura 11:** Encontro Municipal de Mulheres
- Figura 12:** Encontro Municipal para discussão do Plano Nacional de Políticas Públicas para Mulheres
- Figura 13:** Terceira Conferência Nacional de Políticas Públicas para Mulheres
- Figura 14:** Conferência Estadual de Políticas Públicas para Mulheres
- Figura 15:** Quarta Conferência Intermunicipal de Políticas Públicas para Mulheres
- Figura 16:** Quinta Conferência Intermunicipal de Políticas Públicas para Mulheres
- Figura 17:** Inauguração Centro de Referência da Mulher de Sorocaba
- Figura 18:** Sede do Centro de Referência da Mulher de Sorocaba
- Figura 19:** Votação - Eleição 2018 - CMDM
- Figura 20:** Eleição para presidência - CMDM 2018
- Figura 21:** Posse da gestão 2018-2020 - CMDM
- Figura 22:** Manifestação para aprovação da Lei do Conselho Municipal de Sorocaba
- Figura 23:** Campanha dos 16 dias de ativismo pelo fim da violência contra a mulher
- Figura 24:** Ato contra o feminicídio
- Figura 25:** Ato contra o Estado opressor
- Figura 26:** Reunião gestão 2018-2020 CMDM

## SUMÁRIO

<b>Introdução</b> .....	15
<b>Capítulo 1</b>	
História oral de mulheres conselheiras: entre lembranças e silêncios, a trajetória de luta do Conselho da Mulher de Sorocaba.....	21
<b>Capítulo 2</b>	
Violência contra a mulher: com quantas dores se faz um conselho da mulher?.....	29
<b>Capítulo 3</b>	
Participação da mulher na política e as políticas partidárias: portas abertas, entraves e desafios.....	38
3.1 - Histórico da Criação dos Conselhos de Mulheres no Brasil.....	38
3.2 - A institucionalização do movimento de mulheres e a importância dos conselhos municipais de direitos da mulher.....	43
<b>Capítulo 4</b>	
Uma aliança fraterna, esculpida com os elos das nossas histórias: narrativas das mulheres do Conselho.....	54
. Mazé Lima - Eu não me programei, eu aconteci.....	57
. Marilene Costa - Eu lutei por igualdade, compartilhando conhecimento e amor .....	67
. Gloria Souza - Não espere a borboleta vir no seu jardim, plante o seu jardim.....	75
. Thara Wells - Cada um tem de mim aquilo que cativa.....	80
. Valeria Flores - Quem quiser me ver no chão, vai ter que me derrubar porque não me deito...88	
. Drika Martim - Eu sou mais um exemplo de que o gueto sempre chega, sempre vence. Talvez, eu seja mais um exemplo de que a favela venceu.....	91
<b>Capítulo 5</b>	
A potência do pertencimento: de que mulheres pertence o Conselho da Mulher?.....	101
<b>Considerações finais:</b> Mexeu com uma mexeu com todas .....	137
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	142
<b>ANEXO 1</b> .....	146

## Introdução

Este trabalho teve por objetivo construir a história do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Sorocaba (CMDM), através das memórias das mulheres que fizeram e fazem parte deste Conselho, explicitando sua contribuição para a efetivação da igualdade de direitos e oportunidades para as mulheres na cidade, considerando a interseccionalidade de gênero, classe, raça e sexualidade.

Para realizar esta pesquisa, além das minhas próprias reminiscências, ouvi seis mulheres que participaram efetivamente da vida do Conselho, seja na sua formação ou na construção das políticas públicas para mulheres em sua diversidade e especificidades.

Recorri a essa escuta para compreender a potência desse lugar, que foi palco de lutas coletivas e individuais, e que até hoje reverbera na história do movimento de mulheres de Sorocaba. Suas trajetórias pessoais foram registradas e analisadas com o objetivo de investigar e inter-relacionar percursos individuais e processos coletivos.

A partir das narrativas dessas mulheres, tentei não apenas desvendar como elas se descobriram feministas e militantes de causas sociais de extrema importância para a sociedade, mas também analisar a relação existente entre as ações do CMDM como um espaço conflituoso de luta e resistência a partir da interseccionalidade de classe, raça e sexualidade e da construção de políticas públicas para as mulheres sorocabanas

Na mesma proporção em que escrevi a história do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Sorocaba, reescrevi a minha também, pois no campo das ciências humanas somos todos parte da realidade que pesquisamos.

Portanto, dada minha implicação com o tema, é importante ressaltar a minha própria trajetória de vida. Sou advogada e acredito que meu trabalho pode também colaborar para a melhoria de vida das pessoas que precisam de um espaço de respeito e acolhimento.

O Direito me fez abraçar muitas causas, entre elas, a luta contra a violência de gênero. Meu primeiro estágio na faculdade foi nessa área, atuava junto à Procuradoria Geral do Estado, no núcleo da assistência judiciária, e logo percebi o quanto machismo e desigualdade entre os gêneros afeta nossa sociedade. Foi a partir desse engajamento que me aproximei do



Conselho da Mulher: minha militância é uma prática diária, principalmente na defesa dos direitos das mulheres.

A música também cumpriu papel relevante, pois me apresentou o feminismo, no início dos anos 1990, através do movimento “Riot Grrrl”<sup>1</sup>. Por meio das bandas de mulheres, conheci temas como estupro, abuso doméstico, sexualidade, racismo, patriarcado e empoderamento feminino. Nesse âmbito de manifestação cultural, pude participar de debates e discussões sobre as diversas causas femininas e o direito das minorias e grupos marginalizados.

No início de 2002, fui convidada para trabalhar como advogada no Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Sorocaba. Ao atuar nessa esfera, nos primeiros casos, já percebi a gravidade do problema da violência doméstica. A dor daquelas mulheres em seus corpos machucados me fez ainda mais militante: o feminismo daí para frente era uma necessidade.

Da experiência do Conselho da Mulher chequei até o Centro de Referência de Assistência Social (CREAS), onde atuava como advogada dando atendimento jurídico-social. Um mundo novo me foi apresentado: as mazelas da sociedade encontram no CREAS a porta de entrada. A violência passou a fazer parte do meu cotidiano de trabalho. E então, para lidar com ela busquei socorro na teoria. Fiz minha segunda pós-graduação Lato Sensu em Prevenção a Violência (UNIP, 2010). Nessa época, também já exercia a função de advogada no Centro de Referência da Mulher (CEREM), experiência única da qual ainda colho frutos.

Também trabalhei em outras frentes, ao participar de inúmeros Conselhos e Comissões, entre eles, o Conselho da Floresta Nacional de Ipanema (FLONA); fiz parte do Comitê Regional de Enfrentamento e Combate ao Tráfico de Pessoas (CIPETP); da Comissão de Enfrentamento à Violência Sexual de Crianças e Adolescentes (CEMEVES); além de participar ativamente da 24<sup>a</sup> Subseção da OAB, na qual tive a oportunidade de ser diretora adjunta e responsável pelas causas ligadas à mulher.

---

<sup>1</sup> Riot Grrrl: é um movimento punk feminista *underground*, que teve início no início na década de 1990 em Washington, Estados Unidos. É um movimento de subcultura que combina uma visão social feminista com um estilo musical e com política punk. É frequentemente associado com a terceira onda do feminismo, sendo esta onda descrita, às vezes, como tendo nascido do movimento Riot Grrrl “A história do movimento Riot Grrrl: punk e feminismo, na década de 1990” (MENDONÇA; SCHEFFEL, 2016).

Portanto, o direito das mulheres sempre fez parte da minha trajetória de vida, por isso é tão importante falar desse assunto sobre o qual sigo escrevendo artigos ou dando palestras, sempre voltadas ao Direito e Cidadania. Também sou palestrante no Curso de Promotoras Legais Populares (PLP/Sorocaba), desde 2009, cuja prática foi fundamental para minha trajetória no CMDM.

Como membra do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Sorocaba, desde 2002, pude participar da sua primeira eleição direta da qual fui eleita presidenta – fato histórico, já que foi a primeira eleição direta, sem interferências da administração pública local.

O Conselho da Mulher de Sorocaba me levou a muitas lutas e a lugares que nunca imaginei chegar. Através dele, pude ouvir mulheres que nunca tiveram voz.

“*Cheguei à teoria porque estava machucada*”, assim como bel hooks (2017), vi na teoria um local de cura, até para procurar entender os processos que vivenciava cuidando de mulheres e crianças violentadas. Cansada, entendi que precisava retomar a teoria como forma de curar minhas feridas. Foi assim que, em 2016, passei a frequentar os grupos de estudos da Prof.<sup>a</sup> Dra. Viviane Mendonça, Grupo de Estudos Feminismos, Sexualidade e Política (FSEXPOL)

A escolha do primeiro projeto para o mestrado tinha como tema a violência contra a mulher, mas durante o curso quanto mais eu lia, estudava e escrevia, mas eu falava do Conselho da Mulher, da história que ali via, ouvia e vivia. Até que um dia me deparei com a ideia que minha pesquisa deveria contar justamente essa história, que é rica e potente, e que pode representar algo significativo para as ciências humanas.

Com a ajuda da minha orientadora, busquei reconhecer a importância desta pesquisa, delimitar o tema, propor o problema, a justificativa. A escolha do método foi o grande gargalo da pesquisa, sanado após a escolha da metodologia da história oral, considerando a necessidade de contar a história deste Conselho, entendê-lo como espaço de lutas, disputas e conquistas através das mulheres que o compuseram. Essas mulheres são o resultado da luta de muitas que as antecederam, porém, caíram em esquecimento.

Queria romper a amnésia histórica para contar a vida dessas sorocabanas, no objetivo de ressignificar o conceito de luta coletiva dentro de um Conselho Municipal de Direitos da

Mulher. Para chegar ao problema e buscar uma justificativa, parti da leitura de textos e livros que discutiam as relações de gêneros, conselhos/participação política, bebi na fonte das autoras feministas negras como bell hooks e Angela Davis, e nas autoras brasileiras Maria Amélia Teles e Heleieth Saffioti, Ana Maria Gohn, Céli Regina Jardim Pinto, Monica Dowbor.

Logo nas leituras preliminares, senti a necessidade de aprofundar e delimitar o tema, o que me levou à pesquisa de outras fontes. Confesso que por querer tratar de um assunto, local, a busca foi árida diante da pouca produção científica a respeito do tema escolhido. A partir daí, percebi que o macro poderia ser utilizado também como fonte de pesquisa e abri os horizontes da pesquisa para outros trabalhos que abordaram não só os Conselhos de Direitos municipais, mas o próprio movimento de mulheres em si, sua trajetória, e sua importância cultural e histórica.

A definição do assunto da pesquisa veio desse entendimento, que da história oral da narrativa dessas mulheres que vivenciaram a história desde a construção do Conselho, presenciaram as importantes mudanças comportamentais através do tempo, chegando hoje plural e diverso – elege a primeira mulher trans, Thara Wells, conselheira eleita para um Conselho Municipal de Direitos da Mulher.

O objetivo geral deste trabalho foi analisar como as memórias das mulheres que participaram da construção do CMDM de Sorocaba contribuíram para a efetivação da igualdade de direitos e oportunidades para as mulheres, considerando a interseccionalidade de gênero, classe, raça e sexualidade.

Como objetivos específicos, o trabalho buscou entender compreender: a história da criação dos Conselhos de Mulheres no Brasil; compreender como se deu a institucionalização do movimento de mulheres e a importância dos Conselhos Municipais de Direitos da Mulher; e apreender a história do CMDM de Sorocaba a partir das memórias das mulheres que participaram desse Conselho.

Para desvendar as questões propostas e apontar possíveis respostas, fiz a opção pela metodologia da história oral: ouvindo as memórias das mulheres que fizeram a história desse Conselho, em suas narrativas, pude, de certa forma, desvendar o cenário no qual se desenvolveram os principais e marcantes acontecimentos na luta pelos direitos das mulheres, na cidade de Sorocaba.

Utilizando a metodologia da história oral, registrei as memórias de mulheres que fizeram parte do CMDM de Sorocaba, no intuito de compreender como sua história poderia contribuir para recompor criticamente a prática, de modo que esse espaço, o Conselho, que deve ser democrático e plural, não permita que nossas diferenças se desdobrem em desigualdades, hierarquias ou marginalizações.

Optei pela metodologia da história oral para partir de uma outra fonte histórica, a memória. A história oral resgatou, a partir do depoimento dessas mulheres que estiveram à frente e participando do CDMD de Sorocaba, como elas se descobriram feministas, militantes de causas importantes como a luta antirracista, formando inclusive outros movimentos de mulheres, como o MOMUNES – Movimento de Mulheres Negras de Sorocaba.

Recorri a essa escuta para compreender a potência desse lugar, que foi palco de lutas coletivas e individuais e até hoje reverbera na história do movimento de mulheres de Sorocaba. Suas trajetórias pessoais são registradas e analisadas com o objetivo de investigar e inter-relacionar percursos individuais e processos coletivos.

Esta pesquisa estrutura-se da seguinte maneira:

No capítulo 1, *História oral de mulheres conselheiras: entre lembranças e silêncios, a trajetória de luta do Conselho da Mulher de Sorocaba*, descrevi como optei pela abordagem teórico-metodológica da história oral para partir de uma outra fonte histórica: a memória – memória essa muitas vezes silenciada, que eu esperava resgatar por meio do depoimento oral de mulheres que estiveram à frente e participando do CMDM de Sorocaba. Trago aqui também a busca de como, através das narrativas de seis mulheres, foi possível explicitar a potência desse lugar, que foi palco de disputas e lutas coletivas e individuais e, até hoje, reverbera na história do movimento de mulheres de Sorocaba. Partindo do princípio de que toda pesquisa é política, a escolha da história oral também foi a forma de fazer ciência sobre uma perspectiva da política feminista. Apresento também a necessidade de contar a história do Conselho da Mulher de Sorocaba e a dificuldade de chegar às mulheres que poderiam traduzir essa trajetória.

O Capítulo 2 recebe o título *Violência contra a mulher: com quantas dores se faz um conselho da mulher?* Teve por objetivo apresentar as relações existentes entre gênero, patriarcado e violência, também revelar o quanto sexo, raça e classe são uma unidade indissociável quando tratamos da questão da violência de gênero e o quanto ela afeta a

autonomia das mulheres. Também trago a importância do CMDM na luta pela igualdade de gêneros.

O Capítulo 3, *Participação da mulher na política e as políticas partidárias: portas abertas, entraves e desafios*, tem por objetivo trazer um panorama sobre Conselhos de Direitos das Mulheres, participação política, controle social e a questão da institucionalização dos movimentos de mulheres, e também são especificados os desafios, os limites e as disputas políticas partidárias dentro do CMDM.

No Capítulo 4, *Uma aliança fraterna, esculpida com os elos das nossas histórias: narrativas das mulheres do Conselho*, é apresentado o resultado final das entrevistas: as narrativas das memórias das mulheres entrevistadas. Uma por uma, elas trouxeram suas memórias e percepções sobre a história do CMDM: suas falas, como militantes, são introduzidas para que suas narrativas tenham maior contextualização.

O capítulo 5, *A potência do pertencimento: que mulheres pertencem ao Conselho da Mulher*, é construído a partir das narrativas do capítulo anterior e apresenta os olhares das mulheres conselheiras entrevistadas, sobre esse período da história do CMDM compreendido entre 1984 e 2020, tentando relevar a potência conflituosa desse espaço de poder. Através da metodologia oral e dialogando com outras autoras, tentamos revelar a história desse Conselho de Mulheres esculpido “com os elos das nossas histórias, com as lágrimas e dores de nossa memória”.

Por fim, trazemos nesta pesquisa as *Considerações Finais: mexeu com uma, mexeu com todas*, com as reflexões sobre as narrativas das seis mulheres conselheiras entrevistadas. As limitações deste trabalho podem servir a outros apontamentos e indicar novos estudos, cuja importância pode responder aos anseios de muitas mulheres por uma sociedade mais justa e igualitária, por isso seu subtítulo traz um questionamento: *Mexeu com uma, mexeu com todas*. Quais os caminhos para que CMDM seja espaço de luta e resistência a partir da interseccionalidade de classe, raça e sexualidade na construção de políticas públicas para as mulheres sorocabanas?

## Capítulo 1

### História oral de mulheres conselheiras: entre lembranças e silêncios, a trajetória de luta do Conselho da Mulher de Sorocaba

#### 1.1 História oral das mulheres

O trabalho com a oralidade requer uma abordagem metodológica a partir dos postulados da chamada metodologia da história oral, metodologia da história oral, tendo como base entrevistas realizadas com pessoas que têm presente na memória fatos relativos ao foco de um objeto de pesquisa.

Alberti (2002), sobre as narrativas da história oral e sua importância como fonte histórica, destaca:

...uma entrevista contém não apenas histórias dentro dela, mas também análises e avaliações do passado e do presente, silêncios, interditos e toda uma série de elementos que podem informar sobre visões de mundo e elaborações subjetivas”. E lembra que, “quando nos deparamos com ‘boas histórias’, histórias exemplares que se prestam muito bem a serem citadas, é porque seu sentido está coagulado à forma; seu significado se compreende à medida que se desenvolve a própria narrativa, e não quando se pode traduzi-las por uma ‘moral’ ou reduzi-las a um conceito (ALBERTI, 2002, p. 2)

Partindo do princípio de que toda pesquisa é política, pois toda a atividade humana é política, os paradigmas assumem um posicionamento: o político ideológico faz parte do saber científico. A escolha da história oral também foi a forma de fazer ciência sob uma perspectiva feminista.

Trazer a voz de quem ficou silenciado na história constitui um caminho epistemológico (TAVARES, 2008). Os feminismos precisam de uma memória histórica. Construir essa memória é um desafio político.

A história das mulheres oscilou entre sistemas muito variados de exclusão, de tolerância e de banalização. Colocá-los em evidência responde a um duplo objetivo: o de permanecer crítico com respeito às formulações próprias à história das mulheres, e o de questionar a necessária relação entre esse campo de estudos e o conjunto da pesquisa histórica. Mas a história não é somente produção de saber, é também formulação de

perguntas. As questões que suscitam e que são propostas são também um campo específico de pesquisa, espaço de reflexão e de desconstrução de certas “verdades” na historiografia.

O desenvolvimento da História Oral permitiu uma mudança de enfoque nos trabalhos históricos, quebrando uma visão rígida da objetividade do fato histórico, abrindo a possibilidade de recuperação de maneiras diversas de viver a história, conforme o gênero, a idade, o sexo, a classe. (TEDESCHI, 2014, p. 63).

A maior dificuldade imposta pela pesquisa foi escolher dentro da história do Conselho da Mulher, quais narrativas seriam capazes de representar a sua trajetória e responder os questionamentos impostos na pesquisa. Parti para a pesquisa com uma única certeza: essa história precisava ser contada.

Como bem define Patai (2010), não há vidas sem sentido, e não há histórias de vidas sem significados, e nessa encruzilhada de possibilidades busquei escolher seis mulheres que pudessem, de alguma forma, representar a história daquele Conselho, porque não foi tarefa fácil reconstruí-la, uma vez que o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Sorocaba, que tem mais de 30 anos, e por onde passaram tantas mulheres, todas elas com diferentes subjetividades, objetivos e pretensões múltiplas, com histórias de vida tão ricas e tão necessárias de serem desvendadas.

O meu primeiro desafio foi limitar o número de entrevistas a seis, por mais que quisesse ouvir a todas, o tempo não me daria essa possibilidade. Pensei, portanto, em restringir a escolha a fatos marcantes do Conselho, entre estes a sua fundação, os feitos, as grandes causas e conquistas, os maiores desafios, e as disputas por espaço, ligando-os às entrevistas.

Iniciei minha escuta conversando com a presidente que me levou para o Conselho por entender necessário partir desse ponto. A partir dessa entrevista, outras duas se fizeram igualmente importantes para a pesquisa. A primeira, me deu a dimensão de quanto as histórias de vida dessas mulheres estão entrelaçadas; e a outra, de quanto sua presença ali foi importante para que cada uma construísse sua trajetória pessoal.

Todas fizeram parte de momentos importantes do Conselho e do próprio movimento de mulheres de Sorocaba, mas uma delas me deu a chave para quinta entrevistada.

Na quarta entrevista, tive a certeza de que é preciso que o Conselho, constantemente, se reconfigure para ser um espaço plural e diversificado, um local que acolha todas as mulheres, sejam elas cis ou transgêneros: mulheres que se sintam pertencentes àquele espaço que deve ser de todas.

A quinta entrevista, por sua vez, me deu a dimensão de como a violência de gênero está presente na vida das mulheres. Que a militância contra a violência doméstica no CMDM é um reflexo das nossas próprias histórias, e isso me fez pensar de quantas dores se faz um conselho da mulher?

A última e sexta entrevista, foi realizada com uma mulher que representa o momento atual desse Conselho, mais acessível às demandas sociais. Pude, com essa entrevista, também rever um pouco da minha trajetória nesse espaço, que se iniciou em 2002 e que ora está para fechar um ciclo de 20 anos de Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Sorocaba.

Em todas as entrevistas senti a aliança fraterna das mulheres do Conselho, essa aliança entre mulheres que ainda precisa ser redescoberta, reinventada, como profetizou nossa querida Elisa Gomes, a primeira presidenta do CMDM. Não foram só as lutas e as conquistas que nos uniram, mas também nossas disputas. Foi através de nossas dores e lágrimas que se construíram os elos das nossas histórias até que pudéssemos ser protagonistas de um novo palco, fecundando novas sementes, florescidas, amadurecendo nossas escolhas – estas, que muitas vezes foram silenciadas.

Acredito que essa história seja apenas um novo começo, porque apesar dos 30 anos do Conselho da Mulher de Sorocaba outras memórias virão, essa história será reinventada e recontada muitas outras vezes, como tem sido nossa trajetória no movimento de mulheres: com avanços e retrocessos, com luta e coragem na esperança de que por tudo que vivemos hoje, dias melhores virão.

“História oral é um trabalho sedutor” (PATAI, 2010, p. 29), e foi exatamente assim que me senti a cada entrevista, cada vez mais absorvida na história do Conselho e na vida daquelas mulheres, cujas narrativas, sempre potentes, muitas vezes chegaram a me desagradar, e tantas outras me fizeram sentir por elas profunda admiração. As sensações que experimentei, talvez sejam um pouco fruto das minhas próprias expectativas, e como mulher feminista, conselheira, estava mais próxima do que gostaria de estar em alguns momentos.



Evidente que essa proximidade marcou a minha pesquisa. Na coleta de histórias de vidas, é impossível não ser afetada de alguma forma.

Nesse sentido pontua Patai (2010):

Uma mulher contando sua história de vida está, em certo sentido, oferecendo o seu eu para o exame dela mesma e do pesquisador. O fato de que o narrador constrói seu eu no ato de falar, não altera a dimensão da exposição e da revelação pessoais. Sob estas circunstâncias, como podemos sustentar sermos curiosos inocentes, somente com obrigações mínimas em grande parte expressas em negativas: não fazer mal, não enganar, não deturpar, não coagir? De fato, do jeito como estão postas, mesmo estas determinações estão longe de serem transparentes, como muitos comentadores já notaram (PATAI, 2010, p. 28-29).

De fato, as mulheres, cujas histórias de vida aparecem neste trabalho, são complexas, cada uma a seu modo. No seu tempo, cada uma contribuiu para que o Conselho dos Direitos da Mulher de Sorocaba se constituísse como um importante campo político de atuação contra as assimetrias presentes na vida das mulheres, seja pelo seu pioneirismo, seja pela sua representatividade, seja por ocupar um espaço que muitas vezes lhe foi negado.

Todas as entrevistas tiveram sua própria dinâmica, apesar da minha escolha de ter uma lista de perguntas que serviu como um roteiro principal, a todas fiz uma série de perguntas centrais como: Qual foi sua história no Conselho da Mulher de Sorocaba? Como foi sua atuação? O que o Conselho da Mulher trouxe para sua vida pessoal e profissional? Como era sua militância antes e depois da sua participação no Conselho da Mulher? Como vê a atuação do Conselho hoje, e quais as suas perspectivas para o futuro?

Conforme suas respostas, outras perguntas iam surgindo. Por estar inserida também na vida desse Conselho, por vezes também me vi entrevistada e, nesse sentido, não me senti longe da pesquisa. Afinal, segundo Patai (2010), a metodologia da história oral não é um monólogo. Desses diálogos, as entrevistas foram conduzidas às circunstâncias e às restrições que as moldaram.

Por estar tão próxima da pesquisa procurei ser o mais fiel possível às falas, e essa preocupação me perseguiu em todo o momento, mesmo nas transcrições, que tem o objetivo de tornar a leitura mais simples e direta e, contudo, mantendo a fidelidade das histórias narradas.

Os títulos de suas narrativas seguem a ideia de Patai (2010), são frases ditas por elas em algum momento da entrevista, com o objetivo de evidenciar de algum modo a sua participação no Conselho da Mulher. A cada entrevista, senti pontos que se ligam em suas histórias, trajetórias de vida que em alguns momentos estiveram entrelaçadas, e esses relatos comuns foram também uma forma, uma escolhida para nomear e escrever cada capítulo da dissertação.

À história de Maria José de Almeida Lima, a Mazé Lima, mulher cis gênero, preta, de 75 anos, natural de Sorocaba, casada, de classe média, cuja entrevista foi realizada no dia 20 de janeiro de 2020, dei o título **EU NÃO ME PROGRAMEI, EU ACONTECI**, porque Mazé sempre foi uma mulher de ação, nunca pensou o que o que queria ser ou onde queria chegar. Mas aconteceu, e o modo como isso ocorreu faz parte da história do movimento das mulheres de Sorocaba. Ela enfrentou barreiras e desafios, e como mulher negra sentiu na pele o racismo; quando galgou espaços de poder, fez a sua própria história, cheia de contradições e controvérsias, como o próprio movimento de mulheres; foi conselheira e presidiu o Conselho da Mulher em duas oportunidades, imprimindo sua marca de fazer e acontecer.

A segunda entrevistada foi realizada em 7 de fevereiro de 2020, com Marilene Costa, a Dr.<sup>a</sup> Marilene, mulher cis gênero, branca, de 77 anos, natural de Londrina/PR, divorciada, de classe média, que recebeu o título **EU LUTEI POR IGUALDADE, COMPARTILHANDO CONHECIMENTO E AMOR**, porque como mulher, mãe, advogada sempre foi uma militante dos direitos humanos, compartilhou conhecimento e acolhimento em todos os lugares que atuou; segue até hoje acreditando que o conhecimento só serve quando ele é compartilhado. Foi advogada do Conselho da Mulher, da ONG CIM Mulher, responsável pela casa abrigo “Valquíria Rocha” e do Centro de Referência da Mulher; presidiu o Conselho da Mulher, e na sua gestão o CMDM adquiriu sede própria no Centro de Referência da Mulher de Sorocaba (CEREM).

Para contar a história da Maria de Gloria de Souza, a Glorinha, mulher cis gênero, branca, de 75 anos, natural de Passa-Quatro/MG, mas cidadã sorocabana desde 25 de setembro de 2003, solteira, de classe média, a entrevista foi realizada no dia 14 de fevereiro de 2020, e teve o título **NÃO ESPERE A BORBOLETA VIR NO SEU JARDIM, PLANTE O SEU JARDIM**. Era assim que Gloria incentivava as mulheres a correr atrás de seus ideais;

participou ativamente do Conselho como secretária; também foi a responsável por registrar essa trajetória de mulheres, com seus registros fotográficos que ultrapassaram o hobby para ser o registro histórico de muitas lutas do CMDM. Gloria apoiou e contribuiu para que muitas dessas mulheres que fizeram a história do Conselho não caíssem em esquecimento, através de seu registro fotográfico. Foi conselheira, secretária e presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Sorocaba.

Para a história de Sarah Pedro Correa, a nossa Thara Wells, mulher transgênero, preta, casada, natural de Sorocaba, com + 35 de idade<sup>2</sup>, de classe média baixa, entrevistada na data de 20 de agosto de 2020, demos o título CADA UM TEM DE MIM AQUILO QUE CATIVA, porque Thara, mulher guerreira, se considera uma sobrevivente acima da expectativa de vida de uma trans no Brasil. Sua trajetória sempre foi de muita militância pelos Direitos dos LGBTQIA+, ajudou na construção de uma legislação mais plural e participativa do Conselho. Thara Wells é a primeira mulher trans do Brasil a ser eleita conselheira em um conselho municipal de direitos das mulheres.

Para a narrativa de Valéria Flores Benedetti Rosa, a Dra. Valéria Flores, mulher cis gênero, branca, natural de Sorocaba, de 62 anos, viúva, de classe média, cuja entrevista aconteceu em 3 de setembro de 2020, deu-se o título QUEM QUISER ME VER NO CHÃO VAI TER QUE ME DERRUBAR, PORQUE NÃO ME DEITO. Valéria foi escritora de polícia, e sentiu o quanto as mulheres sofriam a violência. Em razão disso, passou a advogar, e foi assim que chegou ao Conselho da Mulher: na condição de advogada, atendia mulheres em situação de violência, e para isso não media esforços. Por sua atuação, chegou à presidência do Conselho, sempre propondo e buscando parcerias; deu ampla divulgação às atividades do Conselho da Mulher. Todavia, da mesma forma que a violência a levou para o Conselho, foi ela que a afastou de lá, após o feminicídio de sua tia enquanto ainda presidia o Conselho. Valéria foi uma mulher que, como tantas outras, se sentiu impotente diante da brutalidade da violência doméstica contra mulheres. Foi advogada, conselheira e presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Sorocaba.

E, por fim, o relato de Adriana Martim de Souza Costa, a companheira Drika Martim, mulher cis gênero, preta, de 35 anos, solteira, natural de São Paulo, capital, de classe média baixa, entrevistada no dia 6 de janeiro de 2021, teve a seguinte frase EU SOU MAIS UM

---

<sup>2</sup> A entrevistada não informou a idade, mas relatou que já tinha passado da idade de 35, que é a média de expectativa de vida de uma mulher transgênero no Brasil.

EXEMPLO DE QUE O GUETO SEMPRE CHEGA, SEMPRE VENCE. TALVEZ EU SEJA MAIS UM EXEMPLO DE QUE A FAVELA VENCEU”. Drika considera-se uma mulher “da quebrada” e é a representante da Central Única das Favelas (CUFA) no estado de São Paulo. Está no segundo mandato de conselheira, e foi eleita para ser representante da comunidade negra na eleição do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Sorocaba, em 2018.

Recorrer à escuta para compreender a potência desse lugar, que foi palco de lutas coletivas e individuais e, até hoje, reverbera na história do movimento de mulheres de Sorocaba, parece ter demonstrado quanto suas trajetórias pessoais foram impactadas por essa participação. Ao analisá-las e registrá-las, pude observar percursos individuais e processos coletivos comuns.

A ligação entre história oral, mulheres e feminismos serviu de base teórica para percorrer essa trajetória de lembranças, no objetivo de verificar qual a efetiva contribuição do CMDM para as mulheres sorocabanas. Ao longo das entrevistas, a ideia pueril de um conselho de lutas e conquistas foi se desfazendo em muitos momentos. Pelos seus relatos das entrevistadas, parece que os limites políticos e burocráticos da sua atuação geraram certa frustração.

Outro problema identificado foi o fato de, por presidir o CMDM, atualmente, essa relação próxima pode ter deixado pairar dúvidas quanto à reação das entrevistadas diante dessa minha presença. No campo das ciências humanas, somos todos parte da realidade que pesquisamos, claro, não há pesquisador que nutra ilusão de neutralidade, mas há pesquisadores mais ou menos próximos, mais ou menos dentro. Isso posto, há necessidade aqui de considerar: minha reação e também a reação da entrevistada com a minha presença – dissimulação, adulação, hostilidade, franqueza ou indiferença –, são dados fundamentais da análise que diz muito sobre relações de desigualdade e dominação.

No início, me preocupei bastante com a questão da proximidade. Poderia eu estar dentro do CMDM e mesmo assim pesquisá-lo? Teria eu o distanciamento necessário para fazer uma análise crítica que poderia ser chamada de ciência? Um olhar de perto e de dentro pode trazer interpretação social relevante, mas esse exercício deve ser antecedido de uma tentativa de “distanciamento inicial”, que será seguido pela reaproximação, onde o

pesquisador será “afetado”, transformado pelo seu objeto ou sujeitos de pesquisa. Segundo Magnani, 2002, p. 10):

O primeiro deles é uma atitude de estranhamento e/ou exterioridade por parte do pesquisador em relação ao objeto, a qual provém da influência de sua cultura de origem e dos esquemas conceituais de que está armado e que não é descartada pelo fato de estar em contato com outra cultura e outras explicações, as chamadas “teorias nativas”. Na verdade, essa copresença, a atenção em ambas é que acaba provocando a ambiguidade, a possibilidade de uma solução não prevista, um olhar descentrado, uma saída inesperada.

Ao ouvir essas seis mulheres que participaram efetivamente da vida do Conselho, seja na sua formação ou na tentativa de construção de políticas públicas para mulheres em sua diversidade e especificidades, alguns pontos marcantes. Entre eles, destacam-se: a violência contra a mulher, tão presente e arraigada na nossa cultura; a participação da mulher na política, ou a falta dela; e o sentimento de pertencimento de cada mulher nesse Conselho de Direitos.

## Capítulo 2

### **Violência contra a mulher: com quantas dores se faz um Conselho da Mulher?**

#### **2.1 Uma vida sem violência é um direito das mulheres: gênero, patriarcado e violência**

“Violência contra a mulher constitui ofensa contra a dignidade humana, e é manifestação das relações de poder historicamente desiguais entre mulheres e homens”. (CONVENÇÃO DE BELÉM DO PARÁ, 1994). A violência contra a mulher tem como origem a construção desigual do lugar das mulheres e dos homens nas mais diversas sociedades. A desigualdade de gênero é a base de onde todas as formas de violência e privação contra mulheres estruturam-se, legitimam-se e perpetuam-se. As causas, da violência contra a mulher, portanto, são estruturais, históricas, político-institucionais e culturais.

Nesse contexto assimétrico e subalterno imposto à figura feminina, é que floresceu a cultura da violência. É impossível falar de violência contra a mulher sem enfrentar o debate sobre relações de gênero, raça e classe, em que os dados oficiais, mesmo que subnotificados, evidenciam essa necessidade. Uma pesquisa realizada, em 2019, pelo Fórum Brasileiro de Segurança (FBSP) declarou que não há lugar seguro para mulheres no Brasil. Em 12 meses, 1,6 milhão de mulheres foram espancadas ou sofreram tentativa de estrangulamento no Brasil, 22 milhões (37,1%) de brasileiras passaram por algum tipo de assédio. Entre os casos de violência, 42% ocorreram no ambiente doméstico. Após sofrer uma violência, mais da metade das mulheres (52%) não denunciou o agressor ou procurou ajuda. E a pandemia do coronavírus covid-19 só agravou essa situação.

Uma em cada quatro mulheres acima de 16 anos, afirmou ter sofrido algum tipo de violência no último ano, no Brasil, durante a pandemia de Covid, segundo pesquisa do Instituto Datafolha encomendada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) divulgada no dia 07 de junho de 2021.

Evidentemente que a pandemia afetou a todos, todas e todes, sem distinção. Mas também é verdade que o Coronavírus não é democrático: pobres, precarizados e mulheres sofrem mais com a pandemia. A pandemia do coronavírus – COVID -19 escolhe, sim, classe,

raça e gênero. Ela escolhe aqueles que não podem parar de trabalhar e vivem em condições precárias. A pandemia escancarou ainda mais nossas enormes desigualdades sociais.

Não podemos esquecer que uma das primeiras vítimas que morreu por covid 19, no Brasil, foi uma doméstica do Rio de Janeiro, que pegou coronavírus da patroa que acabava de voltar de férias na Itália. Para essas duas mulheres com certeza os desafios da pandemia se apresentaram de forma muito distintas

O isolamento social acabou por representar um crescimento exponencial dos casos de violência doméstica contra a mulher durante a pandemia. Apenas no estado de São Paulo, segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, os casos aumentaram 44,9%. Para algumas mulheres, ficar em casa durante a pandemia, foi uma sentença de morte. Registramos um caso de feminicídio a cada nove horas durante a pandemia (um vírus e duas guerras).

Nas entrevistas com as conselheiras do Conselho da Mulher, a violência contra a mulher esteve presente em todas as narrativas, o que evidencia sua presença na vida das mulheres, mesmo aquelas que relataram não ter sofrido a violência em si relatam casos que presenciaram através do CMDM, e o quanto isso marcou suas trajetórias.

Mazé Lima relata que a violência sofrida pelas mulheres sempre existiu, mas que atualmente tomou proporções absurdas. Em sua época de Conselho (1990-1994), afirmou que as denúncias eram poucas, e geralmente quem denunciava era a família e não a vítima. Relatou sua frustração em relação à falta de equipamentos públicos, e que quando elas começaram a falar do tema da violência doméstica, ninguém dava crédito. Relata também que os casos aconteciam de forma velada, e que se houvesse uma morte a repercussão era gigantesca. Hoje, a entrevistada percebe a banalização dessa violência, e que o feminicídio é um mal que ela caracteriza como um crime de ódio contra a mulher.

*O feminicídio, que é grande, e é o nosso grande entrave hoje. Eu vejo, hoje, as pessoas falarem que a violência aumentou, mas sempre teve, mas agora é absurda a coisa. Naquela época, as denúncias eram poucas. As demandas podiam ser muitas, só que nós não tínhamos os equipamentos para acudir essa mulher. Mas o feminicídio é coisa nova. A mulher apanhava – era violência, mas quando se matava uma mulher – era a maior repercussão. Hoje parece banal. Olha tudo que eu briguei na vida, e eu não imaginava que a coisa ia chegar a esse ponto. Cada dia a mulher tá sofrendo violência, mais cedo. A mulher, quando procurava o Conselho e a gente começou a falar em violência doméstica, ninguém acreditava, eram pouquíssimas. Geralmente, quem denunciava era a família. A mulher não vinha, mas a mãe vinha; teve muito caso, que a gente teve que fazer das tripas, coração, pra*

*chegar na pessoa, porque a mãe não queria que soubesse que era ela. Então. Eram as pessoas da família que denunciavam. Então, não era esse volume, claro, a população cresceu. Mas o feminicídio é uma coisa horrorosa, é como se fosse um nazismo o ódio contra a mulher. (Mazé Lima em entrevista à autora, em 18/01/2020)*

Marilene Costa, a segunda entrevistada, também relatada o drama da violência doméstica na vida das mulheres. Segundo ela, trabalhar com os casos de violência doméstica dentro do Conselho da Mulher a impactou profundamente. A brutalidade sofrida por aquelas mulheres fez com que ela se envolvesse cada vez mais nessa causa e tomasse consciência que o mundo não era um “mar de rosas”. Foi esse choque de consciência que a fez ter certeza que já era feminista desde menina.

*Aprendi muito no Conselho sobre violência doméstica. Ser advogada do Conselho me deu muita experiência, eu me envolvi muito nessa causa. Falou diretamente comigo. Me lembro de muitos casos: uma vez, o companheiro quebrou uma garrafa e enfiou no olho da mulher. Esse foi um dos casos mais chocante pra mim. Foram mulheres queimadas, eles jogavam álcool e ascendiam fósforo. Então, era uma barbaridade que eu não tinha noção antes de começar no Conselho. Isso me impactou pessoalmente também, pois foi a consciência que tomei de que o mundo não é um mar de rosas como eu poderia ter julgado – aquela coisa de que lá dentro de casa, ninguém sabe o que acontece. Hoje eu sei que eu era feminista desde menina. Eu não tinha consciência, nem se falava essa palavra. (Marilene Costa, em entrevista à autora, em 7/02/2020).*

Gloria Souza conta que o machismo sempre existiu, e que a violência contra a mulher tem sua raiz no fato do homem ser machista. Diz ela que, se por um lado a mulher é dependente economicamente do marido, por outro tem dificuldades para romper o ciclo da violência, por medo de não conseguir se sustentar e aos filhos. Segundo Glória, a mulher que é independente tem mais forças para denunciar, mas o homem muitas vezes não aceita que uma mulher ganhe mais, que ele chega a afirmar que são pouquíssimos os homens que não se sentem inferiorizados diante de uma mulher que ganha mais; e que tudo isso leva ao problema da violência doméstica contra a mulher.

*Hoje eu vejo muita coisa na mídia, a violência aumentando contra a mulher. Eu acho que a mulher ficou mais corajosa, e como ela saiu para trabalhar, ela ficou independente do marido. Porque como uma mulher desempregada, sem trabalho, elas pensam sempre assim: “como vou cuidar dos meus filhos, como vou cuidar da casa”? Eu acho que a mulher saiu pra trabalhar, ficou independente, se sentiu corajosa e ela tem forças para denunciar. E ela vê também que outras denunciaram. Eu acredito que sempre aconteceu a violência, o machismo sempre existiu. Eu acho que o homem não aceita essa*



*“concorrência”. Hoje, eu não estou mais no mercado de trabalho, não sei como é que está o mercado de trabalho, mas o homem sempre foi machista. São pouquíssimos homens que discutem com a mulher, que não se sentem inferiores quando ela ganha mais. Eu acho que tudo isso leva à violência. (Gloria Souza, em entrevista à autora, em 14/02/2020)*

Valéria Flores relatou também a problemática da violência doméstica em sua fala. Segundo ela, um fato pessoal marcou profundamente sua trajetória no Conselho da Mulher. Ainda quando era presidente do CMDM, enfrentou o feminicídio de sua tia mais nova, e que, segundo ela, a deixou arrasada. Essa dor também foi vivenciada por ela em muitos outros momentos, também como advogada do Conselho, pois atuava diretamente nos casos de violência. Em seu relato, informou que como advogada teve que tomar medidas que até a colocava em situações de risco; descreve até uma circunstância em que saiu escoltada do fórum local. Na sua narrativa, disse que buscou proteger mulheres, e nessa função de advogada e conselheira vivenciou presencialmente as mazelas da violência doméstica contra a mulher.

*Um caso me marcou muito. Foi o de uma mãe de três filhos, agredida, com frequência, por um marido homicida que, além de amedrontar e ameaçar os filhos, ele espancava e violentava a esposa sexualmente. Ninguém faz nada sozinho, temos que nos unir, e com a ajuda da advogada Dra. Adília, que me cedeu uma casa na chácara da família, escondi a vítima e seus filhos, cuidando de lhes entregar uma cesta básica para sobrevivência até que eu pudesse levá-los a um outro lugar seguro. (Valéria Flores, em entrevista à autora, em 30/09/2020)*

A vida de Thara Wells também foi marcada pela violência doméstica. Segundo ela, sua mãe foi mais uma vítima desse problema. Em seu relato, contou que a mãe tinha que ceder calada “aos prazeres” do marido, mesmo depois de ter apanhado. Thara dizia que, muitas vezes, sentiu-se refém dessa violência também e que, por muitas vezes, dormiu num banco frio de uma delegacia junto com a mãe pois tinham medo de voltar para a casa. Ela conta que, à época – nos idos de 1980, não havia leis ou equipamentos públicos de proteção à mulher e que elas ficavam à mercê de seus algozes. Thara vivenciou muitas outras violências, como ser expulsa do lar quando assumiu sua identidade de gênero, que teve que abandonar os estudos e caiu na prostituição, e que, aos 17 anos de idade, já sentia o peso do mundo em suas costas.

*Eu venho de um lugar, onde eu também fui refém de violência doméstica. Meu padrasto era alcoólatra e ele era muito violento. E se você pensar, na década de 1980, a gente não falava de lei Maria da Penha, e aí a gente*

*dormia no banco da delegacia, porque não podia entrar em casa, pois ele queria matar todo mundo com faca. E eu, muito criança, eu achava um absurdo, ainda dentro de todo o meu pouco conhecimento enquanto criança, mas eu achava um absurdo a minha mãe, que era a vítima, ter que levar a intimação pra pessoa que a tinha violentado. Então assim, a minha visão disso sempre teve um inconformismo. E depois, ver que a minha mãe tinha que entrar em casa e ainda tinha que ceder aos prazeres, ao que ele queria que ela fizesse, mesmo depois de ter apanhado... Tudo isso pra mim, foi me dando vontade de tentar mudar isso de alguma forma. E quando eu saí de casa – fui convidada a me retirar de casa – aí, caí na rua e fui ver uma outra realidade, que é o mundo da prostituição, um submundo de um mundo que eu não conhecia, nem imaginava ver isso. Eu tinha 17 pra 18 anos de idade. Tinha acabado de sair do ensino médio; estava fazendo, na época, vestibulinho pra fazer faculdade – ciências contábeis, era o que eu ia fazer, porque tinha feito ensino médio, técnico na escola do Aquiles. E aí, eu falei assim: “Caramba, mais uma vez eu vou ter que sobreviver com essas violências”. Estando na prostituição, a gente vê o luxo e o lixo de uma forma muito rápida. E você vê que a mesma pessoa que te agredia e te jogava as coisas, porque aqui, na década de 1990, na cidade de Sorocaba, era um ambiente muito violento pra nós, de dia. À noite era também, mas de dia era mais. Porque as mesmas pessoas que pagavam pelos seus carinhos à noite, eram as pessoas que te tacavam pedra de dia, eram as mesmas pessoas. Eu comecei a pensar: “gente, tem alguma coisa errada com esse mundo”. (Thara Wells, em entrevista à autora, em 20/08/2020)*

Drika Martim também traz a questão da violência contra a mulher em sua fala. Ela lembra que a violência contra a mulher é democrática, mas tem preferência pelas mulheres pobres, pretas e trans.

*Uma das experiências tristes, mas que me deixou muito firme e me fez entender mais qual é a essência desse Conselho, são nas demandas que a gente tem de madrugada. É a hora que eu grito para algumas das minas e, independentemente da situação em que estejam, elas saem de onde estiverem para atender às demandas mesmo. Algumas tristes, algumas irreversíveis, mas o que me marca muito é esse entendimento de que a gente precisa tá junto, e que o papel do Conselho, para além de deliberar, é o trabalho também de dar dignidade, salvar vidas. Hoje, o Conselho salva vidas. Quando a gente fala de uma conselheira que sai da sua casa de madrugada, pra ir para uma quebrada pra atender uma mulher que sofreu violência doméstica, a gente está falando de salvar vidas. Eu acho que é muito, isso o que a gente vê nesse Conselho, é uma outra visão de conselho, de saber que o Conselho está na quebrada, dialogando com a mulher periférica e que faz um trabalho de rede, de base. Hoje, o Conselho tem legitimidade pra entrar em muitas quebradas da cidade, coisa que nunca aconteceu antes. (Drika Martim, em entrevista à autora, em 6/01/2021)*

Para Helena Hirata (2014), sexo, raça e classe são uma unidade indissociável. A violência no Brasil, portanto, pode ser considerada preta e feminina<sup>3</sup>, e por isso Drika destaca a importância do CMDM de estar presente nas periferias, dialogando, fazendo um trabalho de rede, de base, de apoio, salvando vidas.

Na fala das mulheres do Conselho, percebo que a violência contra a mulher é antes de tudo um problema cultural reforçado pela nossa terrível desigualdade de gênero – este tipo de violência não pode ser ignorado ou disfarçado. Thara Wells, ao relatar a problemática da violência, reconhece que o CMDM procura quebrar paradigmas, mas que precisa atingir e chegar a todas as mulheres, principalmente naquelas que não conseguem participar das reuniões, seja pela dupla ou tripla jornada de trabalho imposta à mulher, seja pelo fato de algumas mulheres não reconhecerem que ali também é um espaço delas, como muitas mulheres trans.

*Acredito que o Conselho quebra paradigmas, mas sinto muita falta de o Conselho realmente atingir as mulheres que não conseguem participar das reuniões. Aquela mulher que é refém dos afazeres domésticos, da periferia, eu acho que o Conselho não chegou nela ainda, e também a mulher trans, que ainda não conseguiu ver que o Conselho da Mulher é um espaço dela, um espaço que ela pode procurar. Eu acho que o Conselho tem que ser um fio condutor entre essas mulheres vulneráveis, que a gente não consegue alcançar porque quando você faz uma palestra, essa mulher que eu citei da periferia, ela não vai poder ir. Ou quando você faz uma reunião, a mulher trans que já está chegando da rua, também não consegue participar. Muitas mulheres que são violentadas, não acreditam na política pública que vai tirá-la desse sofrimento. (Thara Wells, em entrevista à autora, em 20/08/2020)*

Heleieth Saffioti (2015) evidencia que “o vetor mais amplamente difundido da violência de gênero caminha no sentido homem contra mulher, tendo a falocracia como caldo de cultura.

A desigualdade, longe de ser natural, é posta pela tradição cultural, pelas estruturas de poder, pelos agentes envolvidos na trama de relações sociais. Nas relações entre homens e entre mulheres, mulheres, desigualdades de gênero não é dada, mas pode ser construída, e o é, com frequência. (SAFFIOTI, 2015, p. 75)

---

<sup>3</sup> Dados do IBGE mostram que, no intervalo de um ano, 2,4 milhões de mulheres sofreram agressões de pessoas conhecidas; destas, 1,5 milhão são negras, 950 mil são brancas e 22 mil são indígenas ou orientais. A pesquisa também revela que as mulheres negras têm três vezes mais chances de serem vítimas de feminicídio do que as mulheres não negras.

A violência de gênero é, sem dúvida, a categoria mais geral (SAFFIOTI, 2015), sendo a violência doméstica uma de suas modalidades, “ela não ocorre aleatoriamente, mas deriva de uma organização social de gênero, que privilegia o masculino” (SAFFIOTI, 2015)

Outra das entrevistadas, Marilene Costa, ao justificar a violência doméstica cita o machismo como o grande vilão. Ela entende que a violência contra a mulher tem raízes no machismo e na desigualdade de gêneros, e reconhece que as mulheres também são machistas, e até mais que os homens, porque isso é ensinado e passado de geração em geração.

*Tem mulher que não vai em dentista mulher, não vai em médica mulher, em advogada mulher, por machismo, porque se tem gente machista, é a mulher. Mulher é machista, infelizmente. Foram criadas assim, e é difícil, porque é uma cultura tão antiga que você acaba passando isso para as outras gerações. Se você tem uma menina e um menino, de filhos, você chama a menina pra lavar a louça, você dá boneca e fogãozinho pra coitadinha e pra ele você dá carrinho. Você incentiva o menino a crescer, progredir, a ser um cidadão; e a menina, você ensina a servir. E aí, vem falar assim: “é da natureza da mulher servir. No Conselho, a gente aprende que não é nada disso”. (Marilene Costa, em entrevista à autora, em 7/02/2020)*

A expressão “violência de gênero” é utilizada para tipificar um padrão específico de violência, padrão este que visa à preservação secular do sistema patriarcal e sua lógica de subalternizar o gênero feminino, ancorado principalmente na desigualdade social e nas formas de dominação, muitas vezes fortalecidas nas relações pessoais e familiares que perpetuam o ciclo da violência contra a mulher<sup>4</sup>. “A violência doméstica apresenta características específicas. Uma das mais relevantes é sua rotinização” (SAFFIOTI, 2015, p. 90).

A maneira que se compreende as relações sociais historicamente construídas, que se estabelecem entre homens e mulheres, mulheres e mulheres, e homens e homens, refere-se ao “sexo” social e historicamente construído (FONSECA, 2008).

Até hoje, a mulher que tem coragem para procurar ajuda e romper com o ciclo da violência sofre preconceito, e muitas vezes é revitimizada por quem deveria acolher e não julgar. Mesmo após o advento da Lei 11340/2006 – Lei Maria da Penha, que visa coibir a violência doméstica e mudar a estrutura do atendimento prestado à mulher vítima de violência, o Brasil ainda não possui uma rede de atendimento à mulher vítima de violência compatível com o tamanho do problema.

---

<sup>4</sup> Apesar de a violência doméstica ter várias faces e especificidades, a psicóloga norte-americana Lenore Walker identificou que as agressões cometidas em um contexto conjugal ocorrem dentro de um ciclo que é constantemente repetido.

Os dados são insuficientes e a denúncia é dificultada devido à falta de recursos, espaços adequados e profissionais qualificados para receber a vítima, o Poder Judiciário ainda luta para implementar os Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, que precisam ser dotados de equipe multidisciplinar, e a rede de atendimento carece de articulação.

Contudo, apesar dos percalços, a Lei Maria da Penha é reconhecida mundialmente, e é considerada pelo Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM) uma das três leis mais avançadas do mundo, entre 90 países que têm legislação sobre o tema<sup>5</sup>.

Saffioti (2004) considera que o patriarcado é um caso específico das relações de gênero, onde estas são desiguais e hierárquicas. A ordem patriarcal de gênero admitiria então a dominação e exploração das mulheres pelos homens, configurando a opressão feminina.

Considerando que existem várias formas de violência contra a mulher, incluindo a discriminação, a violência exercida contra as mulheres não ocorre em razão das diferenças biológicas, anatômicas e fisiológicas existentes entre os homens e as mulheres, mas em razão do gênero, que é o papel social a elas imposto, de extrema importância em um questionamento sobre a igualdade de gênero.

Desde a infância, valores são reforçados pela cultura patriarcal, sendo o gênero uma construção social, não nascemos nessa condição. Portanto, como os padrões de comportamento são impostos, também podem ser revistos e reavaliados. A desigualdade não é o mesmo que a diferença, a diferença/diversidade é positiva, somos diferentes, e isso é bom. Mas a desigualdade implica em injustiça, e nenhuma injustiça deve ser perpetrada contra um ser humano devido a seu gênero.

O termo “gênero”, segundo Teles e Melo (2013, p. 16) é utilizado para:

[...] demonstrar e sistematizar as desigualdades socioculturais existentes entre mulheres e homens, que repercutem na esfera da vida pública e privada de ambos os sexos, impondo a eles papéis sociais diferenciados que foram construídos historicamente, e criaram pólos de dominação e submissão. Impõe-se o poder masculino em detrimento dos direitos das mulheres, subordinando-as às necessidades pessoais e políticas dos homens, tornando-as dependentes.

---

<sup>5</sup> Relatório Global do UNIFEM aponta a Lei Maria da Penha entre as três mais avançadas do mundo. (RELATÓRIO..., 2010).

Os números da violência contra as mulheres e meninas, estão diretamente relacionados a esta perpetuação de pensamento e comportamento sexista/machista que coloca as mulheres como cidadãs/pessoas de segunda classe na sociedade por gerações e gerações. A mulher precisa sair do lugar do silenciamento sair da sua condição subalterna para poder ter voz. Essa ruptura com o pensamento dominante faz parte da sua emancipação.

A entrevistada Mazé, ao lembrar a submissão da mãe diante do seu pai, mostra todo seu inconformismo e como ela, aparentemente de modo instintivo, procurou não seguir o mesmo caminho.

*Como mulher, no início eu não via o racismo, o preconceito, via mais a questão de gênero. Eu via que mulher, eram os maridos que mandavam, talvez porque a minha mãe foi uma pessoa muito submissa. Não apanhou, não sofreu nada, sempre foi pobre e tal, mas eu via a submissão dela. A última palavra era do marido, não tinha uma vivência fora de casa. Eu via, eu notava muito isso. Eu era atenta nesse negócio. Minha mãe não tinha nada a ver comigo, nada. Eu levei para o Conselho o meu gênio, essa independência da mulher, de ela ter, assim. Mas voz ativa dentro de casa, na educação dos filhos, não estudei nada, era intuitivo. (Mazé Lima, em entrevista à autora, em 18/01/2020).*

Thara Wells também refletiu sobre a importância do combate ao machismo, e de como foi importante a luta das mulheres contra a violência de gênero, mas questiona a falta de representatividade da mulher trans e a pouca sensibilidade de algumas mulheres para entender que todas passamos pelas mesmas opressões.

*Eu fico imaginando como era a gestão e o Conselho da Mulher na época da ditadura. Eu fico imaginando que era uma luta gigantesca, e quantas vezes muitas mulheres conselheiras devem ter feito vista grossa sobre tudo que estava acontecendo pra não sofrer, para que o Conselho não deixasse de existir. Mas houve resistência, muita resistência das mulheres que realmente acreditavam nessa mudança da sociedade, nesse combate ao machismo, e toda violência que isso traz para vida da gente. E é por isso que eu digo: “que triste que as mulheres trans não participaram disso, que triste que as outras mulheres não enxergaram toda situação que elas vivenciavam, e as desigualdades e as violências que elas lutavam pra acabar. Elas não enxergavam que as mulheres trans também passavam pelas mesmas situações. Triste. Nossa luta é todo dia. (Thara Wells, em entrevista à autora, em 20/08/2020).*

Só vive quem ousa romper a cultura do medo (MENICUCCI, 2016), e para quebrar paradigmas é preciso enfrentar nossos medos. Dentro do Conselho da Mulher, mulheres sofreram e enfrentaram a violência – caladas ou unidas, elas resistiram.

## Capítulo 3

### Participação da mulher na política e as políticas partidárias: portas abertas, entraves e desafios

#### 3.1 História da criação dos Conselhos de Mulheres no Brasil

Abarcando a ideia de uma constituição cidadã, a Constituição de 1988 apresentou grandes avanços em relação aos direitos sociais, e introduziu instrumentos de democracia direta (plebiscito, referendo e iniciativa popular), instituiu a democracia participativa e abriu a possibilidade de criação de mecanismos de controle social, como, por exemplo, os Conselhos de Direitos. Os Conselhos como mecanismos de participação e de legitimidade social iniciam-se no Brasil, segundo Maria da Glória Gohn (1995), como fruto da organização e das lutas sociais.

Dentre os tipos básicos de Conselhos criados ao longo das décadas de 1970 a 1990, destaca essa autora que, alguns aparecem na cena política a partir da iniciativa popular ainda no contexto ditatorial, a exemplo dos Conselhos Comunitários, e outros foram criados por exigências constitucionais e legais, como os Conselhos de Políticas Públicas e os de direitos. O Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) foi instituído pela Lei 7.353/1985 e regulamentado pelo Decreto 6.412/2009. Sua finalidade consistia em formular e propor diretrizes de ação governamental voltadas à promoção dos direitos das mulheres e atuar no controle social de políticas públicas de igualdade de gênero.

O CNDM, criado em 1985, era vinculado ao Ministério da Justiça, para promover políticas que visassem eliminar a discriminação contra a mulher e assegurar sua participação nas atividades políticas, econômicas e culturais do país. De 1985 a 2010, o CNDM teve suas funções e atribuições bastante alteradas. Em 2003, ele passou a integrar a estrutura da Secretaria de Políticas para Mulheres (SPM) e a contar, em sua composição, com representantes da sociedade civil e do governo. Isso ampliou significativamente o processo de controle social sobre as políticas públicas para as mulheres.

O Conselho Nacional dos Direitos da Mulher surge a partir das lutas e das reivindicações dos movimentos sociais feministas e de mulheres impulsionado na década de 1970 com a instituição do Ano Internacional da

Mulher, em 1975, pela ONU. “Em agosto de 1985, finalmente, foi atendida a histórica reivindicação das mulheres e criado o Conselho Nacional de Políticas para as Mulheres (CNDM), vinculado ao Ministério da Justiça, com o objetivo de “promover em âmbito nacional, políticas que visem a eliminar a discriminação da mulher, assegurando-lhe condições de liberdade e igualdade de direitos, bem como sua plena participação nas atividades políticas, econômicas e culturais do país”. A mesma lei cria o Fundo Especial de Direitos da Mulher que dotaria o CNDM dos recursos necessários para o desenvolvimento de suas atividades. A estrutura do CNDM era, então: Conselho Deliberativo, Assessoria Técnica e Secretaria Executiva. No período pré-Constituição, o CNDM articulou junto com os movimentos feministas e de mulheres, os conselhos estaduais e municipais e a Bancada Feminina no Congresso Nacional, estratégias visando a inclusão dos direitos humanos das mulheres na Constituição de 1988. A campanha “Constituinte para valer tem que ter palavra de mulher” e o “lobby do batom” resultaram na “Carta das Mulheres aos Constituintes” e em 1988 a nova Constituição incorporou a maioria das reivindicações deste movimento. (CNDM – Breve Histórico)

Cumprindo seus objetivos, o CNDM coordenou as quatro grandes conferências nacionais para a elaboração de políticas públicas para as mulheres, em articulação com a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM). Contudo, esse ciclo virtuoso de conquistas e avanços sofreu sensível abalo com o desmonte do Ministério da Mulher da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, passando a ser uma subsecretaria do Ministério da Justiça. Com o advento do governo Bolsonaro, em 2019, nasceu o atual Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Atualmente, o Ministério é administrado e liderado pela ministra Damare Alves, indicada pelo presidente Jair Bolsonaro.

Entre 2015 e 2019, o orçamento da Secretaria da Mulher, órgão do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, foi reduzido de R\$ 119 milhões para R\$ 5,3 milhões. Levantamento feito pelo jornal *O Estado de S. Paulo* aponta que, no mesmo período, os pagamentos para atendimento às mulheres em situação de violência recuaram de R\$ 34,7 milhões para apenas R\$ 194,7 mil<sup>6</sup>.

O movimento de mulheres, atônito, viu, após a deflagração do chamado golpe de 2016<sup>7</sup>, o desmonte nas políticas sociais, sobretudo com a publicação Portaria nº 611, de 10 de junho de 2016, que desmobilizou e inviabilizou, por 90 dias, todas as atividades dos

---

<sup>6</sup> Governo não faz repasses a programa de combate à violência contra a mulher. Sem receber nenhum repasse no ano passado, a ministra Damare pretende reformular o projeto "Casa da Mulher Brasileira", criado em 2015. (Estadão Conteúdo, 2020).

<sup>7</sup> O livro *O golpe na perspectiva de gênero*, organizado por Linda Rubim e Fernanda Argolo, aborda a dimensão de gênero na crise política brasileira, e no processo de impeachment de Dilma Rousseff.



Conselhos de Controle Social vinculados ao Ministério da Justiça, bem como a falta de repasses financeiros, interrompendo sensivelmente as atividades do Conselho.

Fabiana Sanches Grecco (2019, p. 192), citando o livro *O golpe na perspectiva de gênero*, de Linda Rubim e Fernanda Argolo, comenta:

Conforme Eleonora Menicucci, ao assumir o governo, Dilma Rousseff aprofundou o espectro de políticas para as mulheres. Seu governo ficou caracterizado pela maior presença de mulheres nos ministérios, pela criação da Secretaria de Políticas para Mulheres, que passou a ter status de ministério, pela sanção da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) das Domésticas, da Lei do Femicídio e da lei que obriga o atendimento integral às vítimas de violência sexual (lei n.12.845/2013); isso, além do aprofundamento da implementação de políticas anteriores como a Lei Maria da Penha, Bolsa Família, Casas da Mulher Brasileira e o disque 180. Enfim, a eleição de Rousseff representou uma mudança na participação política e na vida das mulheres, como aborda Vanessa Grazziotin, ainda que isso tenha retrocedido. No dia seguinte à posse do governo interino de Michel Temer, esse cenário foi revertido. O Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos foi fechado, passando a ser uma atribuição do Ministério da Justiça. Além da falta de mulheres na lista ministerial, houve o corte no orçamento de políticas para mulheres que chegou a 61% em um ano, como afirmam Rubim e Argolo. Outros retrocessos que afetam particularmente as mulheres são: a reforma da previdência, a retirada do debate de gênero do Plano Nacional de Educação (PNE) e o ataque ao que vem sendo definido como “ideologia de gênero”. Todas essas medidas se deram em um “ambiente em que foram rompidos laços e diálogo com os movimentos feministas”, conforme Flávia Biroli (p.78). Menicucci destaca que os primeiros cortes acontecem nas ações voltadas para a vida das mulheres porque “o patriarcado é o sustentáculo do capitalismo, o sustentáculo das políticas neoliberais” (p. 71). Para Menicucci, trata-se de “um golpe patriarcal, machista, sexista, capitalista financista, fundamentalista, mediático e parlamentar” (p. 66), mas também “de raça, classe, gênero e com uma orientação heteronormativa”, conforme Gomes. Rubim e Argolo alertam que o golpe foi instituído ao “som das panelas, um artefato simbólico, enquanto estigma, na vida das mulheres” (p.12).

Resta claro o objetivo do atual governo brasileiro, de tolher qualquer avanço nos direitos das mulheres sob desculpa de que a crise econômica tornou insuficiente o repassasse de verbas para essa questão, e sobre a qual Simone de Beauvoir já nos alertava: “Nunca se esqueça que basta uma crise política, econômica ou religiosa para que os direitos das mulheres sejam questionados. Esses direitos não são permanentes. Você terá que manter-se vigilante durante toda a sua vida” (BEAUVOIR, 1980 apud MELITO, 2020, n.p.).

Se os Conselhos objetivam gerar um encontro entre o Estado e a sociedade, promovendo a diminuição da distância entre o poder público e os cidadãos, a ideia parece ser produzir políticas públicas relacionadas com demandas locais, chamando para a discussão e deliberação aqueles que melhor conhecem os problemas de suas comunidades, pois os vivenciam no dia-a-dia (SCHULZ; MENDES; RODRIGUES, 2013).

De suma importância diante das investidas contra os direitos garantidos na Constituição de 1988, é saber definir o que são as políticas públicas e qual a importância da participação da sociedade nos processos de construção de cidadania.

Machado (2016) cita Monika Dowbor (2016 apud MACHADO, 2016, n.p.) a respeito de políticas públicas e o protagonismo da sociedade civil, destacando a importância de equilibrar as formas de ocupar os espaços de poder, para que as políticas públicas cheguem a seus destinatários.

Políticas públicas sempre têm cara de homem branco, de renda alta e morador do Sul/Sudeste. Se a voz de negros, pobres e mulheres não aparecem nas políticas públicas, elas nunca vão refletir os anseios dessa população. O desafio é inserir essas pessoas no protagonismo da sociedade civil.

O cerne da ideia de política pública é a da soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos. (DOWBOR apud MACHADO, 2016, n.p.)

Thomas Dye (1984 apud SOUZA, 2008, N.P.) sintetiza a definição de política pública como: o que o governo escolhe fazer ou não fazer. Por isso, nem todas as questões sociais entram na agenda de governo, sendo papel da sociedade civil, muitas vezes, reivindicá-la.

Na fala de Mazé Lima podemos identificar a forte influência da institucionalização que o CMDM sofreu. Segundo sua narrativa, a sua partição política partidária abriu muitas portas ao Conselho, mas também existia o outro lado da moeda que, certamente, também criou entraves e representou desafios.

*Eu acho que o que eu fiz antes foi muito melhor, muito melhor, porque eu não era ligada a ninguém, a partido nenhum. Eu era aceita por todos, tinha entrada em qualquer Secretaria e depois a coisa já ficou meio assim, “não vamos dar porque é PSDB, não vamos fazer porque não sei o quê”, A gente também acaba sofrendo mais pressão de partidos de oposição. Então, eu acho que politicamente, quando a gente tá num partido, dificulta, e muito.*

*Mas eu acredito também que seja muito importante ter mulheres na política: pela deputada Maria Lucia conseguirmos verbas para a construção do CEREM, a Vara de Violência doméstica em Sorocaba, etc. A Cíntia de*

*Almeida, como vereadora, conseguiu o exame do pezinho pra detectar a anemia falciforme. Então, deve-se aproveitar os políticos de todos os partidos porque mais importante é a causa. (Mazé Lima, em entrevista à autora, em 18/01/2020).*

Marilene Costa também relata esta influência político-partidária nas ações do CMDM:

*Nessa época, a Mazé já estava na Secretaria, então a gente tinha um apoio muito grande. E as coisas que aconteceram, daí pra frente, no Conselho, a Mazé na Secretaria, a Maria Lúcia na Assembleia em São Paulo, nos davam muito apoio. Eu acho importantíssimo as mulheres na política. É fundamental, porque elas podem lutar pelos direitos da mulher e ajudar. Isso aconteceu muito na época em que a Mazé esteve à frente da Secretaria de Cidadania. A vida dela também começou no Conselho, então pra ela era muito importante o Conselho, e esse apoio foi fundamental. (Marilene Costa, em entrevista à autora, em 7/02/2020)*

Outros entraves e desafios também foram evidenciados na fala de Valéria Flores, diante da relação político-partidária e políticas públicas existentes dentro do CMDM, e o quanto isso influenciava nas ações do Conselho.

*Foi pensando nessas mulheres que o Conselho apresentou em Brasília, através da Dep. Iara Bernardi, um projeto para a qualificação da mulher vítima de violência. Nossa ideia era qualificar a mulher para o mercado de trabalho, pois com uma renda para se manter e manter seus filhos, essa mulher não precisaria estar na dependência de seu companheiro algoz. Então firmamos esse projeto em parceria com o SENAC, que proporcionaria cursos diversos para as mulheres, como manicure, podóloga, cabeleireira, boleira, doceira, entre outros. Infelizmente, por motivos políticos, essa parceria não se concretizou. O Conselho da Mulher de Sorocaba sempre contou com o apoio do Governo Estadual através de muitos trabalhos realizados em parceria com o Conselho Estadual da Condição Feminina, com apoio também da primeira dama de Sorocaba, Dra. Maria Lucia Amary. Através do trabalho do Conselho, algumas secretarias, participação do CIM Mulher e autoridades de Sorocaba, foi montada uma rede, por assim dizer, para agilizar o atendimento à mulher vítima de violência: da confecção do BO, ao atendimento no IML e ao encaminhamento do caso à justiça. (Valéria Flores, em entrevista à autora, em 30/09/2021)*

### **3.2 - A institucionalização do movimento de mulheres e a importância dos conselhos municipais de direitos da mulher**

Os Conselhos, como mecanismos de participação e de legitimidade social, iniciam-se no Brasil, segundo Maria Gloria Gohn (1995), como fruto da organização e das lutas sociais. A mediação povo-poder por meio dos Conselhos como esferas públicas de exercício do poder no Brasil, é medida instituída no período de 1970 a 1993.

A criação de Conselhos e até de Ministérios que se ocupassem exclusivamente das questões referentes à mulher, como bem apontou Céli J. Pinto (2003), nunca foi uma ideia consensual no movimento feminista. O medo de que a incorporação do tema à pauta oficial dos governos remeteria a uma institucionalização do movimento de mulheres, que estariam subjugadas ao aparato estatal, perdendo sua autonomia, era latente, inclusive em relação aos partidos políticos.

Para uns são conquistas de direitos a obter ou preservar, pois há toda uma luta por detrás de sua aparente causalidade; para outros, são mecanismos que permitiriam diminuir os custos operacionais das ações estatais, dar-lhes maior agilidade e eficiência, evitar desperdício, ampliar a cobertura a baixo custo, diminuir conflito social e, até desativar possíveis ações públicas, tirando-as da arena de atendimento pelo Estado. (GOHN, 2004, p. 317)

Céli J. Pinto (2003) explica que o ano 1979 foi marcado por dois grandes acontecimentos: a anistia dos presos políticos e a reforma partidária, e que isso, mesmo não estando diretamente relacionado ao movimento feminista, teve grande influência no movimento, pois com a anistia houve o retorno de grandes lideranças – pessoas que estiveram exiladas na Europa e outros países e que, voltando com ideias mais vanguardistas, acabaram por influenciar as feministas brasileiras. Da mesma forma, a anistia trouxe maior liberdade, menos medo, e isso representava mais possibilidades de manifestações. Nesse cenário político-cultural, desenvolveram-se os acontecimentos da década de 1980. O movimento feminista, com a possibilidade de se filiar a outros partidos políticos fora do bipartidarismo (ARENA-MDB), vigente na ditadura civil militar brasileira (64-85), se viu dominado pela questão política em 1982 (PINTO, 2003, p. 68).

Não se pode olvidar que a criação dos Conselhos de Direitos está diretamente ligada a dois acontecimentos importantes do início da década de 1980: a redemocratização do país e a reforma partidária que acaba com o bipartidarismo. E nesse sentido, o movimento feminista

tomou novos rumos, levou as militantes feministas, até então identificadas com MDB, a se dividirem entre o Partido do Movimento Democrático (PMDB), que sucedeu o MDB, e o Partido dos Trabalhadores (PT), ficando assim, de um lado as feministas que lutavam pela institucionalização do movimento e por uma aproximação da esfera estatal, e do outro, as autonomistas, que viam essa aproximação como sinal de cooptação e queriam formas alternativas de participação política (PINTO, 2003).

A institucionalização aconteceu, e exemplo disso foi a criação do Conselho da Condição Feminina de São Paulo, criado em 1983, por um grupo de mulheres do PMDB, tornando-se o primeiro órgão desse tipo criado no Brasil. Essa também foi a trajetória de muitos outros Conselhos de Mulheres que tiveram seu nascedouro na institucionalização.

O Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo foi criado em 1983, portanto é o primeiro Conselho em defesa dos direitos das mulheres do país. Após três anos, foi regulamentado pela Lei n. 5447/86 como um órgão institucional que tinha como objetivo fazer a ligação entre a sociedade civil e o governo do estado nas políticas públicas para a mulher. O Conselho da condição feminina do estado de São Paulo é o exemplo mais visível de como a institucionalização do movimento de mulheres ocorreu.

A professora Céli J. Pinto (2003) relata que a institucionalização acabou acontecendo, e sua forma mais visível foi a dos Conselhos da Condição da Mulher, mas não a única e possivelmente nem a mais bem sucedida:

A história da institucionalização do movimento feminista junto ao Estado por meio da organização de conselhos estaduais e do Conselho Nacional passa pela vitória do PMDB em alguns estados brasileiros em 1982, mais especificamente pela eleição de Franco Montoro no Estado de São Paulo, onde o movimento feminista era bastante organizado e tinha algumas figuras de projeção nacional nas áreas e cultura, da política, e da academia. A proposta do conselho foi apresentada ao governador por um grupo de mulheres do PMDB e ele foi oficializado por decreto em abril de 1983, tornando-se o primeiro órgão desse tipo a ser criado no Brasil. (PINTO, 2003, p. 70)

Mazé Lima relata bem essa relação pela qual passou o movimento de mulheres frente à institucionalização dos Conselhos de Direitos, em especial o CMDM de Sorocaba:

*Eu não tinha conhecimento da formação do primeiro Conselho da Mulher de Sorocaba, só fui me interessar por isso no governo do Franco Montoro; foi ele quem criou essa história de Conselhos. Quando eu tive conhecimento disso, soube que em Sorocaba esse Conselho seria formado só pelas*

*mulheres dos secretários. Então, realmente fiquei na minha! E depois eu nunca mais ouvi falar desse Conselho. Eu acho que era o ano de 1984 quando o Conselho foi criado, depois nunca mais ouvi falar. Só ouvi falar desse Conselho, de novo, em 1988. Eu acho também que nesse primeiro Conselho quem só não era esposa de secretário, era a Ana Maria Mendes, acho que ela entrou através da UNISO. Quem presidia esse primeiro Conselho era a mulher do prefeito, que era a Berenice Francisco. Daí, desse Conselho nunca mais eu ouvi falar dele. (Mazé Lima, em entrevista à autora, em 18/01/2020).*

Como o Conselho da Condição Feminina do estado de São Paulo, O CMDM de Sorocaba, inicialmente criado em 1984, só tinha caráter consultivo, não possuía orçamento próprio e era composto por mulheres do partido vencedor – no caso, o PMDB.

Evidente que com essa formação o Conselho não tinha representatividade, muitas mulheres como Mazé Lima não se sentiam pertencentes a esse lugar. Talvez por isso, o Conselho da Condição Feminina do Estado tenha sofrido, desde a sua criação, forte oposição de feministas ligadas ao PT, de grupos de mulheres de camadas mais populares que não se sentiam representadas.

Sobre essa questão, Céli Pinto (2003) argumenta que a institucionalização do movimento de mulheres se deu através do recrutamento das mulheres para ocupar posições em Conselhos ou em outros órgãos estatais. Se o recrutamento ocorre a partir do Estado, a tendência é que partido e movimentos venham a se confundir, resultando daí um comprometimento com sua independência.

*A questão da mulher não pode mais ser uma questão de esposas de políticos e chás beneficentes. Nós abandonamos o *status* de objeto para sermos tema. A luta por nossa liberação não tem como base uma liberação acordada, porque nós somos sujeitos de luta, nós devemos então decidir nossa vida. Os movimentos populares de mulheres querem tomar as suas próprias decisões. E nós esperamos que haja lugar neste novo governo para essa participação. (SOARES, 1998 apud PINTO, 2003, p. 71)*

Num outro momento, a fala da entrevistada Mazé Lima também revela o quanto essa institucionalização acaba por engessar a participação da sociedade civil. Claramente percebemos que esse espaço pensado para exercer um controle social, podemos ponderar que ao lado de suas contribuições existem limites e lacunas, disputas de poder engendradas por viés político-partidário, o que me faz refletir se os Conselhos mais contribuem, ou também podem servir de obstáculos à efetivação de direitos e construção de políticas.

*Nessa segunda fase, quando voltei para o Conselho, já tinha uma visão mais política e minha maior contribuição foi reestruturar de novo o Conselho. Mas eu acabei ficando pouco, porque logo depois tomei posse em São Paulo como conselheira estadual no Conselho da Condição Feminina do Estado. Pra mim, o Conselho foi um aprendizado, eu sou mais conhecida em São Paulo do que em Sorocaba, porque eu fiz parte de muita coisa, não só aqui, como em São Paulo também. Fiz parte de muitos cursos, mas também nessa segunda etapa, minha atuação no Conselho foi mais difícil, porque eu era política já. Se você não tiver ligação política é muito melhor, porque tudo o que você fala, tudo o que você faz, parece que você tá querendo voto, que você tá querendo aparecer politicamente. Então, eu achei que o primeiro mandato meu, o tempo que eu fiquei lá, eu conseguia mais credibilidade junto às mulheres. E percebo que, quando se põe essa conotação política dentro do movimento de mulheres e de negros, você perde muito. (Mazé Lima, em entrevista à autora, em 18/01/2020)*

Cibele Rizek (2003, n.p.), sobre projetos que contam com a participação do Estado, afirma:

Assim, a participação da sociedade civil enfrenta limitações que se originam nas estruturas estatais pouco comprometidas com os processos de democratização, na burocratização, na penúria de recursos, na ineficácia, na instabilidade dos projetos que pressupõem a parceria com o Estado e, ainda, na exigência de qualificação técnica e política que deveria estar vinculada à manutenção da autonomia e da capacidade de representação efetiva. Ademais, vale lembrar que, no interior da própria sociedade civil, há confronto entre diferentes projetos políticos, concepções e interesses. As dificuldades de reconhecimento da pluralidade e da busca de interesses comuns para além das diferenças, isto é, a constituição mesma da idéia de interesse público, são, de acordo com Dagnino, o núcleo de “um aprendizado” difícil: o da construção hegemônica.

O Conselho dos Direitos da Mulher de Sorocaba travou uma longa jornada de muitas encruzilhas para romper com as garras da institucionalização, e essa mudança começa a partir de 2017 com a aprovação da nova legislação desse Conselho.

Sobre isso, ilustro a fala da conselheira Drika Martim:

*O Conselho da Mulher sempre foi próximo, porque eu sempre tive amigas, companheiras de luta, que eram conselheiras do Conselho. Então, eu sempre acompanhei as lutas do Conselho, de longe, foi sempre o Conselho que eu admirava, demais. Todas as mulheres do Conselho eram as minhas referências de luta, e lá, muito atrás, eu falava: “será que um dia eu vou chegar a estar na luta com essas mulheres?” Então, a minha presença no Conselho é algo muito importante pra mim. Foi sempre algo que eu observei de longe, mas que eu nunca achei que poderia estar lá. E a aproximação foi vindo pelas amigas de luta do Conselho, e a gente dividiu várias lutas em alguns momentos. O Conselho, de uns anos pra cá, começou a ser muito mais plural, começou a ser muito mais presente nos movimentos, e isso fez com que eu conseguisse me aproximar um pouco mais, fui a algumas*

*reuniões. Até que surgiu a necessidade de entrar mesmo, na tentativa mesmo, de entrar pra gestão do Conselho, por entender o quanto é importante a representatividade. Algumas amigas que já estavam no Conselho, em algumas conversas, me convenceram da necessidade dessa minha aproximação e ida ao Conselho. E aí, foi isso, foi dessa forma que eu fui me aproximando do Conselho. (Drika Martim, em entrevista à autora, em 6/01/2021).*

*O Conselho sempre foi um Conselho de mulheres da alta sociedade da cidade, a gente sempre acompanhou muito de fora. Essa é uma gestão muito especial, porque, hoje, é de todas e é plural, e realmente dialoga com as pautas da mulher em geral. O Conselho sempre foi um local onde estavam as maiores “socialites” da cidade. E a gente sabe que nos momentos de lutas, dificilmente a gente tinha o conselho com a gente. Quando o “pau tora” lá na quebrada a gente sabe quem tá e quem não tá. Isso não deixa de ser uma construção. A gente precisa se aproximar e entender. Eu sou muito feliz, pois tive pessoas que me ensinaram muito sobre isso e sobre várias coisas que ajudam muito. Você Manu é uma delas, que me fez entender a importância de a gente estar aqui a importância da representatividade. A Rosângela Alves também sempre foi a mulher que me dizia: “você tem que ocupar os espaços”. A gente precisa estar presente, porque também é nosso lugar. (Drika Martim, em entrevista à autora, em 6/01/2021).*

Para mudança desse paradigma, foi necessária uma ruptura com a institucionalização, incorporando todas as dimensões: de classe, etnia, raça, geração, orientação sexual e identidade de gênero, pessoas com deficiência, rurais e urbanas, ampliando assim a participação das mulheres na construção das políticas públicas, desenvolvendo projetos de emancipação feminina e só assim atendendo aos interesses de um número cada vez maior e mais diversificado de mulheres em suas necessidades e ideais.

*Não gostaria de ser lembrada apenas como a pioneira. Por um lado, você pensa que é triste que as mulheres protagonistas de outras gestões não pararam pra olhar pra essas outras mulheres. E aí, me dá um pouco de tristeza. Também, por outro lado, estar no Conselho da Mulher, me dá até uma sensação de entusiasmo, de acreditar que realmente o mundo vai mudar. Então, eu acho que eu queria ser lembrada, modestamente, como aquela que esteve frente à mudança, que quando as mulheres pararam pra olhar, eu estava ali. De uma forma, como eu digo, bem modesta, representando as outras, não por ser a primeira, mas por estar ali. Eu posso dizer que eu tenho muito orgulho de participar dessa gestão com você. Eu acho que daqui 30, 40 anos, vão falar: “Olha, eu fui da gestão que tinha a Thara Wells” (Thara Wells, em entrevista à autora, em 20/08/2020).*

Cabe lembrar que a democracia foi e continua sendo o espaço essencial para a realização dos direitos das mulheres, que incluem o direito à vida e à liberdade, à liberdade de opinião e de expressão, o direito ao trabalho e à educação, entre e muitos outros. Todos



merecem esses direitos, sem discriminação. Portanto, garantir avanços e não permitir retrocessos aos direitos das mulheres, ocupando os espaços públicos de poder para dizer não à ameaça: a perda de direitos historicamente conquistados é urgente e vital.

Quando as mulheres têm seus direitos ameaçados, é a democracia que entra em risco. Durante a ditadura militar, vivemos uma situação de quebra do Estado Democrático de Direito, imposto pelo regime ditatorial de exceção. Contudo, os movimentos feministas resistiram e a luta ganhou outras vozes, até que esperança vencesse o medo.

Amélia Teles (2017) relata em seu livro *Breve história do feminismo no Brasil e outros ensaios* que mudanças profundas ocorreram na vida das mulheres sob a égide do autoritarismo.

O feminismo da segunda onda (1960-1970) conquistou o direito de escolha em todos os sentidos, inclusive o de ter ou não ter filhos/filhas, as militantes políticas também decidiram lutar sob a ditadura, pelo direito de escolha, ainda que isso lhes custasse bastante caro. Ainda que o medo estivesse presente, naqueles momentos sombrios da história, as mulheres que tiveram seus filhos na militância se dispuseram a enfrentar desafios até hoje não resolvidos. O principal deles: como conciliar as atividades políticas com a atuação de cuidadoras/mães/militantes políticas? Não haviam creches. O tema vai se transformar numa forte reivindicação depois da anistia política (1979). (TELES, 2017, p. 278-279).

Amelinha, como era carinhosamente chamada pelas pessoas, afirma que foram as mulheres que ousaram exercer o direito de escolha até as últimas consequências (TELLES, 2017).

O nó da institucionalização do movimento de mulheres está na liberdade que queremos para exercer essa luta.

Sueli Carneiro (2003), sobre as utopias e as novas agendas feministas, reconhece a importância do crescente protagonismo das mulheres negras no interior do Movimento Feminista Brasileiro, que pode ser percebido na significativa mudança de perspectiva que a nova Plataforma de Política Feminista adotou. E essa mudança também é sentida hoje no Conselho da Mulher de Sorocaba, em que mulheres pretas têm o seu protagonismo.

A manifestação #EleNão, em repúdio ao então candidato a presidente Jair Bolsonaro, dono de um discurso extremamente preconceituoso e discriminatório no qual empregou diversos artifícios da retórica racista e sexista, principalmente ofensivas às mulheres, reuniu multidões que se espalharam por cidades brasileiras, num sábado, em 30 de setembro de 2018.

Foi a maior manifestação de mulheres na história do Brasil. Foi também uma das maiores manifestações contra um candidato, independentemente das mulheres. As afirmações são de Céli R. Jardim Pinto, autora do livro *Uma história do feminismo no Brasil*, e professora do Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)<sup>8</sup>.

Por mais que essa resistência seja visível, não podemos ainda sentir que a participação política desses movimentos seja efetiva e real. O fortalecimento do valor maior para a conquista da cidadania, que é a democracia, ainda esbarra na existência da famigerada assimetria presente na vida das mulheres brasileiras.

Importante, desse modo, destacar a necessidade da participação do movimento de mulheres através dos conselhos populares. Em especial, o Conselho de Direitos da Mulher, que tem por finalidade garantir à mulher o pleno exercício de sua cidadania por meio de propostas, acompanhamento, fiscalização, promoção, aprovação e avaliação de políticas para as mulheres.

Os Conselhos Municipais de Direitos da Mulher têm por objetivo ser um centro permanente de debates, entre os vários setores da sociedade, atuando com os órgãos representantes da sociedade civil organizada e do governo, na busca de ações destinadas a garantir a cidadania de oportunidades e de direitos entre homens e mulheres, promovendo a integração e a participação da mulher no processo social, econômico e cultural.

Os conselhos municipais das mulheres possuem algumas particularidades. A mais óbvia e importante diz respeito ao recorte de gênero da representação. São conselhos temáticos que representam um grupo que historicamente tem sido minoritário em termos de presença nos fóruns decisórios. Sua fundação depende da mobilização das mulheres da comunidade que tem de pressionar o poder público. Em geral não possuem verbas, recursos humanos e infraestrutura para o funcionamento, por isso são em número limitado: a Secretaria de Políticas para as Mulheres informa 449 conselhos em funcionamento, distribuídos pelo país. Talvez os conselhos que tratam dos direitos da mulher se constituam nos únicos locais onde as mulheres possuam a totalidade das cadeiras, o que não necessariamente corresponde à inexistência de conflitos, de interesses diversos, até mesmo divergentes. Se nos conselhos ocorre uma “interação inovadora” entre atores diversos, propiciando novas práticas para sanar demandas é fundamental verificar quem são os atores e como se desenvolvem as novas práticas, para isso são apresentados dados que compõem o perfil socioeconômico; o perfil político e associativo e o perfil de atuação nos conselhos. (SCHULZ; RODRIGUES;

---

<sup>8</sup> Manifestação liderada por mulheres lotou Largo da Batata, em São Paulo; para especialista, foi o maior protesto de mulheres na história do Brasil (ROSSI; CARNEIRO, GRAGNANI, 2018).

MENDES, 2013, p. 155)

Silvana Tótor e Vera Chaia (2004) entendem que os Conselhos de Direitos são uma nova ordem política que combina participação direta da sociedade civil com formas tradicionais de representação política.

Contudo, segundo Silva (2010), a relação entre Estado e sociedade civil é perpetuada por interesses antagônicos de classes sociais distintas, e essa relação se situa em um campo de disputas por hegemonia, a partir de lutas que visam “a manutenção e ou a transformação societária”.

O enfrentamento das desigualdades de gênero apresenta-se como um dos mais importantes desafios que ao poder público compete responder. E a nós, mulheres, compete reivindicar e tornar realidade. Ainda hoje, em que pese todas as transformações ocorridas na condição feminina, muitas mulheres não podem decidir sobre suas vidas, não se constituindo sujeitos complexos e ativos na sociedade. Através dos tempos, a subalternidade foi determinante na construção dos gêneros, razão pela qual é tão difícil implementar políticas públicas que rompam com os padrões atuais e que desafiam as relações patriarcais existentes.

O estudo dos feminismos no Brasil parece nunca ter sido tão atual em seus múltiplos aspectos, pois vivemos um momento histórico de retrocesso a direitos e liberdades das mulheres. Em 2015, a ONU, através de um comunicado do Grupo de Especialistas sobre a Discriminação Contra as Mulheres (CEDAW, em sua sigla em inglês) advertiu, por meio de comunicados, sobre o perigo de que os avanços conquistados durante anos de luta pela igualdade se percam.

Os progressos e as conquistas durante os últimos cem anos na luta pela igualdade das mulheres estão sob constante ameaça. (...) Estamos vendo sinais repressivos, frequentemente em nome da cultura, da religião, das tradições, que ameaçam o duro progresso alcançado...Estamos vendo tentativas de restringir o lugar da mulher à esfera doméstica, e apesar da importância da família, sua proteção não pode estar em detrimento do direito das mulheres à autonomia... A cada ano, 50 mil mulheres morrem no mundo por causa de um aborto inseguro e outras 5 milhões sofrem lesões graves por falta de serviços reprodutivos. (ONU..., 2015)

A ONU lembrou ainda que a participação política das mulheres continua sendo muito baixa, dado que só representam 20% dos parlamentares do mundo, e 17% dos chefes de

Estado e de governo, sem que a mulher ocupe espaços de poder. Entre estes, órgãos de controle social como os Conselhos de Direitos, ou a política das questões de gênero, que acabam enfrentando posicionamentos teocráticos<sup>9</sup> intransponíveis, de forma a impossibilitar uma educação para diversidade que crie condições de convívio com as diferenças.

As mulheres e outros grupos são reiteradamente expostos a violações de direitos, agressões físicas e verbais, e discriminações de todo tipo. Suas diferenças convertem-se em reais desigualdades, inclusive incorporadas pelo discurso que embasa o sucateamento e desmantelamento de políticas públicas voltadas às questões de gênero, refletindo nos altos índices de violência<sup>10</sup>.

Na narrativa de Thara Wells, fica evidente a importância de reconhecermos que todas as nossas lutas são coletivas, que o CMDM, assim como o movimento de mulheres, deve estar aberto ao diálogo e ao respeito pelas experiências das mulheres em sua diversidade.

*Eu nunca tinha ouvido falar do conselho da mulher. Aí depois que eu fiz o curso de promotoras legais populares, que é um curso de empoderamento da mulher do qual participei da primeira turma de mulheres trans do PLP (promotoras legais populares), eu fui abraçada pelo movimento de mulheres, reconhecendo a minha identidade enquanto mulher também, e até como aliada, porque, como eu sempre digo, somos vítimas do mesmo vilão que é o machismo.*

...

*E a gente vê que é tão frágil a situação das mulheres trans na nossa sociedade, enfim, no que tange o seu direito, a sua garantia de direito, a sua existência, sobrevivência. E vi que muitas pessoas não acreditavam e também sabiam, mas não estavam nem aí para a importância de ter uma mulher trans enquanto conselheira titular do conselho da mulher. Quando cheguei no conselho eu já esperava certa resistência, porque pela minha vivência eu esperava, até mais do que vi e do que aconteceu. A gente vive numa sociedade que não é chique ser preconceituoso, a gente vê, às vezes, os olhares das pessoas, elas meio que questionam: “o que você está fazendo ali?”, “ali não é o seu lugar”, esquecendo tudo que orbita em torno da existência trans. Eu consigo perceber nos olhares das pessoas, nas falas. Tanto que, a teve uma pessoa citando outra trans, já deslegitimando a sua identidade e aí a gente propôs o curso de formação, pra que a pessoa entenda que ninguém tem que aceitar ninguém, mas que respeitar é um ato constitucional, tem que respeitar as pessoas, independente do que elas são fora dali, ou enfim, da vida delas. Para mim, foi bem revelador. Até conviver*

<sup>9</sup> Líderes teocráticos operam em uma lógica que Max Weber chamou de “ética da convicção”, na qual a convicção pessoal sobre o que é considerado verdade é o que guia suas decisões (ao contrário da “ética da responsabilidade”, onde as consequências dos atos devem ser consideradas).

<sup>10</sup> O Brasil ocupa o 5º lugar no ranking mundial de Femicídio, segundo o Alto Comissariado das Nações Unidas pra os Direitos Humanos (ACNUDH). O país só perde para El Salvador, Colômbia, Guatemala e Rússia em número de casos de assassinato de mulheres. <https://vestibular.uol.com.br/resumo-das-disciplinas/atualidades/femicidio-brasil-e-o-5-pais-em-morte-violentas-de-mulheres-no-mundo.htm>

*com mulheres plurais, de pensamentos plurais, agente é unida, tinha que ser. Tem que ser, em torno de uma ideia, de uma luta. A minha presença no conselho já é uma forma de marcar território.* (Thara Wells, em entrevista à autora, em 20/08/2020)

A presença de Thara Wells, primeira mulher trans eleita para um Conselho Municipal de Direitos da Mulher, não se trata apenas de uma demarcação de território, é um fato que não pode ser silenciado ou esquecido, pois representa um princípio de mudança.

A história das mulheres mudou. Em seus objetos, em seus pontos de vista. Partiu de uma história do corpo e dos papéis desempenhados na vida privada, para chegar a uma história das mulheres no espaço público da cidade, do trabalho, da política, da guerra, da criação. Partiu de uma história das mulheres vítimas para chegar a uma história das mulheres ativas, nas múltiplas interações que provocam a mudança. (PERROT, 2007, p. 15-16)

Muitas mulheres não se sentem pertencentes nos espaços de poder. Drika relata seu medo diante da responsabilidade de representar o Conselho. Eleita pelo voto das mulheres no segmento Comunidade Negra, mesmo não tendo sido indicada pelo movimento negro, que se reuniu para indicar nomes de mulheres, Drika é a legítima representante do segmento no Conselho. Segundo ela, é preciso ter coragem para pautar a mulher negra, e ter uma mulher negra e periférica é sinal de representatividade.

*E eu fiquei muito feliz e assustada mesmo pela minha eleição, porque é muita responsabilidade você ocupar uma cadeira do Conselho. Nós somos o segundo Conselho mais antigo do país. É uma responsabilidade pela quantidade de votos que eu tive, foram muitos votos, teve uma diferença de votos bem grande. Mas, isso aconteceu porque as lideranças entenderam que eu teria que estar lá, que eu seria o ideal para aquele momento e aquela gestão, representando o movimento negro. E aí, foi, mais uma vez, um trabalho de equipe, no qual não só eu, mas também diversas lideranças mulheres trabalharam para que eu fosse legitimada nessa ida ao Conselho. Foi assim, uma junção de sensações, muita alegria, mas, ao mesmo tempo, um certo medo pela responsabilidade. A gente, às vezes, tem o medo de não render, de não conseguir segurar o “reggae”, mas foi muito bacana. Vem sendo muito confortável pra mim, estar no Conselho, porque eu tenho as minhas amigas ali sendo um alicerce. Então, quando tem as mais velhas como você, fica um pouco mais tranquilo. Mas, a responsabilidade, a gente sabe que existe, porque falamos da representatividade de um movimento que, antes dessa gestão, a gente não tinha representatividade, não tinha voz. Então, hoje, eu falo de uma gestão de muita coragem. Você precisa ter coragem para pautar a mulher negra, pra ter uma mulher negra, periférica. Em alguns momentos, a gente precisa ser um pouco forte em algumas ações, algumas vezes, polêmicas também. É uma gestão que precisa de muita coragem, as pessoas precisam ter coragem pra tocar isso. Vem sendo confortável, mas ao mesmo tempo, vem dando resultados, porque é uma*

*gestão muito unificada que entende o quanto é importante evidenciar a pauta da mulher. Essa gestão prioriza as pautas da mulher da comunidade negra. Está sendo tranquilo, é óbvio que a parte burocrática impede algumas coisas, mas nós fizemos ações ao longo desse mandato que nunca que nunca tinham acontecido: as comemorações do Dia da Mulher Negra Latino-caribenha nunca haviam existido; e publicações direcionadas às mulheres negras, o que é importante, porque a gente fala muito da mulher negra, pois não é a mesma luta da mulher branca. A sensibilidade dessas mulheres dessa gestão, faz com que tudo isso aconteça. Elas priorizam muito isso. É óbvio que a sensibilidade e empatia da nossa presidência faz com que tudo isso aconteça da melhor forma possível. Temos uma líder hoje que luta pela causa da população negra e da mulher, e isso facilita o nosso trabalho em pautar isso na sociedade e na gestão do Conselho. As demandas na quebrada são diárias. A gente encaminha muita coisa para o Conselho, porque todo dia está acontecendo alguma coisa lá e “é nós por nós”, na quebrada “é nós por nós”. E esse Conselho veio pra fortalecer muito, momentos de amparo mesmo, que a gente faz dentro da quebrada, porque poucas pessoas saem do centro ou atravessam a cidade pra ir socorrer as nossas mulheres na quebrada. E nesse Conselho, existe isso. Inclusive, 24 horas por dia. E essa situação de se autoafirmar “sou mulher preta de quebrada” é importante, porque ali também é nosso local de fala... (Drika Martim, em entrevista à autora, em 6/01/2021)*

Através das memórias das mulheres entrevistadas, podemos observar a necessidade de pertencimento e representatividade nos movimentos sociais, em especial o de mulheres. É preciso que as mulheres ocupem os espaços de poder, um deles é o CMDM.

## Capítulo 4

### **Uma aliança fraterna, esculpida com os elos das nossas histórias: narrativas das mulheres do Conselho**

A primeira entrevistada foi Mazé Lima, que presidiu Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Sorocaba em três momentos. Seu primeiro mandato foi em 1990 e durou até 1992, depois foi reeleita e ficou de 1992 até 1994, como presidente do Conselho. Retornou novamente à presidência, de 2001 a 2003. Conversamos em sua casa no dia 20/01/2020 por 1h e 24 minutos. Foi uma entrevista marcada pela percepção da entrevistada sobre o movimento de mulheres: trouxe informações de como a institucionalização foi marcante para o CMDM, tratou de como a política partidária esteve presente na vida das conselheiras, e trouxe exemplos de racismo que ela enfrentou. Apresentou forte valorização das suas ações e não dos coletivos, e sua percepção de que o CMDM atual perdeu o foco fazendo uma crítica à inclusão de outras diferenças, ao que parece, especialmente, a sexualidade. E consignou a importância de resgatar o trabalho com mulheres.

A segunda entrevistada, Marilene Costa, presidiu o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Sorocaba por duas gestões: de 2008 a 2010 e de 2010 a 2012. Marilene começou narrando sua trajetória, contando sua experiência como advogada do CMDM, e como isso a impactou, principalmente com a lida dos casos de violência doméstica. Trouxe relatos de casos marcantes, analisando o quanto o machismo está arraigado em nossa cultura. Nossa entrevista foi realizada no dia 7/02/2020, na sede do Conselho da Mulher, e durou por 58 minutos e 46 segundos. Foi uma entrevista marcada pelo atual momento político e os retrocessos que vivenciamos em relação a todas as áreas, principalmente aos direitos das mulheres. Ela cita o incentivo à violência, em uma cultura da violência, e o papel importante do CMDM nesse enfrentamento.

Maria da Glória Souza foi a terceira entrevistada. Sua entrevista foi realizada em sua casa, no dia 14/02/2020, por 45 minutos e 28 segundos Glória narrou sua ativa participação no Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Sorocaba, tendo sido secretária do Conselho e vice-presidente. Acabou por presidir o CMDM em algumas oportunidades. A entrevista foi marcada pela memória de eventos marcantes do CMDM ao longo dos anos. Glória registrou muito desses momentos, e talvez não tenha a percepção de quando seu hobby

acabou por favorecer documentalmente a história do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Sorocaba.

A quarta entrevistada foi Sara Pedro Correa, a Thara Wells, militante do movimento LGBTQIA+ de Sorocaba e a primeira mulher trans eleita para um conselho municipal de direitos da mulher, no segmento diversidade sexual, na eleição de 2018, e está no seu segundo mandato no CMDM. A entrevista partiu desse ponto. Thara foi entrevistada em sua residência no dia 20/08/2020 por 53 minutos e 24 segundos. Thara relata que sua participação no curso de Promotoras Legais Populares – PLP a aproximou do CMDM, órgão que ela desconhecia. Relatou sua trajetória de vida até sua chegada ao Conselho, e seu sonho de fazer com que o Conselho conseguisse chegar nessa desconstrução da mulher biológica. Thara cita a potência do CMDM e a possibilidade de ele ajudar a quebrar paradigmas, mas também cobra as suas limitações e defende a maior participação e pluralidade de mulheres. Thara reconhece a coragem da atual gestão do CMDM e a luta das mulheres que a antecederam, que resistiram e acreditaram na mudança da sociedade, nesse combate ao machismo e toda violência que isso traz para vida da gente. E também relata sua tristeza diante da falta de mulheres trans nessa luta.

Valéria Flores foi a quinta entrevistada. Ela presidiu o CMDM de 1999 a 2001. Antes disso, foi advogada do Conselho tendo atendido os casos de violência doméstica. Sua entrevista aconteceu no dia 3/09/2020, em sua residência, por 51 minutos e 47 segundos, e a entrevista foi marcada pela narrativa do feminicídio de sua tia enquanto ela ainda era presidente do CMDM. Valéria relata o quanto isso a abalou, à época, o que a fez se afastar das atividades do Conselho.

A última entrevista foi com Adriana Martim de Souza Costa – a Drika Martim, que foi eleita conselheira representando a comunidade negra na eleição de 2018 e está no seu segundo mandato do CMDM. Drika Martim é militante do movimento racial há alguns anos. Já esteve presente em diversas instituições aqui em Sorocaba: MOMUNES, Vinte e Oito de setembro, Quilombinho. Também faz parte do Conselho Municipal de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra de Sorocaba, na qual já está na sua terceira gestão. Atualmente, é representante na CUFA no estado de São Paulo. Sua entrevista aconteceu em minha residência no dia 6/01/2021, por 1 hora 1 minuto, e seu foco foi a importância da representatividade do CMDM. Drika cita a importância das mulheres negras do Conselho e



seu protagonismo, e o quanto sua eleição representa para as mulheres da periferia. A entrevistada relata como foi a construção para a mudança da legislação do CMDM, e a eleição de 2018 que, segundo ela, foi histórica, pois contou com maciça participação de todos os segmentos de mulheres da cidade. Drika também fala do sentimento de pertencimento das mulheres, e que fazer parte do Conselho era algo distante, uma vez que o Conselho da Mulher “sempre foi um local de disputa de poder entre as maiores socialites da cidade”, agora é um espaço de todas. Segundo Drika, o Conselho da Mulher também foi um divisor de águas na sua vida pessoal dando amplitude à sua militância e vida profissional. Por fim, ela cita a amplitude do CMDM, sua importância e luta, e acredita que agora, na pandemia, todas as nossas fragilidades estão expostas. É muito importante que o CMDM esteja atuando na linha de frente e principalmente que o CMDM esteja dentro da favela.

*Antes é preciso conhecer a história e permanecer na luta.*

*Se tem garantido hoje, é porque houve lutas.*

Elisa Gomes

(Presidente do CMDM 1984-1988)

### **Mazé Lima - Eu não me programei, eu aconteci**

Eu sou a Maria José de Almeida Lima, conhecida como Mazé Lima, tenho 75 anos, sou professora aposentada da rede de ensino público do estado de São Paulo e bióloga de formação. Eu não tinha conhecimento da formação do primeiro Conselho da Mulher de Sorocaba, só fui me interessar por isso no governo do Franco Montoro – foi ele quem criou essa história de Conselhos. Quando eu tive conhecimento disso, eu soube que em Sorocaba esse Conselho seria formado só pelas mulheres dos secretários. Então, realmente, fiquei na minha. E depois eu nunca mais ouvi falar desse Conselho. Eu acho que era o ano de 1984 quando o Conselho foi criado, depois nunca mais ouvi falar, só ouvi falar desse Conselho, de novo, em 1988. Eu acho também que nesse primeiro Conselho quem só não era esposa de secretário, era a Ana Maria Mendes, acho que ela entrou através da Universidade de Sorocaba (UNISO). Quem presidia esse primeiro Conselho era a mulher do prefeito, que era a Berenice Francisco. Daí, desse Conselho nunca mais eu ouvi falar dele. Foi então que em 1988 entrou o Pannunzio de prefeito; e a Guyma Baddini, que já fazia parte deste primeiro Conselho, me procurou porque eu já tinha um histórico de luta pelas mulheres, pelos direitos dos negros. Mas esse trabalho não era nada tão organizado, eu já tinha defendido alguns negros pela imprensa, tinha uns textos que eu escrevi, e ela, tomando conhecimento disso, até porque já me conhecia da sociedade, me chamou para participar do Conselho. Nessa época, o Lima, meu marido, virou chefe de Divisão de Cultura do município de Sorocaba. Então, através do Lima a Guyma me procurou pra fazer parte do Conselho, para montar um grupo que resgatasse esse Conselho que estava parado. Assim, foi quase que um resgate desse primeiro Conselho, que havia sido criado pelo governador de Estado. E então, montamos uma diretoria. Guyma Baldini já estava um pouco cansada e, por isso, não queria ser presidente: acho que ela viu que depois de quatro anos, a coisa não funcionava. Mas eu achei, por bem, que ela

devia ser a primeira presidente e fiquei de vice, e nós conseguimos resgatar todo o trabalho do Conselho, e começamos a ir para São Paulo, ter reuniões lá e assim montamos novamente o Conselho da Mulher. Nesse Conselho, faziam parte Guyma, eu, Angela Fiorenzo, acho que nós tínhamos quatro a cinco pessoas, só, e depois nós fizemos convite para demais pessoas da cidade. Foi nessa época, também, que Maria Lúcia chegou em Sorocaba: ela nunca fez parte da diretoria, mas fez um grande trabalho voluntário pra gente. Ela atendia as mulheres que a gente mandava, porque ela é advogada. Ela fazia esse trabalho de advogada e Cintia de Almeida também – as duas atuavam como advogadas do Conselho. Nós tivemos muitas atividades: a gente fez as primeiras reivindicações das guardas municipais, era o tempo do plano real e nós fizemos muitos piquetes em porta de supermercado, o Carrefour era nosso caminho da roça, ficávamos na porta para conscientizar mulheres. Depois nós começamos a pensar nessa situação de violência, nós começamos a sentir o problema da violência, seríssimo, em Sorocaba, contra as mulheres. Nessa época, o problema não era divulgado, então começamos a fazer um trabalho para trazer a primeira Delegacia da Mulher para Sorocaba. A gente começou a mexer nessa estatística e ver os casos de violência que tinha aqui. E também pensamos muito, nessa época, em geração de renda para mulheres – a mulher estava muito apegada só em trabalhar de doméstica. Foi, então, que começamos a fazer cursos para que a mulher tivesse renda e pudesse sair de casa. Fizemos um trabalho muito sério, e eu acho que hoje falta muito isso no Conselho, hoje ele tomou outro rumo. A gente criava lideranças de mulheres na periferia. Então a gente fazia palestras em escolas e nas associações de bairros. Nossa reunião de Conselho era formada pela diretoria e as lideranças de bairros, e esse era nosso objetivo – formar lideranças. Isso foi um trabalho meu, então essas lideranças vinham para a reunião e eu praticamente consegui criar um grupo no Conselho fora a diretoria, que éramos acho que em de 20 mulheres lideranças de bairros. Essas mulheres não eram conselheiras eram voluntárias do Conselho. Depois de uns dois anos, eu assumi como presidente do Conselho da Mulher. A Guyma continuou comigo, mas quem tinha esse trabalho mais pé no chão, com mulheres da periferia era eu, porque antes era elite, eram só mulheres de Secretários – essas coisas, lideranças assim da sociedade. Esse trabalho com as mulheres da periferia fui eu que comecei, porque também venho de movimentos populares, eu não venho de partido político, de nada. Nós introduzimos esse trabalho de fazer militância na rua, foi aí nessa época que hoje a gente vê forte essa coisa de militância de mulher, mas na época não tinha. Tanto é que os homens passavam e falavam: – cuidado com essas mulheres

que elas mandam prender marido, mandam prender homem. Então foi um movimento forte. Não era um movimento político, mas chamava à atenção, era uma coisa nova. Esse movimento teve uma grande aceitação porque foi um dos primeiros movimentos de mulheres em Sorocaba, não me lembro de outros. Eu comecei independente de qualquer coisa, eu não era filiada a partido político nenhum. Era só mesmo por essa coisa de dentro da gente de querer, realmente, igualdade. Dentro do Conselho da Mulher, nós conseguimos a delegacia da mulher pra vir pra Sorocaba. A vinda da DDM (Delegacia de Direitos da Mulher), acho que foi em 1987 ou 1988, ainda no governo Pannunzio, e era, eu acho, no Trujillo, onde depois a Cintia pôs o CIM Mulher. A Dra. Rose foi a primeira delegada, ela veio fazer a inauguração aqui. Foi então que nós fizemos um trabalho muito grande com a Delegacia da Mulher, porque esta não tinha estrutura. Nessa época, quem trabalhou muito com a gente, e foi bem ativa, foi aquela que foi vereadora, a Aninha – a Ana Eleutério. Ela era assistente social e fez um trabalho com as mulheres que iam lá dar queixa, ela fazia o trabalho que hoje a Cintia faz com os homens. Também foi montado lá os Alcoólatras Anônimos. E ela fazia parte disso. Geralmente, marido que bate em mulher tá bêbado. Então ela fez um grande trabalho, mas pelo Conselho. Lá dentro da delegacia. Nessa época, nós ganhamos uma sede também, porque nós nunca tivemos sede, as reuniões aconteciam aqui na catedral, no salão da catedral. No tempo da Berenice, as mulheres tiveram uma sede que era na Rua da Penha, lá em cima, no predinho onde hoje é o EJA, eu acho que era por ali. E aí acabou, eles fecharam, abandoaram o prédio. E quando nós voltamos, eles tinham pegado o prédio já e dado pra esse EJA, e aí nós ficamos sem sede e as reuniões aconteciam no salão do padre Tadeu. Na época, era padre Mauro. Então as reuniões eram feitas ali, ou as vezes nas nossas casas. Daí o Pannunzio, alugou uma casa para nós, não sei se alugou ou se era da Prefeitura, lá em frente ao ginásio de esportes. Lá que foi trabalhar a Maria Lucia, foi trabalhar a Cintia. Aí, se você soubesse os problemas que nós tivemos, e depois lá também, por alguns motivos despejaram a gente de lá e deram essa casa onde era o MOMUNES, ali na Coronel Januário. Só muito depois que o Conselho foi ter sede própria. Eu fiquei no Conselho da Mulher por uns 6 ou 7 anos, depois assumiu a Cintia de Almeida. Me lembro bem que era presidente em 1994, porque no carnaval desse ano, era 50 anos do Clube Vinte e Oito de Setembro, depois ela entrou. Eu me considero uma pioneira do movimento de mulheres de Sorocaba, porque nunca vi uma pessoa antes de mim que tivesse esse tipo de trabalho de conseguir juntar mulheres, reivindicar. Eu não lembro de ninguém antes, que falasse sobre todos os assuntos de racismo. No Conselho,

eu nunca senti preconceito por ser negra. Eu fui sentir esse preconceito quando fui à Secretária da Cidadania de Sorocaba, até porque eu sempre fui uma pessoa que foi muito ligada à sociedade e a carnaval, à cultura, então eu não sentia isso. Eu senti no Conselho da Mulher um constrangimento das mulheres negras em fazer parte do Conselho, porque eu convidei muitas, mas ali não discutíamos o problema da mulher negra. Foi por isso que criei o Movimento de Mulheres Negras, pois dentro do Conselho a gente só discutia assuntos gerais, discutia o gênero. A nossa gente não discutia muito esse preconceito, porque de negra era eu e a Ana Maria que estava lá. Então nós não sentíamos muito isso. Agora eu sentia, sim, a ausência da mulher negra nesse trabalho, nessas atividades. Quando eu saí do Conselho da Mulher, eu criei o Movimento das Mulheres Negras, também pra trazer a mulher negra para dentro do Conselho. Eu criei o Momunes, em 1997. Comecei a discutir com algumas mulheres que eu percebia que o que a gente fazia no Conselho não abrangia a problemática da mulher negra, porque, num primeiro momento, a gente começou a brigar por uma coisa ampla que era a atuação da mulher no mercado de trabalho. Falávamos do preconceito que a mulher sofria em alguns cargos da prefeitura, principalmente na educação. Até um tempo atrás, só tinha diretor de escola homem, não tinha mulher diretora. Não sei qual era o entrave ali. Quando criei o Movimento Mulheres Negras, primeiro foi a falta da presença de mulheres dentro do Conselho da Mulher porque não iam atrás dos seus direitos, mas também pela ausência da discussão dentro da educação de racismo. Na escola não se falava nada sobre heróis negros. Eu fui muito amiga do Hélio Santos, que foi um precursor nessa área. Então, lendo os livros dele, conversando com ele, a gente começou a discutir sobre o racismo também na educação. Depois de um tempo voltei para o Conselho da Mulher. Eu voltei justamente na época em que o Conselho ia acabar, porque teve um entrave muito grande entre o CIM Mulher e o Conselho, pois o CIM Mulher foi criado dentro do Conselho, e virou uma ONG e, de repente, a coisa se misturou. Isso porque eram serviços parecidos e acabou por ficar conflitante o trabalho, tanto é que, a moça que estava de presidente, aquela época não queria mais ficar e eu voltei. Isso foi no começo dos anos 2000, nessa época eu tinha saído candidata a vereadora, daí fiquei de primeira suplente e aí eu voltei pro Conselho. Quem era prefeito era o Renato Amary, e nós tivemos bastante apoio do governo dele. Nessa segunda fase, quando voltei para o Conselho, já tinha uma visão mais política e minha maior contribuição foi reestruturar de novo o Conselho, mas eu acabei ficando pouco porque logo depois eu tomei posse em São Paulo como Conselheira Estadual no Conselho da Condição

Feminina do Estado. Pra mim, o Conselho foi um aprendizado, eu sou mais conhecida em São Paulo do que em Sorocaba, porque eu fiz parte de muita coisa, não só aqui, como em São Paulo também; fiz parte de muitos cursos. Mas também nessa segunda etapa minha no Conselho, foi mais difícil, porque eu era política já. Se você não tiver ligação política é muito melhor, porque tudo o que você fala, tudo o que você faz, parece que você tá querendo voto, que você tá querendo aparecer politicamente. Então, eu achei que o primeiro mandato meu, o tempo que eu fiquei lá, eu conseguia mais credibilidade com as mulheres. E percebo que, quando se põe essa conotação política dentro do movimento de mulheres e de negros, você perde muito. Eu acho que o que eu fiz antes foi muito melhor, muito melhor, porque eu não era ligada a ninguém, a partido nenhum, eu era aceita por todos, tinha entrada em qualquer Secretaria e depois a coisa já ficou meio assim, “não vamos dar porque é PSDB, não vamos fazer porque não sei o quê”. A gente também acaba sofrendo mais pressão de partidos de oposição. Então, eu acho que, politicamente, quando a gente tá num partido, dificulta e muito. Mas eu acredito também que seja muito importante ter mulheres na política: pela deputada Maria Lucia conseguimos verbas para a construção do CEREM, a Vara de Violência Doméstica em Sorocaba, etc. A Cíntia de Almeida, como vereadora, conseguiu o exame do pezinho pra detectar a anemia falciforme. Então deve-se aproveitar os políticos de todos os partidos porque mais importante é a causa. Como mulher, no início, não via o racismo, o preconceito, via mais a questão de gênero. Eu via que em mulher, eram os maridos que mandavam, talvez porque a minha mãe foi uma pessoa muito submissa. Não apanhou, não sofreu nada, sempre foi pobre e tal, mas eu via a submissão dela. A última palavra era do marido, não tinha uma vivência fora de casa. Eu via, eu notava muito isso. Eu era atenta nesse negócio. Minha mãe não tinha nada a ver comigo, nada. Ei levei para o Conselho o meu gênio, essa independência da mulher. Mais voz ativa dentro de casa, na educação dos filhos não estudei nada, era intuitivo. Agora racismo, eu senti mesmo na Secretaria, não no Conselho: lá não era o problema eu ser “mulher”, era problema de ser negra. Fui a primeira secretária negra de Sorocaba e não sei se vai ter outra. Tinha funcionários que passavam na porta da Secretaria minha, e dava pra eu escutar, porque era tudo ali, vazado, e falavam “Nossa, olha pra lá, o maior quilombo aqui da prefeitura tá aí dentro”. Isso, foram várias vezes. A pessoa falou depois que brincava, mas não era brincadeira. Eu senti o racismo puro. Em outras ocasiões, me confundiam porque nunca esperavam ter uma secretária mulher e negra, ali. Mas isso não me constrangia, vergonha mesmo só tive uma vez aos 8 anos de idade, na escola em

que eu estudava, mas só depois que eu fui me atentar que era racismo aquilo. Eu sempre fui a primeira aluna da sala, até a quinta série. Eu sempre fui a primeira mesmo, mas não porque eu fazia muita força pra isso. Eu não tinha condição financeira pra isso, era porque eu era inteligente mesmo. E aí, na segunda série, eu lembro que passei por de trás da professora para apontar um lápis, e uma outra veio e passou também. Passamos juntas atrás da professora. Aí, ela me chamou depois (a professora) e falou “Viu, fia, toma banho pra vir na escola, você tá cheirando a urina”. E minha mãe dava banho em mim todo dia pra ir pra escola. E a menina que passou era uma “loirinha”, que não tomava banho, cabelo todo cheio de piolho. Eu até falei para minha mãe, mas ela não fez nada. Eu não ia deixar isso quieto. Porque eu fui pelos meus filhos em escola, fiz muita briga por isso. A última foi aqui na escola do Davi, meu neto. Tiramos o professor que foi racista com ele. Mas no Conselho, pouco sobre isso eu fiz. Fiz quando eu criei o Movimento Mulheres Negras. Eu saí pelas escolas fazendo esse trabalho. Mas com o Conselho, eu fiz muito indo nas escolas, em palestras, falando principalmente: a gente ia com o intuito de falar da questão de gênero nas escolas, da discriminação com as meninas e tudo. Mas eu sempre falei do racismo, nas escolas. Mesmo depois que deixei o Conselho da Mulher, eu estava ligada porque eu estava no Movimento de Mulheres Negras: a gente sempre fez coisas juntas e quando eu fui Secretária, aí eu juntei mesmo a coisa. Por exemplo, o 13 de maio, era feito pelo Conselho da Mulher, e a Conferência do Negro, e eu usava o Conselho da Mulher porque não existia ainda o Conselho do Negro. Eu criei o Conselho do Negro quando eu fui pra prefeitura em 2005, tendo como primeiro presidente do Conselho, o Ademir. Quando eu fui secretária, eu consegui fazer aquelas coisas que eu não conseguia quando eu era só presidente do Conselho. Usamos o Conselho da Mulher porque o Momunes não tinha nada de tão oficial. A primeira conferência do negro que teve em Sorocaba, quem fez foi o Marcos, que hoje é presidente do Conselho. Só que ele era, era do CIM Saúde e ele não conseguia fazer porque não tinha um Conselho criado. E ele tinha certa resistência à criação do Conselho, por medo que que ele seria engessado politicamente, mas quando virei secretária criei o Conselho do Negro. Eu participei desde a primeira conferência da mulher. Hoje nós estamos aí com tantos movimentos pela cidade, e eu fico muito triste, mas muito triste mesmo quando as pessoas começam a falar “Não tinha nada nessa cidade”. Como não tinha? Se não tinha, eles não pegavam já uma coisa pra sair andando. Claro que existia. Mas muita coisa foi perdida. O dia que eu morrer, se não tiver essas coisas escritas, ninguém fica sabendo. O Conselho não tem

nada. Sumiram com os cadernos de ata de reunião, coisas riquíssimas. Onde tá isso? Não sei. Por exemplo, o MOMUNES, hoje em dia, eu tenho pouca coisa, porque foi registrado como se fosse o Conselho da Mulher. Porque eu fiz palestras e mais palestras aqui no Gabinete de leitura, fizemos em escolas. Então, nós tivemos muita atividade que não ficou registrada. E se ficou, sumiu. Por isso que eu acho que essas coisas devem ficar na prefeitura, não pode ficar no Conselho. Eu também consegui que o Conselho tivesse uma sede própria lá no CEREM, eu consegui politicamente, se não estivesse lá dentro não teria conseguido. O Conselho, no meu tempo, tinha uma verba, a chamada verbinha, que a gente podia usar pra fazer as nossas coisas e depois parece que perdeu até isso. Eu consegui muita coisa para o Conselho através de parcerias: o Gabinete de leitura falava a minha língua, eu fazia palestra e coisas ali, o dia que eu quisesse. As escolas eram abertas pra gente fazer trabalho, também. Mas quando é um governo contrário, você não consegue essas coisas. Por isso que eu digo: você tem que aproveitar, o máximo que você pode, de quem tá no poder. Porque nada funciona sem política. Extremismo não dá certo, porque você começa a perder força quando entra na política, tem o partido e se você tiver do lado oposto, já viu... Acho também que o primeiro passo que a mulher tem que saber é que ela não tem que falar mal da outra. O primeiro passo pro homem ficar feliz da vida, é saber que mulher é assim, uma contra a outra. Mas eu sempre fui assim, fiz o que tinha que fazer e pôr em prática. O projeto da UNIT - Universidade do Trabalhador, em Sorocaba, foi meu. Eu estava na Secretaria do Trabalho. Cales era o secretário do Trabalho, e eu pus na cabeça dele: “você tem que fazer isso”. Quando eu vi aquela gente na porta, dormindo três dias, quatro dias, pra pegar vaga lá, eu falei: “Nunca imaginei que ia dar nisso”. O CEREM, eu tinha certeza que a gente ia conseguir. Agora, se eu pudesse voltar atrás, eu teria feito um trabalho para capacitar mulheres pra política. Coisa que eu não fiz, não deu tempo de fazer isso. Até porque eu também não estava capacitada, hoje eu estou. Esse trabalho de capacitação de mulheres pra política, eu acho que faz muita falta ainda. Mas pra política, sem partido. Seria formar mulheres pra política sem a canalização pra partidos. Ela sabe tudo o que se passa na política, porque é difícil hoje você ter uma pessoa pra fazer isso, porque quem tá na política não quer ver a outra entrar, eu sei por que aconteceu comigo. Eu poderia estar na política há muito tempo atrás, há muitos anos atrás. E as pessoas sabiam da minha força, me usaram pra trampolim. Até hoje dentro dos partidos políticos a mulher é usada. Eu poderia ter feito um trabalho de política, mas era tanta demanda que eu tinha pra fazer que eu não sabia qual era a mais importante. Eu trabalhei muito na capacitação



de mulheres, achava que era muito importante e combati muita questão de gênero, de racismo nas escolas. Pra mim, eu acho, tudo é pela educação que se consegue. Eu gosto de tudo que seja democrático. Eu acho que essa democracia dentro do Conselho, eu apoio, mas, de repente, ficou uma situação que quem pode mais chora menos, e isso não é bom para o Conselho. Quem for mais forte lá dentro, quem tiver mais voz ativa, o partido que tiver mais articulação é que vai comandar, e isso não é bom. O Conselho tem que ser uma coisa democrática. Ele tem que ir pelas próprias pernas, sem tanta política dentro. Eu acho que o Conselho da Mulher hoje misturou muito com outras causas. E quando você mistura muito, você não atende ninguém. Hoje, eu não acredito mais tanto no Conselho. O Conselho deve focar na mulher, e acabou. Hoje a coisa está muito confusa, não tem que misturar as causas, cada um tem seu lugar, Conselho do Negro, Conselho LGBT... o Conselho tem que trabalhar pra mulher, é o Conselho da Mulher. Por ser o Conselho mais forte da cidade, é o que tem voz ativa, que vai na prefeitura, que é atendido, que é respeitado: sobrecarregou muito. Você vai para brigar pela mulher, outro dia pelo LGBT, outro dia pelo negro: misturou demais. Então, eu acho que tudo que quer ser muito grandioso, perde o foco. Eu espero que o Conselho resgate esse trabalho da mulher, e que todos os Conselhos sejam fortes como o Conselho da Mulher. Eu não acho que devo voltar para o Conselho da Mulher, e nem quero porque os tempos são outros e as cabeças são outras e nada tem que vir pra trás, tem que ir sempre pra frente. Mas se estivesse no Conselho, eu faria um trabalho muito sério com o feminicídio, que é grande e é o nosso grande entrave hoje. Eu vejo hoje as pessoas falarem que a violência aumentou, mas sempre teve, mas agora é absurda a coisa. Naquela época, as denúncias eram poucas. As demandas podiam ser muitas, só que nós não tínhamos os equipamentos para acudir essa mulher. Mas, o feminicídio é coisa nova. A mulher apanhava, era violência, mas quando se matava uma mulher, era a maior repercussão, e hoje parece banal. Olha tudo que eu briguei na vida, eu não imaginava que a coisa ia chegar a esse ponto. Cada dia, a mulher tá sofrendo violência mais cedo. A mulher, quando procurava o Conselho, e a gente começou a falar em violência doméstica, ninguém acreditava, eram pouquíssimas. Geralmente, quem denunciava era a família. A mulher não vinha, mas a mãe vinha, teve muito caso que a gente teve que fazer das tripas coração pra chegar na pessoa, porque a mãe não queria que soubesse que era ela. Então. Eram as pessoas da família que denunciavam. Não era esse volume, claro, a população cresceu. Mas o feminicídio é uma coisa mais que horrorosa, é como se fosse um nazismo, o ódio contra a mulher. Esse ódio vem primeiro, porque as mulheres começaram a

tomar o lugar dos homens. Esse é o primeiro ponto. Mesmo dentro de casa, o homem ficou sem emprego, a mulher ficou empregada. Quanto mais independente a mulher, mais ela sofre essa violência. Eu acho que o machismo é parecido com o racismo, aflora nessa hora que ele mata a mulher. Quando ele vai ver, ele matou a mulher, de ódio da mulher, por quê? Nem ele sabe a causa. Eu acho que a educação é tudo. Se não for bem trabalhado nessa fase, dentro da educação, não adianta você querer ir trabalhar dentro da universidade. Por exemplo, um professor tem que falar da questão de gênero, da igualdade. Todos os professores têm que falar sobre questão de gênero. A escola tá aberta pra tudo, gente. É lá que tem que ser tudo, é lá que tem que ter as conferências. Levar a Conferência da Mulher para o bairro. Eles têm que participar, eles têm que ver aquele movimento no bairro, eles têm que saber o que tá acontecendo. Eu, na época, fazia muito isso, reunião nos CRAS, mesmo que a mulher não goste que fale sobre violência: primeiro, porque se ela sofre, ela esconde. Isso tem que ser discutido. Ninguém fala de aborto, e todo mundo sabe que existe. Primeiro, pela questão religiosa, segundo porque é um tabu. Nunca me incomodei com que os outros pensavam, mas eu via que as pessoas não se interessavam pelo que eu me interessava. Por exemplo, o tráfico de mulheres. Eu achei que, na época, todo mundo que foi, foi porque eu convidei, porque era um evento grande, mas não entenderam nada. Só foram entender, porque passou na novela depois. A minha cabeça sempre foi muito à frente, eu acho. Quando passou a novela, eu falei “Ai, meu Deus, quantos anos a gente passa isso aí, e só agora eles viram o problema. Eu me considero hoje, uma mulher realizada. Eu, eu acho que eu consegui que uma família negra ficasse respeitada. Hoje, os meus filhos podem andar no meio mais elitizado da cidade. Não vão ter o mesmo dinheiro, mas terão o mesmo respeito. Isso pra mim, foi um legado pra minha família. Agora, pra Sorocaba, as pessoas vão dar valor no dia em que eu não estiver mais aqui. Eu fiz um trabalho no Conselho. Fiz um trabalho na Secretaria. Então, uns falam “Ah, não, a Mazé é puxa-saco de rico, da direita, da esquerda”. Se eu fosse de direita a vida inteira, eu não teria conseguido o que eu consegui. As amigas que eu levei pro Conselho, são minhas amigas até hoje. Eu acho que pra você abraçar uma causa, não precisa ninguém te convidar. Hoje em dia, tem muita gente envolvida lá, que tá por causa de partido, que quer aparecer para sair a vereador, não tá pela causa, não é a causa da pessoa. Você não precisa estar enrolada numa bandeira, correndo que nem louca na rua, não é isso”. Você tem que abrir espaço pra você falar o que quer falar e que todo mundo ouça. Sabe, “Eu não me programei pra acontecer”. Eu nunca pensei o que eu queria ser ou onde eu queria chegar. Eu aconteci. Eu

fui enfrentando barreiras e desafios: tem gente que me conhece por política, tem gente que me conhece por causa do negro, como carnavalesca, de movimentos... Eu fiz e pronto. E tem sido assim a minha vida toda.

### **Marilene Costa - Eu lutei por igualdade compartilhando conhecimento e amor**

Quando eu apago uma fase da minha vida, eu apago o HD. Bom, eu sou a Marilene Costa, sou brasileira, divorciada, advogada aposentada, também fui advogada voluntária na ONG Centro de Integração da Mulher - CIM Mulher. E estive no Conselho da Mulher de Sorocaba, primeiro como advogada a convite da Dra. Telma, e depois me tornei presidente. Eu cheguei no Conselho através da Thelma: ela me convidou pra participar de uma reunião. A Thelma já estava no Conselho e era uma fase em que estava saindo a Cintia e entrando a Valéria. E a Valéria é advogada, a Thelma é advogada, eu também. Elas acabaram me chamando, e tinha, nessa época, atendimento jurídico, voluntário, gratuito, e já era uma coisa que a gente fazia sem ser, na verdade, a vocação do Conselho. Mas como não tinha outro órgão que fizesse isso, a gente fazia no Conselho. Então, entrei como advogada voluntária e fiz várias ações pra várias pessoas. Até que a Mazé, com aquele jeitão dela falou: “não, agora você vai ser conselheira”. Passei a ser conselheira indicada pela sociedade civil e foi assim que comecei no Conselho. Acho que isso foi no final da década de 1990 e começo de 2000. Eu já tinha conhecimento do Conselho da Mulher, porque quando eu trabalhei na prefeitura, bem antes disso, nos anos de 1989 e 1990, acho que fiquei lá até essa época, teve uma reunião na Câmara Municipal – e como eu era chefe de divisão, eles pediram pra eu participar dessa reunião. Eu me lembro bem da Iara Bernardi falando nessa reunião, e já era reestruturando o Conselho, pois ele já existia. Então, dessa reunião, eu participei. Mas não participei nessa época mais, porque eu estava muito ocupada, não tinha tempo mais pra nada. O Conselho da Mulher era um grupo de mulheres, o Conselho era bem atuante. A gente fazia os atendimentos, mas também tentava implementar políticas públicas, com muita dificuldade, pois a gente dificilmente era atendida. Não tinha muita abertura nos órgãos pra gente poder olicitar coisas, mas tínhamos uma certa parceria com a Delegacia da Mulher, com o CIM Mulher, que já existia, e saiu de dentro do Conselho. Havia essas parcerias, então a gente já podia, por exemplo, encaminhar uma mulher para a delegacia, podia encaminhar para o CIM Mulher. A gente já tinha esses equipamentos. Eu atendia as mulheres vítimas de violência e dava também muitas palestras. Eu não vou me lembrar de onde nem quando, mas a gente fazia palestras em escolas, fazia palestras principalmente na periferia. E o Conselho tinha essa coisa de parecer um órgão que só cuidava de violência doméstica, e isso me deixava um pouco insatisfeita, porque eu achava que não era isso só isso; o Conselho era pra tentar a

implementação de políticas públicas que atingissem todas as mulheres do município em relação a trabalho, escola, creche, atendimento à saúde. Então, tinha todo esse aspecto que acabava ficando de lado e só focado em violência doméstica. Como sou advogada, eu sempre gostei de trabalhar com a área de família. Era a minha vocação como advogada, mas com violência doméstica eu nunca tinha trabalhado. Comecei a fazer isso no Conselho, e isso me deu uma visão totalmente diferente da que eu tinha antes. Inclusive, eu nem sabia, e vim a aprender, depois desses anos de Conselho e movimento de mulheres, o que era violência psicológica. Eu não tinha ideia que isso era violência. Eu sabia que tinha marido que batia na mulher, eu achava super errado, lógico, mas a violência psicológica, que é uma coisa mais sutil, eu nem sabia do que se tratava. Aprendi ali. Inclusive, depois dessa experiência, eu fui convidada pra trabalhar no Centro de Integração da Mulher, o CIM, e lá fiquei durante 5 anos. Aprendi muito no Conselho sobre violência doméstica, ser advogada do Conselho me deu muita experiência, eu me envolvi muito nessa causa. Falou diretamente comigo. Me lembro de muitos casos: certa vez, o companheiro de uma mulher quebrou uma garrafa e lhe enfiou no olho. Esse foi um dos casos mais chocantes pra mim. Foram mulheres queimadas, eles jogavam álcool e ascendiam fósforo. Então, era uma barbaridade que eu não tinha noção antes de começar no Conselho. Isso me impactou pessoalmente também, pois foi uma consciência que eu tomei de que o mundo não é um mar de rosas como eu poderia ter julgado. Aquela coisa de que lá dentro de casa, ninguém sabe o que acontece. Hoje eu sei que eu era feminista desde menina. Eu não tinha consciência, nem se falava essa palavra. Mas quando eu estava na faculdade, e antes disso, menina não podia entrar em bar, eu entrava, depois da faculdade ia tomar café no bar. É uma coisa assim que, hoje em dia, as meninas não conseguem nem entender do que se trata, mas era assim. Tinha só um bar na cidade que era pintado de cor-de-rosa, chamado “Charme”: lá a gente podia entrar pra tomar sorvete à tarde. Mas eu ia nos bares dos meninos, que eram “O passarinho”, “Bar União”, que era de café. Então, eu já era assim. Na minha época, se você tinha um namorado que tinha carro e vocês marcavam de ir ao cinema, ele deixava o carro na porta da sua casa e vocês iam a pé. Cheguei a até ficar mal falada porque não aceitava isso. Imagina ter que ir a pé naquela lonjura. Agora, eu vejo que eu já tinha essa coisa feminista em mim, mas é claro, a consciência do que é realmente ser feminista, tudo isso, eu vim adquirir quando comecei no Conselho. Mudei, em muito, minha percepção das coisas lá, as reuniões eram muitos produtivas. A Mazé agregava muitas pessoas, ela é uma pessoa que agrega. E as reuniões do Conselho eram ótimas, tinha nossas

palestras, nossas idas ao hospital regional pra ver o atendimento. Eu era conselheira nessa época, acompanhei bastante o trabalho que a Mazé fez nesse tempo. E foi daí, então, que eu fui para o CIM. Indo para o CIM, eu participava das reuniões do Conselho, mas como conselheira, continuei participando, trazia algumas coisas, e tal. Depois eu virei vice-presidente do Conselho, e como a Dagmar, que era presidente, teve um problema familiar, precisou se afastar, então no primeiro momento, eu assumi. Eu até achava que estava preparada para assumir a presidência do Conselho, mas, a verdade, eu não queria muito, porque eu achava que era uma responsabilidade muito grande, não sabia se daria conta. A gente sempre tem um pouco de dúvida em relação a isso, mas, porque eu era a vice eu assumi. Nessa época, a Mazé já estava na Secretaria, então a gente tinha um apoio muito grande. E as coisas que aconteciam daí pra frente no Conselho, a Mazé na Secretaria, a Maria Lúcia na Assembleia em São Paulo nos davam muito apoio. Eu acho importantíssimo as mulheres na política. É fundamental, porque elas podem lutar pelos direitos da mulher e ajudar. Isso aconteceu muito na época em que a Mazé esteve à frente da Secretaria de Cidadania. A vida dela também começou no Conselho, então pra ela era muito importante o Conselho, e esse apoio foi fundamental. Quando eu estava no CIM Mulher, tentei montar lá um centro de referência. Até certo ponto eu consegui, ao tirar o atendimento que era feito na Casa Abrigo para um outro espaço onde tinha, nós conseguimos contratar com doação da METSO uma psicóloga, uma assistente social, e uma advogada. A advogada, que era eu, o CIM que pagava. E, ao final, a gente fazia o atendimento que hoje é feito no Centro de Referência da Mulher, o CEREM. Na verdade, era o CIM, que foi um embrião do CEREM. Eu convenci a Cíntia de Almeida, que não era fácil, a começar isso. Mas acabou não perdurando, a Cíntia achou melhor não continuar. Quando me tomei presidente do Conselho da Mulher, eu falei: “dessa vez nós vamos montar o Centro de Referência”. Então, nós começamos a ir para São Paulo no Centro de Referência que tinha lá perto, ao lado da delegacia, da primeira delegacia em São Paulo, pra gente ver como é que funcionava. Em outros locais também, a gente foi em vários lugares. A Mazé concordava com isso e as outras pessoas do Conselho também, as conselheiras e tudo. Foi então que nasceu a ideia de se formar o Centro de Referência. E a Mazé disse “está criado o Centro de Referência”! Mas nós não temos onde atender, não temos nada. E ela de novo “Vocês vão se enfiar lá no CREAS”. E lá nos fomos. Nós ficamos na sala da advogada do CREAS, a Emanuela Barros, que depois também foi advogada do CEREM. Nós só tínhamos uma funcionária que era a Ana Cláudia. No início, eu, a Dra. Emanuela e a

Dra. Dagmar, todas do Conselho da Mulher, fazíamos os atendimentos a toque de caixa, do jeito que dava, mas assim mesmo começamos a estabelecer parcerias com o próprio CREAS, com o Conselho da Criança que era em cima, e o Tutelar ao lado. E eu falava assim: “gente, as coisas têm que ficar perto uma das outras”. Tudo começou, graças ao empenho da Mazé, que falou com o prefeito, deu certo de o Conselho Tutelar sair de lá e nós pegamos a sala. Primeiro, nós pegamos a do CMDCA, lá em cima, e depois, a do Conselho Tutelar. Quando fomos para a sala do Conselho Tutelar, foi na mesma época em que foi criada a Coordenadoria da Mulher em Sorocaba – o CEREM já estava criado, criou-se a coordenadoria então. A inauguração foi lá, começou lá. E daí, no decorrer da história, Maria Lúcia e Neuza Maldonado criaram emendas parlamentares e, com esse dinheiro mais o terreno cedido pela prefeitura e mão de obra da prefeitura também, foi construído o prédio do Centro de Referência da Mulher de Sorocaba. Era o meu sonho concretizado. E o CEREM, continua, mas hoje sem advogada. Uma tristeza, isso! A gente estava caminhando, aí muda a situação política, muda tudo. Se eu pudesse, hoje eu teria me empenhado mais em buscar políticas públicas que atendessem à mulher do município com mais qualidade. A gente fez bastante coisa com delegacia da mulher, procurando melhorar o atendimento, mas eu acho que vai e volta. Você caminha dois passos pra frente e dois, três pra trás. Faz parte da história toda do Conselho, desde que começou, foi sempre assim e devagarinho se foi conseguindo bastante coisa: a Delegacia da Mulher; o atendimento da sala; o CIM Mulher; o MOMUNES que também nasceu do Conselho. Então, se você olhar tudo, a história toda, aí você fica mais satisfeita, porque o Conselho trabalhou bem, tem trabalhado bem. E uma coisa que eu sempre falei que hoje em dia eu estou vendo é que a juventude veio para o Conselho. Porque nós somos todas as anteriores, as mais velhas, estamos todas aposentadas do trabalho, precisando descansar. E eu sempre falava isso nas reuniões: precisamos trazer as meninas! E as meninas vieram. E eu acho que isso é graças a Emanuela. Valor a quem tem que ser dado. Então, eu fiquei muito contente quando ela aceitou ser presidente, porque eu dizia durante as reuniões que “as meninas”, e olhava pra Ela, tinham que ocupar aquele lugar. Eu achava que ela ia ser a sucessora jovem ideal, porque sempre me acompanhou, sempre batalhou por essas coisas, e foi excelente. Então, eu vejo que a partir do momento que ela resolveu aceitar, porque teve oportunidades antes e não quis, trouxe outras pessoas para o Conselho, de diferentes lugares, de coletivos, de uma série de outras associações. Acho que isso deu uma refrescada, um ar novo, arejou. E isso me dá esperança para o futuro do Conselho. Eu gostaria que ninguém

mais precisasse do CEREM, nem nada, que acabasse a violência contra a mulher. Eu não vou viver isso. Lutei bastante pra que isso melhorasse, não vejo melhora. Fico muito aborrecida mesmo, muito triste com tudo isso que estou vendo. Porque tá aumentando e não é aquela coisa que a gente falava: “Aumentaram os casos, porque aumentaram as denúncias”, não é verdade. Aumentou a violência mesmo. Não só a violência contra a mulher, como a violência generalizada. O povo está violento, todo mundo quer brigar, todo mundo quer atropelar o outro. Essa situação, no nosso município, no nosso estado, no nosso país, tá horrível. Existe um incentivo à violência, uma apologia da violência. Imagina incentivar o povo a usar arma. É cultura de violência, que está sendo instalada no país e não era pra ser assim. A gente lutou a vida inteira pra ter um mundo de paz, não de violência, mas, ultimamente, tem sido incentivada. Nós estamos tendo retrocesso na educação, na cultura, no meio ambiente. É um retrocesso generalizado em todas as áreas. Ciência, não pode mais, um tal de dizer que a Terra é plana, que menina tem que vestir rosa, e por aí vai. O Conselho tem um papel importante nisso. Muito importante tentar conscientizar as pessoas, as mulheres, no caso, porque o Conselho se preocupa com as mulheres, mas esse trabalho que não é fácil. Talvez, seja um dos mais difíceis que o Conselho já enfrentou. Por que há uma coisa muito sutil acontecendo, e as pessoas, a maioria delas, não estão se dando conta, não estão percebendo. Então, essa parte de conscientização é o que o Conselho tem que fazer. Na nossa época, as pessoas falavam: “lá vem aquelas loucas do Conselho”. Era uma violência, e eu atribuo isso à ignorância das pessoas. O Conselho é um dos lugares mais democráticos que eu já conheci na minha vida, porque a gente sentava lado a lado, sem partido político, e eu sabia que uma era de um lado e a outra era de outro, mas na hora do Conselho, não tinha isso. Não tinha partido, não tinha cor, não tinha sexualidade, religião, nada. Nós tínhamos um objetivo em comum. Isso pra mim, era a coisa mais bonita que acontecia no Conselho. Hoje, eu encontro isso na dança circular. A dança circular é uma dança resgatada dos povos, que o povo sempre dançou pra comemorar casamento, colheita, enfim, desde que o mundo é mundo. E a gente dança a dança dos povos, e a gente dança pela paz, pela não violência. Eu sempre falo isso, já sou focalizadora das danças circulares e faço isso na chácara do idoso. Eu focalizo para as mulheres da terceira idade. E aí, eu falo assim: “olha, eu já empoderei bastante mulher mais nova no Conselho, agora eu tô empoderando as “veias” da terceira idade”. Isso me satisfaz, me gratifica também o serviço voluntário. A mulher da terceira idade deveria participar mais. Mas a gente vai tendo outros interesses, eu mesma, não tenho participado das reuniões do



Conselho. Às vezes, eu falo: “preciso ir”. Chega na hora, eu não vou, eu vou dançar. Pense bem: a vida toda trabalhando, fazendo serviço voluntário, sempre, agora eu quero um tempo mais pra mim, pra fazer as coisas que gosto mais, ir ao teatro, ao cinema. Então. Eu tenho esse direito, agora é a vez das jovens. O Conselho formou muitas lideranças, a pessoa se dá conta do que ela é capaz de fazer. Isso é o empoderamento: você ter consciência daquilo que é capaz de fazer, e o Conselho dá isso. Quando as pessoas vêm pra cá, a primeira vez como conselheiras, elas não sabem muito bem do que se trata, mas esse empoderamento acontece dentro do Conselho. Você se torna consciente de quem você é, do seu papel na sociedade. E esse apoio do Conselho faz você ter coragem de assumir alguns papéis que você é capaz de assumir, mas por medo, por alguma outra questão não tá querendo assumir. Você acaba assumindo o papel de conselheira, de presidente, de política, o que é fundamental. Nós precisamos de mais mulheres na política, precisamos muito delas na política. Tem esse mito de mulher não vota em mulher e não é só com política. Tem mulher que não vai em dentista mulher, não vai em médica mulher, em advogada mulher, por machismo – porque se tem gente machista, é a mulher. Mulher é machista. Infelizmente! Foram criadas assim, e é difícil, porque é uma cultura tão antiga que você acaba passando isso para as outras gerações. Se você tem uma menina e um menino de filhos, você chama a menina pra lavar a louça, você dá boneca e fogãozinho pra coitadinha e pra ele você dá carrinho. Você incentiva o menino a crescer, progredir, a ser um cidadão; e a menina, você ensina a servir. E aí, vem falar assim: “é da natureza da mulher servir”. No Conselho, a gente aprende que não é nada disso. Sabe, é muito difícil falar de mim, mas em primeiro lugar, eu sou mulher, sou mãe, fui advogada, ainda sou, porque quando eu fui cancelar a minha OAB, falaram: “você não precisa, pois já cumpriu, fica pra sempre, não precisa mais pagar”. Ótimo, pensei. Sou mãe de três filhos, um menino e duas meninas. Todos adultos, todos independentes. Sou aposentada, curtindo muito. Não parei, faço meu serviço voluntário que sempre foi o que gostei de fazer, faço isso nas danças circulares. Porque o que eu sempre tachei na minha vida – o conhecimento que você adquire na vida –, se ele não é partilhado, ele não presta pra nada. Você vai ser enterrado com ele? Pra quê? Não serviu pra nada, você tem que compartilhar. Então, tudo que eu aprendi na vida de bom, eu sempre gostei de compartilhar com as pessoas qualquer tipo de conhecimento, por mais simples que seja. Desde uma receita de bolo até uma coisa mais profissional. Eu acho isso fundamental, isso sempre norteou a minha vida. Se você sabe alguma coisa, compartilhe, porque se não, você não serviu pra nada nessa vida. Sou uma

militante do ser humano, dos direitos humanos na verdade. Acima de tudo, eu gostaria de um mundo igualitário. Não só em gênero, mas em raça, credo, cor. Filosofia e sexualidade. Um mundo de igualdade. Eu não entendo por que o ser humano ainda não se deu conta disso ainda, de que somos todos iguais. Isso me entristece muito. Eu percebo que na nossa sociedade tem muita desigualdade, homens e mulheres precisam estar juntos sem diferença nenhuma. Só que eles não fazem quase nada, mesmo quando eles estão em posição que permite a eles fazerem. Por isso que as mulheres trataram de se unir e ter o movimento delas. Na verdade, a gente deveria estar junto pra fazer um mundo melhor pra todos. Pra todos os povos, para o mundo todo. Cultivar a paz, a vivência da paz. Eu não vou viver isso. Mas eu sei que tem muitos grupos humanos se juntando pra tentar. Isso me dá uma certa esperança de que um dia, isso vai ser alcançado. Se não for, nós vamos nos destruir, a raça humana vai ser eliminada da Terra, porque ninguém vai suportar viver num mundo desigual com violência, com tudo que é ruim por muito tempo. Ter participado do Conselho para mim foi uma honra, mas eu acho ainda que a minha contribuição foi muito modesta, poderia ter feito mais. Deveria ter feito mais. Deveria continuar fazendo talvez, não sei. Voltar aqui hoje, me trouxe essa coisa de, talvez, eu não devesse ter me afastado. Quero fazer parte deste Conselho de anciãs que a Emanuela pretende criar. Porque nas tribos tem conselhos de anciãos que é uma coisa maravilhosa! Eu acho a mulher sorocabana um espetáculo! Quero o Conselho de sempre, repleto de mulheres maravilhosas, quero que elas venham para o Conselho. Nós tentamos bastante nas periferias, fazer palestras, trazê-las pra cá para o Conselho. Mas é um pouco de apatia, de achar que não é importante. Então, se elas viessem, elas saberiam pra quê elas estão vindo, elas teriam essa consciência. Tá certo que a vida da mulher é corrida hoje em dia, porque ela trabalha dentro de casa, fora de casa, cuida dos filhos. Ficou tudo pra ela, o homem tá assistindo de camarote, porque de início, ele sustentava a casa e ela cuidava dos filhos, era separado. Agora não, ela tem que contribuir com a criação do patrimônio e continua fazendo tudo que ela fazia antes. Três, quatro jornadas de trabalho por dia. Eu acho que nessa fase da vida, as mulheres não têm tempo. Quando termina o dia, elas não veem a hora de se deitarem na cama e dormir. Então, o que tá faltando, não é o Conselho ir até essas mulheres, mas elas terem a possibilidade de poder frequentar. Acho que muitas gostariam e não podem, não tem como. Sabe, eu quero um mundo igual. E para o isso, é preciso reconhecer as diferenças e aceitar. Não é aceitar, é conviver. Aceitar eu aceito, você fica lá e eu aqui: não, conviver. Então eu acho que é por essa linha mesmo que o Conselho tem que

seguir, para um mundo de igualdade e de paz. De todos. Eu achei bem importante essa conquista do Conselho com a mudança da Lei. Eu sei que muita gente torceu o nariz. Mas com certeza, eu não sou uma dessas. Eu acho que é por aí mesmo o caminho que tem que ser seguido. Nossa luta é grande, e não existe fórmula mágica, o que eu sei é que nós temos que continuar fazendo os atos, as visitas, pedindo de porta em porta pra atenderem a gente. Tudo o que nós já fizemos tem que continuar sendo feito. Nós caminhamos, mas tem que continuar essa caminhada, não dá pra avançar mais do que isso. Até dá pra avançar em algumas frentes, mas tem que ser feito tudo o que nós já fizemos lá atrás, de novo, sempre, até que isso mude. Não tem aquilo de faça isso que vai dar certo. Mudar a cultura é uma das coisas mais difíceis do mundo. E não é aqui só no Brasil, o mundo foi construído assim há milênios. Mudar isso vai ser muito difícil. Eu acho que o que falta, na verdade, é mudarmos, e quem pode mudar os homens são as mulheres, as mães, começando lá em casa, ao tratar os dois de forma igual, menino e menina. Nós não temos muita esperança de mudar quem já tá aí adulto, de meia idade. Nós temos oportunidade de mudar quem tá vindo e esse é um papel importante não só da mãe, é do pai também. Agora, se o pai for, machista, aí é melhor não deixar ele participar. Eu tenho visto muitos pais ainda muito machistas, e mães também, infelizmente. Enquanto a gente tiver mãe machista e pai machista, nós vamos ter muita dificuldade em relação ao papel da mulher na sociedade. Minha luta foi feita com coragem, nunca foi por dinheiro, foi por amor pela humanidade. Eu lutei por igualdade compartilhando conhecimento e amor.

### **Gloria Souza - Não espere a borboleta vir no seu jardim, plante o seu jardim**

Eu sou uma pessoa que adora a vida, adora viajar, adoro fotografar, adoro os animais, meus gatos, minhas plantas, e eu me sinto realizada por ter feito parte do Conselho da Mulher de Sorocaba. Não é missão cumprida, porque eu ainda tenho tempo. Mas na parte profissional, eu me sinto realizada. Enquanto estive ali, fiz o melhor de mim. Mas em primeiro lugar, eu quero agradecer a essa oportunidade de colaborar com o trabalho da Manu. Meu nome é Maria da Glória Souza, eu sou professora aposentada do curso Técnico em Secretariado, para o segundo grau, das escolas Achilles de Almeida e da ETEC Fernando Prestes, um curso exclusivamente feminino, daí o meu envolvimento com o Conselho. Eu entrei no Conselho através da Élzide, professora Élzide. Eu dava aula no Achilles de Almeida em curso de secretariado e o Conselho era perto do ginásio de esportes – a presidente era a Cíntia de Almeida. Eu não me lembro a data, mas era o final da década de 1980 e início de 1990. A Élzide me convidou para assistir à palestra com as alunas, então foi assim que entrei no Conselho. Passamos a participar de muitas palestras do Conselho da Mulher, e as alunas assistiam às palestras que o Conselho promovia. O diretor, Milton Marinho Martins nos dava total liberdade. Tinha palestra do dia 8 de Março, Dia da Secretária. O que o Conselho programava, chegava na escola, ele já me chamava e falava: “a senhora tá convidada e vai estar responsável pelas alunas. É de interesse da senhora, a senhora quer levar? Escala aí as classes que a senhora quer levar, tem total apoio”. Então, queria agradecer também ao senhor Milton. Assim, fui me envolvendo com o Conselho através dessas palestras. Olha, eu acredito que foi antes de 1986, porque eu entrei nesse ano na ETEC Fernando Prestes, e também comecei a levar minhas alunas de lá para assistirem às palestras. Eram as duas escolas que participavam das palestras, das festividades do Conselho. Eu acredito que tenha começado por aí. Quando a Cíntia saiu do Conselho, e a Valéria se candidatou para ser a presidente, ela me convidou para ser a vice-presidente. Eu fiquei, ela teve os problemas pessoais de saúde, precisou se afastar e eu assumi o Conselho. Foi a primeira vez que eu assumi o Conselho. Não tenho ideia também da data exata, tenho que consultar nos registros. Meu envolvimento no Conselho foi ficando cada vez mais forte. Daí, a Dagmar foi candidata também quando a Valéria saiu, e me convidou para ser vice dela. E a terceira vez foi com a Mazé, que também foi presidente, e também me convidou para ser vice dela. Só que a Mazé acabou se afastando por conta da sua candidatura de vereadora. Quando a Mazé saiu, entrou a Marilene, a Élzide

que foi vice da Marilene e eu fiquei só na diretoria – era secretária, eu que fazia as atas. Mas estava ali sempre. Quando a Tereza Meletti se candidatou, ela me convidou pra ser vice dela. Então, eu fui vice-presidente do Conselho por quatro vezes. E, por fim, tive que assumir novamente o Conselho quando a Tereza pediu afastamento por saúde – ela precisou fazer uma cirurgia e eu fiquei. Assim, fui vice quatro vezes e assumi três vezes a presidência. Fora as vezes que estava como secretária no Conselho. Era um trabalho gratificante que fazíamos, as alunas participavam das palestras e voltavam outras. Muitas tinham casos pessoais, delas mesmas ou parentes, amigas. Então sempre tinha um saldo positivo dessas palestras. Era muito bom, a gente não abria mão de ir assistir a todas. Sempre que saía a programação da semana da mulher e da secretária, a gente já agendava para ir assistir, via quem iria falar. Normalmente, eram as presidentes que iam fazer as palestras, ou a Iara Bernardi, muitas vezes, fazia palestra sobre assédio. Foi um período em que a Iara estava na criação da Lei do Assédio, e então participou muitas vezes; Mazé Lima também. Além dessa participação ativa no Conselho, coube a mim fazer o registro de muitas atividades nossas ao longo de todos esses anos. Como eu gosto de fotografia e gostava de registrar os eventos na escola, todos os eventos que tinham na escola, eu registrava. Fazia um arquivo pessoal. E no Conselho, todos os eventos que havia, independente de participar ou não, eu registrava. Eu me emociono em dizer que um desses registros me dá muito orgulho de ter feito: foi o da Rosângela Alves. Eu comecei a me envolver com o coral de Mulheres Negras do MOMUNES. Eu ia e participava de todos os eventos e a Rosângela era uma pessoa muito especial, dentro do movimento negro, a Mazé Lima também. Então, elas pediam pra fazer o registro. E como eu participo do grupo Imagem, o grupo estava sempre ligado ao Conselho. Veio do grupo Imagem, do Edson, a ideia de fazer uma exposição só com mulheres, e nós fizemos. Foi um período muito gratificante. Aí eu me envolvi também com o movimento negro. Ver a luta delas, a procura de respeito e igualdade mexeu comigo. Em 1985, eu fiz uma exposição no Achilles, mas eu não tinha nada ainda com o conselho da mulher. Fiz uma exposição sobre a mulher negra que se chamou “A mulher negra conquistando espaço”. Foi aí que eu comecei a me envolver. Eu fotografei poucas mulheres, foram quatro, cinco mulheres que eu fotografei. Aí, abriu um espaço, participando, aquele colorido delas, o envolvimento delas. Sempre que tinha exposição, eu participava. Mas tive que me afastar do Conselho, por questões pessoais, para cuidar da minha mãe, não tinha mais tempo; porém, eu sempre voltava e fotografava. Ficou uma marca registrada do Conselho da Mulher a exposição no mês da mulher, dessas mulheres

que estão no movimento de mulheres. Fiz exposição também para o Conselho do Negro: a Lucimara e a Marilda sempre me chamam pra fazer fotos, assim, quando posso, vou lá fazer. Foi muito gratificante para mim. Fazer o registro da Rosangela e do Cafundó. Sabe, o Conselho foi um grande aprendizado, porque eu vendo minha mãe, as coisas que aconteciam; e a gente nunca teve essas informações que hoje estão todas aí. Então para mim, como mulher, como educadora, como irmã, como filha... enfim, o Conselho me trouxe outro olhar sobre a mulher. Vi mulheres buscando seu espaço, independentemente de qualquer segmento. Não consigo precisar um acontecimento marcante, mas as histórias que a gente sabia, a gente orientava que era pra procurar o Conselho. Mas eu nunca tive assim, na verdade, eu nunca participei de um ato, como eu diria, forte, que me chamasse à atenção. Meu primeiro emprego foi a fazenda São Judas Tadeu. Eu era secretária do dono, não tive problema ali, Depois, eu saí dali e fui trabalhar na Ramires, e trabalhava com homens, e graças a Deus eu não tive problema, nunca fui discriminada, sempre muito bem tratada. Meus chefes nunca me mostraram nenhum ato que eu pudesse falar que estavam me agredindo ou assediando, não me lembro. E também não me lembro de nenhum caso. Aí quando eu fui dar aula, é outro mundo, foi quando a Élzide me alertou, falou: “olha, como educadora, você tem que estar atenta para algumas atitudes”, mas também não me lembro de alunas virem falar que estavam com problemas. Elas aceitavam quando a gente dava as orientações, as sugestões. Hoje eu vejo muita coisa na mídia a violência aumentando contra a mulher. Eu acho que a mulher ficou mais corajosa, e como ela saiu para trabalhar, ela ficou independente do marido. Por que como que uma mulher desempregada, sem trabalho, elas pensam sempre assim: como vou cuidar dos meus filhos, como vou cuidar da casa? Eu acho que a mulher saiu pra trabalhar, ficou independente, se sentiu corajosa, e ela tem forças para denunciar. Ela vê também que outras denunciaram. Eu acredito que sempre aconteceu a violência, o machismo sempre existiu. Eu acho que o homem não aceita essa “concorrência”. Hoje, eu não estou mais no mercado de trabalho, não sei como é que está o mercado de trabalho, mas o homem sempre foi machista. São pouquíssimos homens que discutem com a mulher, que não se sentem inferiores quando ela ganha mais. Eu acho que tudo isso leva à violência. Eu sempre falo para as minhas sobrinhas para elas estudarem, para que não dependam do marido. Falo: “Estudem sejam independentes financeiramente para não ter que depender de alguém futuramente”. Eu nunca me vi como uma militante. Para mim, essas atividades no Conselho eram uma extensão das minhas aulas. Mas eu penso assim: quanto mais a mulher fica submissa ao marido, ao

homem, não precisa ser o marido, irmão, enfim, mais ela sofre. Agora, ela sendo independente, ela tem como lutar, “tô indo embora, cuidar da minha vida”. Eu consigo ver assim: quanto mais você é independente, menos se sujeita. Por exemplo, eu sempre fui independente, nunca dependi. Então, eu nunca permiti que alguém falasse mais alto. Meu pai sempre foi muito enérgico, de família mineira tradicional, mas ele nunca chegou ao extremo de me agredir. Então, eu acho que quanto mais independente a mulher for, mais condições tem de se livrar do opressor. Fiz boas amigas no Conselho da Mulher, algumas levo para o resto da vida, e uma não está mais aqui: a Élzide. Ela foi uma pessoa sempre criativa, sempre disposta, eu me espelhava muito nela. Eu achava assim: que mulher linda, que mulher disposta! Sinto muita saudade dela e da Rosangela também. A Rosangela era uma coisa linda. A Valéria, eu não conhecia, a conheci no Conselho e fiquei muito amiga dela; a Mazé, eu conhecia de vista, fiquei conhecendo-a depois, através do Conselho, das palestras; e depois do CPP, a nossa amizade cresceu. Marilene também. Dagmar eu conheço há muito tempo, porque o marido dela foi meu colega de faculdade, sempre fomos amigas. E a Tereza Meletti que é uma doçura. Então, não me lembro de nenhuma rivalidade, se houve, eu não percebi. Nunca fui impedida de nada, no meu caso essa amizade nossa me fortaleceu, porque fortaleceu nos momentos que eu tive que assumir. E sempre tive apoio de todas e tenho que ressaltar o papel da Selma. A Selma me ajudou muito, era ela quem fazia a função administrativa do Conselho, e me ajudou muito esses momentos. Acho que ela se aposentou há pouco tempo. O Anderson Santos foi uma pessoa de extrema importância pra nós no Conselho. Ele dava um suporte. Acho importante homens também auxiliarem. No Conselho, tivemos apoio dos maridos. A Valéria quando assumiu, o marido, levava, buscava. O Zezinho Lima sempre deu apoio para a Mazé. O César, pelo amor de Deus, estava sempre presente para a Meletti. Eu acho que é importante o apoio do homem. Foi assim um período muito bom, eu só tenho a agradecer ao Conselho, era gostoso demais. Hoje, o momento atual, está meio complicado, quando você pensa que tá indo e quando vê, tá voltando. Umás coisas que não têm nada a ver. Sabe, se eu pudesse hoje eu voltaria com as atividades nas escolas, porque é através da educação que educamos as pessoas, é através dessas orientações que a mulher fica sabendo das coisas. Tudo passa pela Educação. Recentemente, o Conselho foi dar uma palestra no Fernando Prestes, eu adorei. Eu fiquei 32 anos em sala de aula. Também gosto muito de fotografar mulheres. Eu me identifico mais com elas. Minha entrada na fotografia, propriamente dita, foi em 1985, quando o grupo Imagem foi criado e a partir daí, comecei a

fotografar especialmente mulheres, pois como estava no curso de Secretariado, estava sempre direcionada lá. Entrando no Conselho, direcionou à mulher de novo. É muito bom saber que fiz parte dessa história. Têm mulheres que eu gostaria de ter fotografado. Eu só tenho que cumprimentar a atual gestão do Conselho, pois vocês não deixaram a peteca cair, como diz a Mazé. A Mazé sempre fala isso: “não deixa a peteca cair!” E que vocês continuem nessa luta. Se eu pudesse, eu participaria muito mais. Infelizmente, eu não tenho tempo para participar. Mas sempre que puder, estarei junto com vocês. Eu sempre falava pra minhas alunas, e tenho isso: não esperem as borboletas virem ao seu jardim, plante o seu jardim que elas vêm até você. Quando você cuida do seu jardim, você tem um outro olhar sobre quem vem até você. Cuide desse jardim da vida de vocês para que tenham sucesso e tenham apoio de outras pessoas também, é o que eu sempre falava para minhas alunas. Eu penso também que o Conselho, sendo bem usado, as pessoas sabendo, ele é um trampolim pra outros espaços. Às vezes, as pessoas têm outra visão, diferente da sua, e através do Conselho, podem atuar em delegacia, fazer uma especialização em tal lugar. Eu acho, sim, que o Conselho pode levar as pessoas que trabalham ali como voluntárias, para um caminho profissional. Enfim, sempre há obstáculos que fazem com que você desista. Mas eu espero que nenhuma conselheira nunca desista dessa luta.



### **Thara Wells - Cada um tem de mim aquilo que cativa**

Sou Sarah Pedro Correa, brasileira, solteira, estudante de Serviço Social, militante LGTTQIA+, fundadora da Associação Transgêneros de Sorocaba (ATS), primeira mulher trans eleita para um Conselho Municipal de Direitos das Mulheres do Brasil. Eu nunca tinha ouvido falar do Conselho da Mulher. Depois que eu fiz o curso de Promotoras Legais Populares (PLP), que é um curso de empoderamento da mulher do qual participei da primeira turma de mulheres trans do PLP, eu fui abraçada pelo movimento de mulheres reconhecendo a minha identidade enquanto mulher também, e até como aliada, porque, como eu sempre digo, somos vítimas do mesmo vilão que é o machismo. Eu entrei em 2017 para as promotoras legais, e comecei a me inteirar sobre os Conselhos, sobre a função do conselheiro, essas mulheres me abraçaram e a gente começou a discutir sobre ter uma mulher trans também dentro do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, que estava no seu processo de eleição. Fiquei muito lisonjeada de ver as mulheres, não são todas, mas a maioria delas lutando para que tivesse uma mulher trans lutando com elas, ali, enquanto conselheira titular, achei isso muito lindo. Eu mesma, que não participei muito de toda essa construção, mas no dia da votação eu estava lá e fiquei muito feliz de todas as promotoras legais estarem votando em mim. As outras mulheres articulando, tristes, porque teve muita gente torcendo contra. Muitas pessoas que eu julgava que lutavam até pela igualdade, pela diversidade, chegaram para mim dizendo: “olha, você não pode ser titular, você tem que ser suplente e deixar uma mulher lésbica ser titular”. Eu fiquei pensando: “poxa, a mulher lésbica, isso é uma orientação, ela continua mantendo a sua identidade enquanto mulher cisgênero”. E a gente vê o quanto é frágil a situação das mulheres trans na nossa sociedade, no que tange ao seu direito, à sua garantia de direito, à sua existência, sobrevivência. E vi que muitas pessoas não acreditavam e também sabiam, mas não estavam nem aí para a importância de ter uma mulher trans como conselheira titular do Conselho da Mulher. Quando cheguei no Conselho eu já esperava certa resistência, porque pela minha vivência eu esperava até mais do que vi e do que aconteceu. A gente vive numa sociedade que não é chique ser preconceituoso. A gente vê, às vezes, os olhares das pessoas, elas meio que questionam: “o que você está fazendo aí?”, “aí não é o seu lugar”, esquecendo tudo que orbita em torno da existência trans. Eu consigo perceber nos olhares das pessoas, nas falas. Tanto que, teve uma pessoa citando outra trans, já deslegitimando a sua identidade, e aí a gente propôs o curso de formação pra que a pessoa

entendesse que ninguém tem que aceitar ninguém, mas que respeitar é um ato constitucional, tem que respeitar as pessoas, independentemente do que elas são fora dali, ou, enfim, da vida delas. Para mim, foi bem revelador. Até conviver com mulheres plurais, de pensamentos plurais, a gente é unida, tinha que ser. Tem que ser em torno de uma ideia, de uma luta. A minha presença no Conselho já é uma forma de marcar território. Mas devido à minha rotina, eu não consegui contribuir tanto quanto eu queria contribuir, porque eu vejo que a coisa é muito gigante. Mas acho que o fato de quanto eu saio numa foto enquanto conselheira, ou quando participo de uma atividade, ou quando, por exemplo, as mulheres lembram que tem uma mulher trans ali, eu acho que isso é muito representativo. Não estou justificando a minha falta de participação, o quanto eu queria participar, mas eu acho que pelo fato de estar ali faz as pessoas pensarem: “olha, no Conselho tem uma mulher trans, quem é? É fulana”, já é uma marcação de território. Eu fico pensando que são muitas questões, por exemplo, nas situações em que são levantadas as pautas do Conselho, todas as situações dialogam com o universo da mulher trans, seja na violência doméstica, seja na falta de oportunidade, violência de gênero, violência em si. Todas as exclusões que a mulher cisgênero sofre, isso dialoga com a mulher trans também. Se eu não estivesse no Conselho, não aconteceria isso. Eu acho que, talvez, se eu fosse mais presente, mas é que eu não consigo dar conta de todas as discussões e tal, porque eu vejo que no Conselho da Mulher tem muita mulher, e muito boa ali, que tem o conhecimento da máquina em si, do sistema em si, coisa que eu não domino. Então, às vezes, eu fico olhando... Nossa! E também é uma inspiração pra mim, ver como que a mulheres lidam com aquilo, e estando ali mesmo presenciando tudo que elas têm feito, e ter levantado as discussões. Isso tem servido pra que eu possa ter uma outra visão da realidade, e enquanto conselheira também. Gostaria de estar influenciando outras mulheres trans, porque as mulheres trans, as pessoas trans, elas têm um instinto de se resguardarem, visto que os espaços sociais sempre foram espaço de muita violência pra gente. E eu acho que eu até me exponho demais estando dentro do Conselho, porque a gente vai bater naquele assunto, naquela visão do padrão do que é ser mulher, quem é a mulher e como deve ser uma mulher. Quando você diz que você é uma mulher trans, você já puxa toda essa construção social em torno da mulher que foi criada em torno da mulher e do que é ser mulher, e você acaba sendo até um pouco cobrada de corresponder às expectativas, de ser feminina, sabe, refém de toda essa construção mesmo. Então, eu acho que isso, às vezes, joga um pouco contra para que outras mulheres trans tenham até a vontade e a coragem de enfrentar toda essa mulherada que

são em 40 lá dentro do Conselho da Mulher, e uma mulher trans, quer dizer, são 39 olhares voltados pra você, sempre questionando quem é você ou o que você faz ali. Vi coisa legal no Conselho, como o modo que as meninas do jurídico se comportam, até mesmo o conhecimento das mulheres numa sociedade civil que são militantes de muitos anos, toda uma contextualização da história e do empoderamento da mulher, que era uma coisa que eu via só de longe, da mulher em si. Isso não tem preço. Às vezes, eu babo de ver essas mulheres na reunião falando e dominando aquilo que elas estão falando, reivindicando que o sistema olhe pra elas de uma maneira igual, né. Acho muito importante. Muitas meninas do Conselho já me deram *feedback* de que passaram a olhar as pessoas trans de uma maneira diferente, e eu me senti muito responsável por isso, pois foi a partir de mim. Muitas passaram a olhar as pessoas enquanto ser humano, ver as questões de exclusão. Falamos do nome social, do nome retificado. Então, eu acho que a minha vivência ali no Conselho é fundamental. Eu venho de um lugar, onde eu também fui refém de violência doméstica, o meu padrasto era alcoólatra e ele era muito violento, e se você pensar, na década de 1980, a gente não falava de lei Maria da Penha e aí a gente dormia no banco da delegacia, porque não podia entrar em casa, pois ele queria matar todo mundo com faca. E eu, muito criança, achava um absurdo, ainda dentro de todo o meu pouco conhecimento enquanto criança, mas eu achava um absurdo a minha mãe, que era a vítima, ter que levar a intimação pra pessoa que a tinha violentado. Então assim, a minha visão disso sempre teve um inconformismo, e depois ver que a minha mãe tinha que entrar em casa e ainda tinha que ceder aos prazeres, ao que ele queria que ela fizesse, mesmo depois de ter apanhado. Tudo isso foi me dando vontade de tentar mudar isso de alguma forma. E depois, quando eu saí de casa, fui convidada a me retirar de casa e aí caí na rua e fui ver uma outra realidade, que é o mundo da prostituição, um submundo de um mundo que eu não conhecia, nem imaginava ver isso. Eu tinha 17 pra 18 anos de idade. Tinha acabado de sair do ensino médio, estava fazendo, na época, vestibulinho pra fazer faculdade, Ciências Contábeis, era o que eu ia fazer, porque tinha feito ensino médio técnico na escola do Aquiles. E aí, eu falei assim “Caramba, mais uma vez eu vou ter que sobreviver com essas violências”. Estando na prostituição, a gente vê o luxo e o lixo de uma forma muito rápida. E você vê que a mesma pessoa que te agredia e te jogava as coisas, porque aqui na década de 1990, na cidade de Sorocaba, era um ambiente muito violento pra nós, de dia. À noite era também, mas de dia era mais. Porque as mesmas pessoas que pagavam pelos seus carinhos à noite, eram as pessoas que te tacavam pedra de dia, eram as mesmas pessoas. Eu comecei a pensar: “gente,

tem alguma coisa errada com esse mundo”. E em 1998, eu entrei pra militância pela ONG Girassol, até de uma maneira bem tímida, porque eu não tinha ainda muita consciência se era isso mesmo que eu queria, porque isso te consome de uma maneira gigantesca. E aí isso foi aflorando, meu lado de lutar contra o *status quo*. Eu comecei a reivindicar e a pensar muito sobre qual o meu papel na sociedade, quem sou eu na sociedade e o que eu posso fazer pra contribuir com essa sociedade, sendo trans. E aí, em 2004, a gente fez aqui o nosso primeiro seminário GLBT (ainda), fizemos um protesto, uma carreata e isso foi o embrião da parada LGBT do que é hoje em Sorocaba: era exatamente um protesto contra essa falta de respeito que a sociedade tinha com a gente, tanto pela polícia, tanto pelas pessoas na rua, pelos clientes que saíam com a gente, tanto pelas pessoas GLS, na época, gays, lésbicas e simpatizantes, das boates que não deixavam as travestis entrarem. A sigla GLS, não fala de identidade trans. Estamos falando de gays, lésbicas e simpatizantes. Eu venho de uma geração que a gente começou a sair de dia, começou a andar à luz do dia, porque a geração anterior a nós não saía de dia. Elas esperavam dar seis horas da tarde e saíam após esse horário, e quando elas tinham que comprar alguma coisa de dia, elas escolhiam uma pessoa mais “passável” pra fazer as compras. Então a minha geração já começou a reivindicar o direito do diurno, de sair de dia. Isso causou um enfrentamento na sociedade que estava acostumada a só atravessar a “pontinha” após as 18h e encontrar a gente lá. Então, eu acho que isso que causou uma revolta na sociedade. A gente, na época, apanhava andando à luz do dia e éramos enquadradas na lei da vadiagem. Isso em 1995, 1996. As boates reproduziam isso, mesmo sendo boates de gays, boates da diversidade em si. E tinha até uma boate aqui no centro que ela deixava como regra na portaria, assim: se travesti quiser entrar, ou ela tem que pagar o dobro da entrada, às vezes até o triplo da entrada, ou ela vai pra casa dela, tira a roupa de mulher, colocar a roupa de homem para poder entrar. Ou então, se você quisesse entrar, tinha que ser conhecida de uma outra pessoa que era conhecida na boate, para que a pessoa fosse praticamente a sua fiadora pra você entrar ali, porque sabia que você não iria causar problema. Assim, nós começamos a protestar contra isso. Sabe, os gays são machistas também, as lésbicas são machistas. E a gente vem de uma realidade social do meio LGBT em que ninguém gosta de ninguém. A gente vê que a lésbica não gosta do gay, que não gosta do bissexual, que não gosta do gay ativo, que sente vergonha do gay passivo por medo, de medo dessa sociedade, de medo de ser discriminado. Quantas e quantas vezes, até hoje, eu faço falas em lugares e, às vezes, muitas pessoas, gays e lésbicas, LGBT, assistem minhas falas, são meus amigos, mas se eu encontrar

com eles meio dia no centro comercial, e se eles estiverem com alguém da família, eles não olham na minha cara, fingem que não vê ou, às vezes fingem que estão olhando numa vitrine, esperando eu passar. Às vezes, por exemplo, quando você encontra essas pessoas dentro do ambiente de trabalho dela, elas fingem que não te conhecem. Sabe, eu penso que a travesti, a mulher trans, a pessoa transgênero, ela não tem o que esconder, tá na cara dela o que é, o corpo político dela tá ali, então não tem o que esconder mais. E as pessoas que ainda conseguem ter o manto da invisibilidade na nossa sociedade, ainda acham que a gente vai tirá-las do armário e fazer com que elas não sofram. Às vezes, até as próprias mulheres trans “passáveis” ignoram e sentem vergonha das mulheres trans “não-passáveis”. Eu tive muitos amigos que morreram de aids. A gente via fotos do Cazuzza naquela época, totalmente cadavérico, cantando, e as pessoas... até os próprios familiares da gente falavam: “Você vai ficar assim!”. E a gente começou a ter medo daquilo e alguns amigos que, como eu presenciei, a mãe, o pai, começaram a separar talheres e copos deles e ficavam num canto da casa, e quando eles entravam pra ir ao banheiro, assim que eles saíam, a mãe ia lá e jogava água sanitária em tudo ali, fechava a porta e deixava ali de quarentena, A gente tinha medo de beijar na boca, porque falavam que o beijo pegava, a saliva pegava. Foi um momento de bastante repressão, a gente perdeu muitos amigos e quando eu entrei pra fazer programa na década de 1990, no meio dessa década, quase 90% dos clientes não usavam preservativo, nem pra sexo oral, nem pra sexo anal. As pessoas tinham vergonha de comprar preservativo, e nessa época já se vendia no supermercado, vergonha de comprar preservativo, porque só usava preservativo quem tinha aids. E aí, em 1998 e 1999, a gente consegue até um patrocínio da Secretária da Saúde para fazer o primeiro projeto de prevenção pensado nos profissionais do sexo: era o projeto HSH (homens que fazem sexo com homens), e nem pensando em identidade trans, mas sim deslegitimando pessoas trans enquanto mulheres, né, ou enquanto homens, mas sim como gays que faziam sexo com outros gays. Até hoje eu sinto esse preconceito. Acredito que o Conselho quebra paradigmas, mas sinto muita falta de realmente o Conselho atingir as mulheres que não conseguem participar das reuniões. Aquela mulher que é refém dos afazeres domésticos, da periferia, que eu acho que o Conselho não chegou nela ainda. E também a mulher trans, ela ainda não conseguiu ver que o Conselho da Mulher é um espaço dela, um espaço que ela pode procurar, eu acho que o Conselho tem que ser um fio condutor entre essas mulheres vulneráveis, que a gente não consegue alcançar porque quando você faz uma palestra, essa mulher que eu citei da periferia, ela não vai poder ir. Ou quando

você faz uma reunião, a mulher trans que já está chegando da rua, também não consegue participar. Muitas mulheres que são violentadas não acreditam na política pública que vai tirá-la desse sofrimento. A gente sabe que tem todo um protocolo de atendimento à mulher vítima de violência doméstica, mas eu acho que não tem depois uma continuidade disso, porque a mulher que é vítima de violência, ela pode ir pra um abrigo, mas eu fico pensando que isso não é permanente, depois ela vai ter que trabalhar – porque a gente vive numa sociedade capitalista –, o filho vai ter que estudar, uma hora ela vai ter que botar a cara na rua como vai ser?! O Conselho da Mulher é muito potente pra isso, com todas as mulheres que estão ali, cada uma do seu segmento, dentro das suas profissões, das suas contribuições. São mulheres que podem se debruçar sobre essas questões. É uma tarefa pra ontem. Eu espero que eu consiga inspirar outras mulheres trans a participar do Conselho. Acho muito legal também que uma mulher trans consiga ser presidente do Conselho, mesmo sabendo que não será uma tarefa fácil. Posso dizer que fui bem recebida no Conselho, algumas mulheres eu já conhecia do Promotoras Legais Populares, outras eu conheci das redes sociais ou de amigos em comum. Então, para mim, enquanto cultivar as relações foi perfeito. E outras mulheres que eu acabei conhecendo e admirando também, isso eu espero levar pela vida toda. Eu tenho um sonho de fazer com que o Conselho consiga chegar nessa desconstrução da mulher biológica, dessa desconstrução que a mulher trans parece que é obrigada a corresponder que é não ter nascido mulher, mas sim ter se tornado mulher. A Thara Wells é isso, ela surgiu quando eu saí de casa e esse nome, pode parecer até estranho, mas é o nome de uma minissérie que eu assisti quando eu era criança. Era uma minissérie que falava de uma transformação, de uma mulher que se transforma, luta e volta pra se vingar. Talvez, eu tenha esse nome para reivindicar o meu lugar, que a vida até acabou, de uma certa forma, me tirando. Antes disso, eu tinha um sonho. Uma coisa que todo mundo esquece, mas toda travesti tem um sonho quando é criança, ter uma profissão. Quando a gente faz a transição é lançado nesse buraco, que é prostituição, e você acaba sendo refém disso, e você não consegue cavar a luz dessa caverna que é fácil de encontrar ali. Eu acho que a Thara Wells veio pra me fortalecer, porque eu era, na época, uma pessoa tida como um gay afeminado que não tinha coragem pra nada, não tinha coragem de falar o que eu pensava ou de brigar por aquilo que eu acreditava. E a Thara Wells veio com toda essa força. A Sara foi uma variação da Thara. A Thara que todo mundo conhece, trans feminista, essa pessoa que tá sempre engajada, sempre disponível, e a Sara, às vezes, é mais recolhida. Então, eu gosto de ter a Thara, enquanto persona, enquanto

força, ativista; e a Sara enquanto eu, mais quieta, mais discreta, que ninguém sabe, por exemplo, eu tenho um relacionamento há dois anos e ninguém sabe, moro com ele. As pessoas mais íntimas conhecem a Sara, e as da luta conhecem a Thara. Então, é uma forma de eu me resguardar um pouquinho, de não ficar muito exposta também, porque ser uma pessoa militante também te expõe, suga, e também requer que você esteja sempre pronta para aprender, pra ouvir, pra lutar, reivindicar. Isso, às vezes, é um pouco cansativo também, porque você tem uma vida, você tem uma rotina. Todas as minhas amigas me chamam de Sara, a minha irmã me chama de Sara em casa e quando ela me vê na rua, me chama de Thara, enfim, é essa loucura, mas as duas me completam. Não gostaria de ser lembrada apenas como a pioneira. Por um lado, você pensa que é triste que as mulheres protagonistas de outras gestões não pararam pra olhar pra essas outras mulheres, e aí me dá um pouco de tristeza. E também, por outro lado, por estar no Conselho da Mulher, me dá até uma sensação de entusiasmo, de acreditar que realmente o mundo vai mudar. Então, eu acho que eu queria ser lembrada, modestamente, como aquela que esteve frente à mudança, que quando as mulheres pararam pra olhar, eu estava ali. De uma forma, como eu digo, bem modesta, representando as outras, não por ser a primeira, mas por estar ali. Eu posso dizer que tenho muito orgulho de participar dessa gestão com você. Eu acho que daqui 30, 40 anos vão falar: “olha, eu fui da gestão que tinha a Thara Wells”. Muitas mulheres me inspiraram, a começar pela minha avó, que era uma mulher doce, brava, forte e muito sensível, muito carinhosa. Minha mãe também. Hoje eu consigo pensar que muitas vezes eu questionei a minha mãe, quando eu falava: “você não reage! Como que você deixa? Como que você consegue? Por que você deixa?” E aí, hoje, com a experiência que eu tenho, eu consigo tentar entender o porquê. Às vezes, eu paro e consigo responder até os meus questionamentos que eu fazia pra ela. E minha mãe também foi um exemplo muito grande pra mim, todas as mulheres da minha família, e as mulheres que eu encontrei pelo caminho também, tanto as mulheres cisgênero que me incentivam, e que muitas vezes essas mulheres que eu encontrei pelo caminho foram mulheres que, às vezes, me disseram que eu era e que eu tinha potencial para fazer coisas que nem eu acreditava que era capaz. Então, eu agradeço muito por todas as mulheres que passaram pela minha vida. Mas não tem uma que eu possa dizer em especial, todas foram especiais. As mulheres trans que eu encontrei, que eram inteligentíssimas, políglotas e eram autodidatas, as mulheres trans que eu encontrei mais velhas quando eu passei um tempo na Europa, pessoas que já tinham enfrentado o sistema na ditadura. Gente, o que era ser mulher

trans na ditadura? Elas me contavam que quando elas se relacionavam com os clientes, elas apanhavam se o cliente ou os namorados ou os maridos, enfim os homens que elas se relacionavam, viam, ou se eles notassem que ela estava ficando excitada com os carinhos que ela estava dando, ela apanhava. Mulheres trans que me contaram que nessa época não tinha lápis de olho e usavam rolha queimada como lápis de olho, maquiagem. E muitas dessas eram inseridas dentro da casa do homem que era amante dela, junto com a mulher dele. E ela não podia contar pra mulher dele e a mulher dele sabia, “gente que tipo de mulheres são essas?” São mulheres que me influenciaram muito. A ditadura foi há mais de 40 anos e parece que, entre avanços e retrocessos, ainda não conseguimos manter esse avanço, porque o governo Bolsonaro trouxe um retrocesso gigante. Quando a gente fala do Bolsonaro, uma coisa que eu reflito muito é: quem é essa sociedade que o apoia? Quando a gente fala do Bolsonaro, a gente fala mais do Brasil do que do Bolsonaro, das pessoas que o apoiam do que ele próprio, porque ele ficou lá como deputado 7 eleições e as pessoas votando nele, mesmo sabendo que ele não fazia nada. Então, quer dizer: quem é esse Brasil que ainda o apoia? Quem são essas pessoas que concordam com os retrocessos que ele traz e as falas horrorosas que ele ecoa? Eu fico imaginando como era a gestão e o Conselho da Mulher na época da ditadura, eu fico imaginando que era uma luta gigantesca e quantas vezes muitas mulheres conselheiras devem ter feito vista grossa sobre tudo que estava acontecendo pra não sofrer, para que o Conselho não deixasse de existir. Mas houve resistência, muita resistência das mulheres que realmente acreditavam nessa mudança da sociedade, nesse combate ao machismo e toda violência que isso traz para vida da gente. E é por isso que eu digo: que triste que as mulheres trans não participaram disso, que triste que as outras mulheres não enxergaram que toda situação que elas vivenciavam, e as desigualdades e as violências que elas lutavam pra acabar, elas não enxergavam que as mulheres trans também passavam pelas mesmas situações. Triste. Nossa luta é todo dia. Por tudo isso posso dizer que sou amada por muitos, odiada por poucos e respeitada por poucos. E assim cada um tem de mim aquilo que cativa.



**Valeria Flores: Quem quiser me ver no chão, vai ter que me derrubar  
porque não me deito**

Meu nome é Valeria Flores Benedetti Rosa, sou brasileira, viúva, advogada, fui escritora de polícia. Foi como advogada voluntária que iniciei meus trabalhos no Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Sorocaba, e somente depois me tornei presidente. Sempre me interessei pela questão da violência contra a mulher, e por isso cheguei até o Conselho da Mulher defendendo, graciosamente, mulheres carentes e vítimas da violência. Foram muitas audiências, pois o Conselho da Mulher tinha o propósito de orientá-las e inclusive representá-las em juízo. Eu gostei muito de ser voluntária do Conselho, foi uma fase legal, pois adquiri muito conhecimento. Logo me tornei presidente, estranhei um pouco, porque tudo aconteceu muito rápido. De início, recusei me candidatar, mas como eu estava acompanhando vários casos, estava sempre presente na sede do Conselho e haveria nova eleição, eu acabei aceitando. Na época, recebi muitos incentivos da então Deputada Iara Bernardi, de Mazé Lima e de tantas outras mulheres que me apoiaram e confiaram em mim, pois já conheciam meu trabalho dentro do Conselho. Uma vez eleita, acabei ficando mais tempo. Trabalhar com a violência, mexe muito com a gente. Tem que saber lidar com o lado emocional, o que é bem delicado, pois a gente vê de perto essas mulheres espancadas, feridas, abandonadas, sem ter para onde correr. No meu caso, foi bem difícil, pois eu tinha um caso de violência doméstica acontecendo com minha tia. Enquanto escrevia, na Delegacia, eu ajudei da melhor forma que pude, mas infelizmente, um dia, ela caiu numa cilada do ex-marido e foi morta com cinco tiros. Essa tragédia na família abalou a todos, e eu me senti impotente, pois mesmo sendo presidente do Conselho, não pude fazer nada, não tive como evitar a morte da minha tia. O que eu consegui foi cuidar da minha prima, ainda muito jovemzinha, 13 anos, pois ela tinha medo do pai e então estava sob meus cuidados, com a permissão da minha tia. Talvez se ela estivesse na casa, naquele momento, também estaria morta. O lado pessoal e o mais delicado, quando a gente quer resolver a situação das vítimas, na maioria das vezes com crianças pequenas, quer que elas se descubram capazes, para não ficar na dependência, nas mãos dos seus algozes. Pelo lado profissional foi proveitoso, pois as mulheres se uniram e conseguimos divulgar o Conselho da Mulher que ganhou destaque na cidade e na região. Tínhamos reuniões periódicas, eu contava com uma diretoria atuante, além de muitas voluntárias. Mulheres que traziam ao conhecimento da diretoria, problemas envolvendo

violência, abandono e maus tratos. Presidente, vice-presidente, todas as diretoras, conselheiras e representantes de comunidades, todas as mulheres, enfim, envolvidas com o trabalho do Conselho se uniram para trabalhar o assunto da violência, numa tentativa de melhorar a qualidade de vida das vítimas, bem como buscar soluções de proteção. O Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Sorocaba é o primeiro do interior, por isso serviu de referência para outros municípios, como Araçoiaba da Serra, que instalou sua sede sob a presidência da Advogada Dra. Estela. Não posso deixar de mencionar tantas mulheres maravilhosas, competentes e dedicadas à causa da mulher vítima de violência como Mazé Lima, Iara Bernardi, Gloria Souza, que foi minha vice, muito companheira, Ana Maria Mendes, Edição Madureira, Cida Arantes, Marcia Niterói, Élzide Tunucchi, Marilene Costa, Dagmar Rubiano entre tantas outras. Foi pensando nessas mulheres, que o Conselho apresentou em Brasília, através da Dep. Iara Bernardi, um projeto para a qualificação da mulher vítima de violência. Nossa ideia era qualificar a mulher para o mercado de trabalho, pois com uma renda para se manter e manter seus filhos, essa mulher não precisaria estar na dependência de seu companheiro algoz. Então firmamos esse projeto em parceria com o Senac, que proporcionaria cursos diversos para as mulheres, como manicure, podóloga, cabeleireira, boleira, doceira, entre outros. Infelizmente, por motivos políticos essa parceria não se concretizou. O Conselho da Mulher de Sorocaba também contou sempre com o apoio do governo estadual através de muitos trabalhos realizados em parceria com o Conselho Estadual da Condição Feminina, com apoio também da primeira dama de Sorocaba, Dra. Maria Lucia Amary. Através do trabalho do Conselho, algumas secretarias, participação do CIM Mulher e autoridades de Sorocaba, foi montada uma rede, por assim dizer, para agilizar o atendimento da mulher vítima de violência. A partir da confecção do BO ao atendimento no IML e encaminhamento do caso a Justiça. Quero crer que dei o melhor de mim. Foi muito gratificante ajudar tantas mulheres, inclusive muitas das vezes o fiz, com meu próprio veículo. Um caso me marcou muito. Foi o de uma mãe de três filhos, agredida, com frequência, por um marido homicida, que além de amedrontar e ameaçar os filhos, ele espancava e violentava a esposa sexualmente. Ninguém faz nada sozinho, temos que nos unir, e com a ajuda da advogada Dra. Adília, que me cedeu uma casa na chácara da família, escondi a vítima e seus filhos, cuidando de lhe entregar uma cesta básica para sobrevivência até que eu pudesse levá-los a um outro lugar seguro. Ainda tive tempo de ver chegar a Lei Maria da Penha, que trouxe uma esperança de fazer justiça às mulheres violentadas, mas ainda necessitamos de um

Judiciário mais célere. Enfrentamos muita burocracia, mas penso que, embasados numa lei mais rígida, ganhamos mais confiança. Porém, há que se ter políticas públicas que realmente saiam da intenção dos protocolos para realmente virar realidade. Há que se fazer um programa preventivo, tirando as meninas da ociosidade, investindo em esportes e cultura e outras atividades que possam evitar que haja gravidez precoce, evitar que se envolvam com drogas. Nossa sociedade ainda é machista, com governantes, em sua maioria, homens. Às mulheres cabe fazer a mudança, buscando ter vez e ser voz. Desisti de ser presidente passando o cargo para a vice Glorinha, por motivos particulares. Aí acompanhei o Conselho só de longe, não participei mais das atividades. Mas vi a Dra. Manu chegar, assumir e transformar. Foi uma injeção de sangue novo. O Conselho se renovou, como tudo deve ser. Com a gestão da Dra. Manu, tive certeza da continuidade do nosso trabalho. A presença de Thara, indubitavelmente, é uma novidade bem-vinda, um fato inesperado, mas que, certamente, trará uma nova visão dos acontecimentos, suscitando novas ações, sem, porém, perder o foco. O objetivo do Conselho é cuidar das mulheres vítimas de violência, quiçá erradicar essa violência. Ser presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Sorocaba me realizou, fiz meu trabalho da melhor maneira e com orgulho. Fiz muitas amigas e só tenho a agradecer a Deus pela pessoa que me tornei, mais forte, mais corajosa e decidida. Só tenho a dizer para todas as mulheres que não desistam de seus ideais, seus sonhos. Que não se entreguem diante das dificuldades. Que se mantenham sempre de cabeça erguida e olhos à frente. Por isso, sempre digo QUEM QUISER ME VER NO CHÃO, VAI TER ME DERRUBAR PORQUE EU NÃO DEITO.

**Drika Martim: Eu sou mais um exemplo de que o gueto sempre chega, sempre vence. Talvez eu seja mais um exemplo de que a favela venceu**

Meu nome é Adriana Martim de Souza Costa, conhecida como Drika Martim, sou brasileira, solteira, auditora de qualidade, representante da Central Única das Favelas – CUFA no estado de São Paulo, estou no segundo mandato de conselheira e foi eleita para ser representante da comunidade negra na eleição do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Sorocaba em 2018. Fiquei muito empolgada de participar dessa pesquisa porque a Manu é uma referência pra mim, de líder, de militância. Fiquei muito emocionada com o convite. O Conselho da Mulher sempre me foi próximo, porque eu sempre tive amigas, companheiras de luta que eram conselheiras do Conselho. Então, eu sempre acompanhei as lutas do Conselho de longe, foi sempre o Conselho que eu admirava demais. Todas as mulheres do Conselho eram as minhas referências de luta e lá, muito atrás, eu falava: “será que um dia eu vou chegar a estar na luta com essas mulheres?” Então, a minha presença no Conselho é algo muito importante pra mim. Foi sempre algo que eu observei de longe, mas que eu nunca achei que poderia estar lá. E a aproximação foi vindo pelas amigas de luta do Conselho, a gente dividiu várias lutas em alguns momentos também. O Conselho, de uns anos pra cá, começou a ser muito mais plural, começou a ser muito mais presente nos movimentos e isso fez com que eu conseguisse me aproximar um pouco mais, fui a algumas reuniões. Até que surgiu a necessidade de entrar mesmo, na tentativa mesmo, de entrar pra gestão do Conselho por entender quão importante é a representatividade. Algumas amigas que já estavam no Conselho, em algumas conversas, me convenceram da necessidade dessa minha aproximação e ida ao Conselho. E aí, foi isso, foi dessa forma que eu fui me aproximando do Conselho. A militância começou cedo para mim. Sou da zona sul de São Paulo, Campo Limpo, que sempre foi um dos bairros mais perigosos. Então a gente já nasce com esse instinto de luta, até por questão de sobrevivência, e é claro que a gente acaba indo mesmo para onde está a ancestralidade, o movimento racial foi algo que sempre foi muito presente nos meus dias. Eu passei por diversas instituições também, aqui em Sorocaba: MOMUNES; Vinte e Oito de Setembro; Quilombinho, até hoje a gente é um braço do Quilombinho; Conselho do Negro também, já estou na terceira gestão. Mas o Conselho da Mulher é um conselho onde a gente, talvez, pensasse que seria um pouco mais difícil de chegar pela falta de representatividade histórica. Tivemos algumas companheiras de luta, em alguns momentos, na história do

Conselho, mas nunca uma representatividade popular, periférica e de quebrada. Então, eu costumo dizer que essa gestão do Conselho é uma gestão histórica porque nós nunca tivemos uma representante do gueto mesmo. A mulher é presente em todas as pautas em várias instituições do movimento negro, a gente precisa falar sobre ela. A mulher negra não deixa de ser uma pauta diferenciada. A mulher preta vive numa condição de mulher preta. Em todas as lutas, a gente sentia necessidade de se inserir em alguns movimentos de discussão. E o Conselho da Mulher sempre foi um desses locais de discussão, representativos da cidade, que nós sentíamos a nossa ausência, e é importante demais a minha presença, a presença da Thara e de algumas amigas periféricas, porque é uma questão de representatividade mesmo dentro do Conselho, coisa que a gente não tinha antes. A gente acompanhava meio que distante, admirava a luta de mulheres brancas. O Conselho sempre foi um conselho de mulheres da alta sociedade da cidade, a gente sempre acompanhou muito de fora. Esta é uma gestão muito especial, porque hoje é de todas e é plural, e realmente dialoga com as pautas da mulher em geral. O Conselho sempre foi um local onde estavam as maiores socialites da cidade. E a gente sabe que nos momentos de lutas, dificilmente a gente tinha o Conselho com a gente. Quando o “pau tora” lá na quebrada, a gente sabe quem tá e quem não tá. Isso não deixa de ser uma construção. A gente precisa se aproximar e entender. Eu sou muito feliz, pois tive pessoas que me ensinaram muito sobre isso e sobre várias coisas que ajudam muito. Você, Manu, é uma delas, me fez entender a importância de a gente estar aqui, a importância da representatividade. A Rosângela Alves também sempre foi a mulher que me dizia: “você tem que ocupar os espaços”. A gente precisa estar presente, porque também é nosso lugar. Nós estamos lidando com algo cultural, onde nós nunca tivemos espaço. Eu participei do desse processo de construção desse Conselho, da lei nova do Conselho. Esse movimento teve que acontecer por causa de algumas situações que a gente vinha vivendo há algum tempo na cidade. Chegou o momento em que a gente teve que realmente se juntar pra brigar mesmo por algumas melhorias, pelos direitos da mulher na cidade. Então, o “Mulheres em movimento” surgiu exatamente por algumas demandas que estávamos tendo na cidade, que são as de sempre: a gente vive numa cidade extremamente machista, individualista, que não respeita mulher e que também não facilita para que nossos direitos sejam garantidos. Então, surgiu de uma forma muito bacana, e a minha participação nesse processo foi de trazer as mulheres do gueto para fazê-las entenderem que precisamos estar ali no lugar de discussão. O dia da eleição foi um marco, porque foi algo assim, real. Eu acho que também, no Conselho, nunca

existiu uma eleição como a gente teve, com a quantidade de mulher que votou. Nós fizemos uma mobilização muito grande que é reflexo desse movimento e desse trabalho em conjunto com algumas lideranças da cidade, mulheres de toda cidade, de todos os tons, de todas as religiões, lutando por um só objetivo. E um deles também era essa reforma do Conselho que era emergencial, e hoje a gente sabe o quanto valeu a pena cada esforço nosso. Eu pensava: “será que esse é meu lugar?” Eu sempre tive as minhas parceiras de vida comigo, a todo tempo me aconselhando, mas eu pensava: “ah, mas eu não estou preparada?” Então, são essas irmãs que a ancestralidade coloca na nossa caminhada, que dão força mesmo. E eu fui, deu certo. Sabe, é estranho e assustador, porque a gente não tem noção do tamanho que a gente é. A gente vai fazendo, encaminhando e as coisas vão acontecendo e não temos noção da importância que as pessoas dão pra gente, para nossa história. Foi bem conturbado esse processo de eleição, a gente já esperava isso. A disputa existe em todos os movimentos, não só no movimento negro ou no movimento de mulheres. Ela existe, e isso é característico do ser humano. E eu fiquei muito feliz e assustada mesmo pela minha eleição, porque é muita responsabilidade você ocupar uma cadeira do Conselho. Nós somos o segundo Conselho mais antigo do país. É uma responsabilidade pela quantidade de votos que eu tive, foram muitos votos, teve uma diferença de votos bem grande. Mas isso aconteceu porque as lideranças entenderam que eu teria que estar lá, que eu seria o ideal para aquele momento e aquela gestão, representando o movimento negro. E aí, foi, mais uma vez, um trabalho de equipe, no qual não só eu, mas também, diversas lideranças mulheres trabalharam para que eu fosse legitimada nessa ida ao Conselho. Foi assim, uma junção de sensações, muita alegria, mas ao mesmo tempo, um certo medo pela responsabilidade. A gente, às vezes, tem o medo de não render, de não conseguir segurar o “reggae”, mas foi muito bacana. Vem sendo muito confortável pra mim, estar no Conselho, porque eu tenho as minhas amigas ali sendo um alicerce. Então, quando tem as mais velhas como você, fica um pouco mais tranquila. Mas a responsabilidade, a gente sabe que existe, porque falamos da representatividade, de um movimento que, antes dessa gestão, a gente não tinha representatividade, não tinha voz. Por isso, hoje eu falo de uma gestão de muita coragem. Você precisa ter coragem para pautar a mulher negra, pra ter uma mulher negra, periférica. Em alguns momentos, a gente precisa ser um pouco forte em algumas ações, algumas vezes polêmicas também. É uma gestão que precisa de muita coragem, as pessoas precisam ter coragem pra tocar isso. Vem sendo confortável, mas ao mesmo tempo, vem dando resultados, porque é uma gestão muito

unificada que entende o quanto é importante evidenciar a pauta da mulher. Essa gestão prioriza as pautas da mulher da comunidade negra. Está sendo tranquilo, é óbvio que a parte burocrática impede algumas coisas, mas nós fizemos ações, ao longo desse mandato, que nunca haviam acontecido: as comemorações do Dia da Mulher Negra Latino-caribenha nunca haviam existido. As publicações são direcionadas às mulheres negras, o que é importante porque a gente fala muito da mulher negra, pois não é a mesma luta da mulher branca. E a sensibilidade das mulheres dessa gestão faz com que tudo isso aconteça., elas priorizam muito isso. É óbvio que a sensibilidade e empatia da nossa presidência, faz com que tudo isso aconteça da melhor forma possível. Temos uma líder hoje que luta pela causa da população negra e da mulher, e isso facilita o nosso trabalho em pautar isso na sociedade e na gestão do Conselho. As demandas na quebrada são diárias. A gente encaminha muita coisa para o Conselho, porque todo dia está acontecendo alguma coisa lá: “é nós por nós”, na quebrada “é nós por nós”. E esse Conselho veio pra fortalecer muito, momentos de amparo mesmo, que a gente faz dentro da quebrada, porque poucas pessoas saem do centro ou atravessam a cidade pra ir socorrer as nossas mulheres na quebrada e nesse Conselho existe isso. Inclusive, 24 horas por dia. E essa situação de se autoafirmar “sou mulher preta de quebrada” é importante, porque ali também é nosso local de fala, também é nosso lugar, e nós vamos continuar ocupando nossos espaços. As pessoas têm que entender que a gente tá lá e não é porque sou uma gordinha bonitinha, tem que entender que eu também sou uma preta de quebrada e ali também é meu espaço de discussão, de decisão, deliberação também, é importante esse processo. E é claro que é muito mais difícil pra uma mulher preta periférica se manter dentro de um movimento centralizado, como sempre foi, porque, eu mesma, houve vezes que eu não consegui ir a uma reunião, pois não tinha um passe de ônibus, porque estava desempregada e, como uma legítima mulher preta e periférica, pago aluguel, pago minhas contas sozinha, já me apertei muito, tive até que parar de estudar. Essa é uma gestão muito especial, que entende que a gente tá junto. Quem não me fez desistir, quem me manteve no Conselho até hoje, foram as minhas companheiras dessa gestão, que tiraram dinheiro do bolso e pagaram o meu passe; acabavam as reuniões e algumas me levavam embora. Já aconteceu isso com outras mulheres periféricas, e pode ser que isso continue acontecendo de volta. A dificuldade da mulher periférica é de se manter, quem acha que hoje a militância é algo que se tenha retorno, está errado. A gente investe muito na militância, então é muito difícil, pois precisamos estar, mas como se mantém isso? Como eu consigo estar, ser a voz do povo, sendo que,

financeiramente, muitas vezes, eu não consigo estar? É muito complicado. E essa gestão entendeu, a partir das minhas demandas pessoais, que seria importante também que esse Conselho estivesse descentralizado. E mais uma vez, com uma ação histórica, levou o Conselho da mulher pra quebrada, pra periferia. Muitas reuniões do Conselho foram dentro de bairros periféricos, em espaços públicos, o que facilitou muito para que várias mulheres, assim como eu, que não conheciam o Conselho, não entendia o trabalho do Conselho, não conhecia as conselheiras, tivessem esse acesso. “Caramba, eu tive numa reunião do Conselho da mulher!” Isso é tão importante, empodera tanto a mulher periférica que tá lá, isolada, e que, às vezes, tem muita vontade e não tem dez “conto”, não tem dez reais. Ou ela compra o passe de ônibus dela ou compra o pão e leite para o filho, não tem muita opção. Então, a demanda que tem hoje e que a periferia encaminha para o Conselho é algo natural, do dia a dia, e vem sendo muito mais, porque hoje, o Conselho está dentro da periferia. Hoje, as nossas conselheiras, efetivamente, atendem às demandas da periferia. Sempre uma hora ou outra, você vai ver uma conselheira em algum local da quebrada atendendo alguém, socorrendo alguém, pois esse é o perfil dessa gestão do Conselho de hoje. Então, acho que a responsabilidade do Conselho é de todas, mesmo. Temos uma gestão muito unificada, próxima. Eu sou uma mulher preta, gorda, abusada, então já senti o preconceito de tudo isso na pele. A gente já tá acostumada, isso é diário. Conviver com preconceito e racismo é o esperado já. Muitos de nós já somos criados pra aprender a lidar com isso. Então é lógico que no Conselho a gente sofre isso também, até hoje. Na segunda gestão, as pessoas não ligam a minha imagem de mulher preta, periférica, de quebrada, gorda, serelepe à minha gestão no Conselho, porque é algo histórico mesmo, nunca teve. O Conselho da Mulher sempre foi um local de disputa de poder entre as maiores socialites da cidade, então gera uma estranheza, pra elas, a sociedade nos ver dentro do Conselho. A sociedade estranha ver uma mulher preta e periférica sentada numa audiência pública, representando, sendo homenageada na Câmara Municipal pela atuação no Conselho da Mulher. Isso é o reflexo de uma sociedade sorocabana que não está acostumada a nos ver nesses espaços, mas eu tenho até pena, em alguns momentos, porque as pessoas estão totalmente erradas e atrás de mim tem um bonde gigante para chegar e “pá”. E, se depender de mim, vai ter muita mulher preta em diversos Conselhos, em muitas mesas estendidas, porque eles vão ter que nos engolir e assim vai ser, tem um bonde gigante pra chegar. E se depender dessa gestão também, com certeza, vão ter que me tolerar, porque a próxima gestão vai ter mais mulher preta, periférica. Nessa gestão, nós



somos em cinco mulheres pretas, é algo surreal. É algo histórico e é o reflexo da nossa luta. Se depender dessa gestão, a gente sabe que a próxima vai ser mais preta, porque é uma gestão de muita coragem. A minha experiência no Conselho da Mulher foi um divisor de águas na minha vida pessoal. Quem me conhece mais intimamente sabe que eu era uma pessoa antes do Conselho, e sou outra depois dele. Ele trouxe esse preparo para vida pessoal, da militância, pra vida profissional. A minha permanência no Conselho também me abriu muitas portas, inclusive, até profissionais, porque é um peso muito grande você ser uma conselheira do Conselho da Mulher. Então, eu devo muito a essa gestão do Conselho, às minhas parceiras que lutaram para que a gente tivesse um Conselho de várias cores, de várias zonas. Eu sou muito grata a todas as conselheiras e a essa gestão do Conselho. As pessoas já não respeitam a gente pelo nosso tom de cor, por de onde a gente veio, elas não respeitam. E o Conselho trouxe muito isso pra mim, as pessoas, não só comigo, mas também com outras irmãs do Conselho. Essas irmãs que “talvez não deveriam” estar no Conselho, pra algumas pessoas. O Conselho trouxe muito isso pra gente, e é aquilo que eu sempre falei e falo: “eles vão ter que nos engolir” e estar no Conselho é muito isso, é o respeito que eles precisam direcionar pra cada um de nós. É enxergar a gente como mulher que delibera e luta pelas causas, independentemente do tom de pele ou da zona e quebrada onde mora, o Conselho me trouxe isso. E, pessoalmente, me trouxe disciplina, entendimento, o entender sobre sororidade, empatia, sobre realmente saber lidar com as demandas e encaminhar e deliberar isso. Para mim, é missão estar aqui. A gente busca, a gente encaminha e soluciona, porque missão é isso. Na quebrada, “é nós por nós”, ponto. Então, eu tenho esse entendimento de que eu sou a voz de muitas mulheres da quebrada, e é uma luta muito sofrida. A gente está rodeada de uma sociedade extremamente preconceituosa e que, às vezes, não nos aceitam ainda. Mas a chegada do Conselho da Mulher fez com que eles realmente, mesmo não querendo, nos aceitassem. É o reconhecimento, é exatamente isso, o reconhecimento da luta, da caminhada. E esse amargor, eu estou falando, meio que travando, porque é muito isso, a gente tem muita mágoa, muita. Por falta de oportunidade, por falta de acesso, por tudo que nos é tirado, pelas diversas vezes que nunca fomos prioridade, não fomos ouvidas. É uma mágoa de uma cúpula que a gente sabe que existe que, além de não nos priorizarem, fazem de tudo para que a gente não esteja. Então, estar no Conselho é um selo que valida mesmo a nossa caminhada, a nossa doutrina e tudo que a gente vem fazendo, cada uma na sua frente com as suas demandas: é o que valida muito isso. E pra além de um selo que valida, é um peso para uma sociedade que é

obrigada a nos tolerar, porque nós somos conselheiras do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher. Eu acho que um dos maiores orgulhos que eu tenho da minha caminhada é o de conseguir trazer um Conselho Municipal para a quebrada, de ter as minhas companheiras, as minhas conselheiras e a minha presidenta ali, se entregando para aquela atividade, entendendo o quanto ela é importante para o empoderamento das mulheres periféricas. Isso me faz muito feliz. O que eu faria é trabalhar para que mais Drikas estejam prontas e articuladas em alguns momentos, pra estarem, não comigo, mas talvez nessa cadeira, em outra cadeira, porque a gente precisa preparar e colocar as nossas. Não só no Conselho, mas em outros lugares. É muito isso, preparar as nossas, empoderar. Eu fui muito privilegiada, foi uma nova experiência, de luta mesmo, onde eu nunca imaginei que poderia estar, quem me empoderou foram as minhas amigas conselheiras mais velhas, brancas, mas que não largaram minha mão lá atrás, me deram força e até hoje me dão. Eu fui muito feliz com essa gestão. Acho que me arrepender não existe nesse processo, porque a gente tá falando de um avanço real, de algo histórico. Quando a gente rompe barreiras e faz a mudança, a gente não tem muito do que se arrepender. É seguir, seguir e seguir. E o fazer é identificar as próximas Drikas, as próximas Tharas, as próximas Emanuelas da quebrada, do gueto, empoderá-las para que se aproximem sem medo, sem sentir inferioridade, e entendam que lá é o lugar delas. O Conselho me validou em muitas coisas, hoje eu tenho muito mais atividades públicas e foi o Conselho que me assegurou isso. O Conselho é alicerce de vários outros projetos, então o resultado da minha vinda para o Conselho, eu já estou sentido no resultado de tudo que eu já desenvolvi, na cidade, no estado e no país. Você ter na sua caminhada, uma cadeira no Conselho Municipal do Direito da Mulher é algo muito significativo. Sobre o momento de agora e para os que virão, é exatamente isso, não economizar a voz que a gente tem. Óbvio que a gente tem muito medo dos retrocessos, mas eu confio muito nas minhas companheiras de gestão: são mulheres que são da luta mesmo e que não vão se envergar tão fácil. Mas é exatamente por medo desse retrocesso lá na frente que a gente trabalha mesmo, delibera, porque a gente precisa fazer as pessoas entenderem que a gente tem uma demanda, que a gente precisa estar, descentralizar, precisa tá na quebrada. E o futuro é exatamente esse: preparar as nossas, identificar, trazer, porque a mulher sorocabana precisa passar a se sentir pertencente no Conselho da Mulher, coisa que nunca existiu, foi sempre uma coisa muito fechada. Então, eu acho muito bacana hoje o alcance que o Conselho tem. Eu acredito que se não for o maior, é um dos maiores Conselhos atuantes na cidade, e a gente dialoga com todas as frentes. A luta

do Conselho é muito ampla, é da mulher negra, da mulher trans, da mulher da terceira idade, da mulher periférica que vive numa condição de acompanhante de presidiário, onde a gente já fez diversas ações também, pra dar o amparo a essas mulheres. É algo que alcança muitas mulheres. A gente precisa fazer o possível. Se não conseguir, um dia de cada vez, se empoderando uma, deixando outra pra socorrer na outra ponta. É muito o que a gente faz com algumas lideranças de ocupação. Esse atendimento que a gente faz com a menina que tá lá, porque até a gente chegar lá o pau já torou. Sozinha a gente não faz absolutamente nada. Eu fiz grandes amizades no Conselho e sou muito feliz com essas amizades que consolidei. São as mulheres que eu tinha como espelho de militância, então isso me traz uma alegria surreal. Poder andar com as mulheres que eu sempre tive como referência aqui na cidade, que lá atrás, eu observava “caramba, olha a fala dela”, e hoje, poder dividir a luta com elas é algo sensacional, é muito especial pra mim. Mas também acredito, sim, que exista certa rivalidade, talvez em algumas mulheres essa dificuldade de entender a realidade, porque a gente está num processo de transição, ficaram algumas mulheres das outras gestões, o que é bacana. Não cem por cento elas estão no trecho com a gente, mas em alguns momentos, elas estão. Porém a gente conseguiu entender e respeitar o limite delas “eu não vou tá aqui, mas em algum momento eu posso estar”, e a rivalidade existe, mas também a gente tem muita mulher de luta no Conselho, onde a gente entende que a luta é muito grande e que, se a gente parar pra respirar, a gente vai lá para o final da fila de novo. Pra além do acolhimento que tive, as experiências de estar com as pessoas que eu tinha como exemplo de vida foi muito bom. É muito doido você estar com essas pessoas e ver essas pessoas te ouvindo e te dando *feedback* positivo. Uma das experiências tristes, mas que me deixou muito firme e me fez entender mais qual é a essência desse Conselho, são nas demandas que a gente tem de madrugada. É a hora que eu grito para algumas das minas e, independente da situação que esteja, elas saem de onde estiverem para atenderem às demandas mesmo. Algumas tristes, algumas irreversíveis, mas o que me marca muito é esse entendimento de que a gente precisa tá junto e que o papel do Conselho, para além de deliberar, é o trabalho também de dar dignidade, salvar vidas. Hoje, o Conselho salva vidas. Quando a gente fala de uma conselheira que sai da sua casa de madrugada, pra ir para uma quebrada pra atender uma mulher que sofreu violência doméstica, a gente está falando de salvar vidas. Eu acho que é muito isso o que a gente vê nesse Conselho é uma outra visão de Conselho, de saber que o Conselho está na quebrada, dialogando com a mulher periférica e que faz um trabalho de rede, de base. Hoje o Conselho

tem legitimidade pra entrar em muitas quebradas da cidade, coisa que nunca aconteceu antes. O mais importante para mim é o trabalho de base, é entender como vive a mulher periférica. A pandemia me fez entender muitas coisas e me fez chegar a várias mulheres que a gente sabe que não eram vistas. O Conselho esteve presente em muitas dessas ações, porque em todas as ações que eu estou, até essa pela CUFA, eu sempre falo da importância do Conselho da Mulher. Nossa presidente esteve presente em diversos momentos, não só na questão de distribuição, mas também na questão de socorro. Quando a gente fala de amparo de quebrada, de favela, a gente fala desde a senhora de 70 anos, da mãe dos 50 e até de uma pequena mulher de 3 anos. Você tem que atender, tem que correr. Então, eu acho que essa troca foi muito bacana, porque algumas conselheiras não estiveram presentes na linha de frente, mas me deram o alicerce para que eu estivesse. Hoje, a CUFA vive de doações, então o Conselho da Mulher foi muito importante nesse processo todo de pandemia, pois as conselheiras se juntaram com o propósito de ajudar essas mulheres, de fazer chegar não só comida, mas também dignidade. Quando a gente fala de dignidade, as coisas que me fazem muito feliz são distribuições de produtos de higiene, de beleza, porque a gente sabe que, aqui falando como mulher, que muitas são zeradas de autoestima e levar isso pra elas é muito bacana, é o resultado imediato das ações. Então, é troca de entendimento das realidades. Na mesma hora que eu saio da quebrada e sento com uma delegada, ou tomo um café com uma colega da Defensoria Pública, e tenho também essas amigas da Defensoria Pública ali, na base mesmo, onde está a miséria, onde a mulher não tem autoestima. É essa troca que me marca muito e que é importante de ter. Às vezes não presencialmente, as minhas amigas conselheiras estiveram comigo, mas em todos nesses momentos dessa pandemia, desde doações, do cuidado de ligar “Tá tudo bem, tá tudo em ordem, tá se cuidando, tá precisando de ajuda, como você tá de máscara?” Eu acho que é isso, essa troca de realidades mesmo. Eu tenho o entendimento que é a minha obrigação, como ser humano, de estender, de correr. É difícil falar como eu quero ser lembrada, porque isso faz parte do meu dia a dia, não sei quando isso vai mudar, só falo: “Deus me dê saúde e condições para garantir a minha dignidade, porque se o Senhor quer que seja instrumento do seu amor, me use”, mas talvez, ser lembrada a presença de uma mulher negra e periférica no Conselho, uma mulher atuante que realmente conseguiu fazer essa ponte com o Conselho da alta cúpula pra um Conselho de periferia, de gueto, de favela, seria muito bom. Hoje, o Conselho da Mulher está dentro de favela. A lembrança que eu quero que algumas delas tenham é a de que o Conselho também é nosso, ali

também é o nosso lugar de fala, e que o Conselho, sim, precisa estar na quebrada, na periferia. Eu acho que eu sou mais um exemplo de que o gueto sempre chega, sempre vence. Talvez, eu seja mais um exemplo de que a favela venceu. Essa gestão é de todas e a partir dela, o Conselho nunca mais será o mesmo. Tem um bonde gigante chegando, e a gente também é responsável pela chegada dele. Não basta só militar, não basta só correr, a gente também precisa preparar as nossas, identificar onde elas estão e prepará-las para ocupar, se não na mesma cadeira, em outro local, outro espaço. Tenho a felicidade de fazer com que o Conselho seja mais igual, e realmente de todas.

## Capítulo 5

### **A potência do pertencimento: que mulheres pertencem o conselho da Mulher?**

As mulheres ao longo da história têm sido protagonistas de diferentes lutas, porém sempre invisíveis (MENEUCCI, 2016) e silenciadas. Essa memória é constantemente apagada, fruto de uma amnésia histórica que tem raízes profundas no patriarcado e na desigualdade entre os gêneros. Nesse contexto assimétrico e subalterno imposto à figura feminina, nasce a importância dos espaços coletivos de fala para que suas vozes ecoem e saiam da subalternidade. Reside aí a potência do movimento de mulheres.

Sorocaba, berço da industrialização têxtil brasileira, e até hoje chamada de “Manchester Paulista”<sup>11</sup> teve, na figura da mulher operária sorocabana, duplamente explorada por trabalhar na fábrica e cuidar do lar, o exemplo das tecelãs que lutaram por melhores condições de trabalho e direitos, ainda no começo do século XX. Daí se forja toda uma geração de mulheres lutadoras, conscientes do seu papel na luta de classes e dispostas a transformar a sociedade.

A industrialização na cidade de Sorocaba, por volta de 1852 se baseava na atividade têxtil, usufruindo ainda a mão de obra escrava que, aos poucos, seria substituída por operários assalariados. Em 1882, com a fundação da Fábrica Nossa Senhora da Ponte, de propriedade de Manoel José da Fonseca, já há registros de que a mulher operária esteve presente.

A industrialização das fábricas sorocabanas não fugia aos moldes do desenvolvimento do capitalismo mundial, em que a mão de obra de crianças e mulheres era sempre aproveitada como forma de aumentar a procura em relação à oferta de empregos. Dessa forma, criando esse “exército de reserva”, se manipulavam as questões de direitos trabalhistas e do salário condigno ao interesse do patronato.

O jornal *Diário de Sorocaba*, importante fonte de pesquisa, atesta, através de seus anúncios a existência do trabalho feminino nas indústrias têxteis sorocabanas, logo no início do processo de industrialização da cidade. Momento de transição entre o ciclo do tropeirismo e o da cultura do algodão, o texto do jornal expunha a realidade:

---

<sup>11</sup> Durante praticamente todo o século XX a cidade de Sorocaba foi (re)conhecida como Manchester Paulista, desde quando, em 1903, o engenheiro Alfredo Maia atribuiu-lhe tal título, em virtude das semelhanças entre esta cidade do interior paulista e a inglesa Manchester.

Precisa-se contractar rapazes de 12 a 15 anos e mulheres para o serviço de machina de tecidos do sr. M. J. da Fonseca. Para tratar na mesma machina com o sr. Alexandre Marchísio (*Diário de Sorocaba*, 2 de março de 1882, apud DESSOTTI, 2017, p. 38).

A historiadora Isabel Cristina Caetano Dessotti (2017) em sua tese de doutorado: *A educação operária no final do XIX e início do XX em Sorocaba sob o olhar da imprensa: o escrito e o silenciado* descreve as condições dos trabalhos das operárias têxteis sorocabanas,

As mulheres constituíam outra parte vulnerável do trabalho nas fábricas. A mulher operária sofria os preconceitos de uma sociedade que se mantinha extremamente machista. Numa sociedade em que a mulher deveria preservar-se na santidade do lar, numa vida de cuidados do marido, dos filhos e da própria casa, aquela que se aventurava a sair não era vista com bons olhos. Mesmo cumprindo jornada de trabalho igual a dos homens e exercendo as mesmas funções que eles, as mulheres tinham salários inferiores e nenhuma regalia por conta disso. Além disso, nem todas as mulheres podiam trabalhar nas fábricas: o desejado é que ela tivesse uma postura irrepreensível, conforme solicitava o anúncio da fábrica Nossa Senhora da 134 Ponte: “Fabrica de Tecidos N. S. da Ponte - Ha nesta fabrica vagas para meninos e moças de bom comportamento; quem pretender dirija-se ao escriptorio da mesma fábrica” (*O 15 de Novembro*, 15 de novembro de 1892, p. 2).

Na classe operária, todos sofriam com as condições indignas de trabalho, mas as mulheres sofriam uma dupla exploração. A exploração do trabalho desigual e a exploração sexual. É importante mencionar que as operárias sofriam abusos sexuais não apenas dos encarregados, mas dos próprios operários, que nem sempre mantinham o devido respeito, como se observa na notícia reproduzida a seguir:

Também as infelizes companheiras já são maltratadas pelas horas elevadas de trabalho perdendo sua saúde pelos míseros tostões, ainda há grandes typos que tudo quer, tudo póde e manda, tentando sobre o que existe de mais sagrado no bello sexo (*O Operario*, 31 de outubro de 1909, p. 1).

Dentro das fábricas, as mulheres eram espiadas pelos contramestres quando faziam uso do banheiro e o tempo de permanência no recinto também era controlado. Esse snr. dizem as reclamantes, não nos póde ver por espaço de cinco minutos consecutivos nas privadas da fábrica onde sò vamos por necessidade, avança tal qual uma féra às portas, dando murros ameaçando rombalar-as, afim de tirar a pessoa que estiver dentro. Ora seu Camargo! Essa inersia é digna de pessoa muito baixa!... (*O Operario*, 27 de fevereiro de 1910, p. 3).

Contudo, Isabel Dessotti (2017) relata que mesmo sob a égide do patriarcado e sendo exploradas pelo regime de trabalho capitalista imposto nas fábricas têxteis de Sorocaba, a mulher sorocabana resistia.

Apesar da aparente docilidade, as mulheres participaram da luta por melhores condições de trabalho, participando ativamente das mobilizações. Deve-se levar em conta que, principalmente nas fábricas têxteis, o número de mulheres trabalhadoras sempre foi superior ao de homens empregados. (DESSOTTI, 2017, p. 136)

A partir do século XX, a presença da mulher nas fábricas se torna mais evidente e, com isso, sua presença está também nas organizações operárias (anarco-sindicais ou comunistas). O historiador Carlos Carvalho Cavalheiro (2003) relata que, em 1917, as costureiras da Fábrica de Chapéus Souza Pereira engrossaram numericamente o contingente de grevistas na primeira greve geral desta cidade.

Em 1917, as costureiras da Fábrica de Chapéus Souza Pereira engrossaram numericamente o contingente de grevistas na primeira greve geral desta cidade. Segundo Paulo Celso da Silva “... A condição do operário no início do século em Sorocaba não diferenciava muito da maioria do Brasil: péssima. Não havia leis previdenciárias, regularização das horas de trabalho para os homens, mulheres, crianças...” A par disso, o crescente número de acidentes de trabalho fazia saltar aos olhos as inadequadas condições de trabalho dos operários (e operárias) da Sorocaba do início do século XX. (CAVALHEIRO, 2003, n.p.)

Mas o martírio das operárias não se restringia às mazelas do capitalismo que oprimia os trabalhadores para gerar lucro ao patronato, outros relatos demonstram que a mulher operária também era exposta a outras violências. Edgar Rodrigues, em *Alvorada Operária* (1979), colhe relatos que denunciam o mito do bom patrão e revelam o horror praticado nas fábricas têxteis do início do século XX:

(...) Mestre Cláudio fechava as moças no escritório para forçá-las à prática sexual. Muitas moças foram prostituídas por aquele canalha. Chegava a aplicar punições de dez a quinze dias pelas menores faltas, e até sem faltas, para forçar as moças a ceder a seus intentos. As moças que faziam parte do Sindicato eram vistas como meretrizes, ou pior que isso: eram repugnantes. (RODRIGUES, apud CAVALHEIRO, 2003, n.p.)

Situação que remete à afirmação de que o estupro não é sexualidade agressiva, é agressão sexualizada desde sempre (TIBURI, 2017).

Cavalheiro (2003) ainda relata em seu artigo intitulado “Sorocabana Mulher Operária”, que as operárias sorocabanas “eclodiram greves na Fábrica de Tecidos Santa Maria, mas a sua história foi silenciada: Que nomes tinham essas operárias? A história não responde” e ele conclui que:



É gritante a urgência da recuperação da memória operária, sobretudo da mulher, até hoje não reabilitada e que sofreu maior exploração: era trabalhadora na fábrica e possuía seus afazeres domésticos em casa, quando não também na casa do patrão, servindo de doméstica ou cozinheira após o expediente na indústria. Somente conhecendo o quanto sofreram os operários (e operárias) de outrora é que elevaremos a consciência sobre a importância de se continuar lutando para garantir as conquistas que tanto suor, lágrima e sangue demandaram (CAVALHEIRO, 2003, n.p.).

A luta das mulheres tecelãs de Sorocaba não foi em vão, apesar de silenciadas colhemos seus frutos, inspiradas nas operárias que lideraram greves e boicotes e denunciaram as péssimas condições de trabalho nas fábricas têxteis, lutando arduamente por melhores condições de trabalho e direitos.

Já nos meados do século XX, ainda durante a ditadura civil-miliar brasileira (1964-1985), um grupo de mulheres começou a se mobilizar na cidade de Sorocaba: era final da década de 1970 e início de 1980. Embaladas pelo sonho da redemocratização, quando começavam as conquistas e fortalecia-se o movimento feminista no país, esse grupo denominado Comissão Pró-Unificação do Movimento Feminino de Sorocaba, levantou a bandeira contra a carestia, denunciando o alto preço do trigo, levando suas representantes às ruas para divulgar e ensinar receitas para fazer pão em casa. Desta forma, o grupo feminista pretendia boicotar as padarias e forçar a queda do preço do pão, o que, de fato, acabou por ocorrer em alguns estabelecimentos.

A alta sucessiva do pão, sob a alegação do custo de sua matéria-prima - o trigo - que era importada, descontentava a população e fazia elevar uma bandeira de protesto pelas mãos de um grupo de mulheres: a Comissão Pró-Unificação do Movimento Feminino de Sorocaba. O custo elevado de um alimento básico na mesa das famílias levou representantes da entidade às ruas para divulgar e ensinar receitas para fazer pão em casa. Desta forma, o grupo pretendia boicotar as padarias e forçar a queda do preço do pão, o que de fato acabou por ocorrer em alguns estabelecimentos. Começava aí a luta contra a carestia. Tudo isso ocorreu no início da década de 1980 e está vivo na memória de uma das líderes, a aposentada Elisa Christina Gomes. Aos 76 anos de idade, Elisa foi a primeira presidenta eleita do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (CMDM) de Sorocaba. Ela se recorda dos primeiros movimentos, das várias bandeiras defendidas em prol da mulher, e da criação do Conselho Municipal da Condição Feminina (CMCF) - atual CMDM - que completou este mês, dia 13 de julho de 2012, 25 anos de existência. A entidade foi oficializada dia 13 de julho de 1987, por meio do decreto n.º 5.889. Ativista política e militante dos direitos da mulher, Elisa Gomes explica que o grupo de mulheres do qual fez parte começou a se mobilizar na cidade no final da década de 70, quando começavam as conquistas e fortalecia-se o movimento feminista no país. (SILVÉRIO, 2012, n. p.)

O grupo de mulheres ainda promovia reuniões para tratar sobre questões da sexualidade, reprodução e saúde, porém o mais importante era fazer com que as mulheres entendessem que eram discriminadas. Os eventos da Comissão Pró-Unificação do Movimento Feminino de Sorocaba ofereciam lanche e berçário para proporcionar a maior participação de mulheres nos grupos e tratou de algumas questões consideradas até hoje tabus, tais como a violência doméstica, o aborto e a própria discriminação de gênero.

#### Discriminação e consciência.

Embora sejam vários os nomes da vanguarda, Elisa Gomes cita o de Diva Maria Prestes de Barros Araújo que, posteriormente, chegou à Câmara de Sorocaba e até o Executivo, como vice-prefeita; e o de Iara Bernardi, que também se destacou na política, sendo vereadora e deputada federal. Diva seria uma das principais ativistas na época. Profissional da área da saúde, teria mobilizado equipes para ir à periferia, inclusive aos finais de semana, em busca de mulheres, lideranças de bairros para encontros e palestras. O grupo esclarecia sobre questões da sexualidade, reprodução e saúde, mas o ponto central das discussões era a discriminação da mulher. As reuniões costumavam atrair muitas moradoras, de forma a surpreender a equipe, comenta. "Muito rica essa experiência, que com o tempo foi crescendo." Elisa revela que o primeiro passo, e um dos mais importantes, era fazer com que as mulheres entendessem que eram discriminadas. "Muitas ainda não têm essa noção mesmo nos dias de hoje", lamenta. A criação da Comissão Pró-Unificação do Movimento Feminino de Sorocaba foi uma consequência, pois havia necessidade de aumentar o número de mulheres comprometidas politicamente, mas não partidariamente. "É possível construir pontes se está comprometido politicamente", observa. Em 1981, o primeiro encontro da mulher sorocabana foi um passo importante, sendo repetido em 82 e 83, com uma grande demanda, afirma. Eram mais de 150 mulheres a cada encontro, sedentas por discutir e conhecer mais sobre si, revela Elisa. O evento oferecia lanche e berçário. Algumas questões consideradas tabus já eram discutidas na época, tais como a violência doméstica, o aborto e a própria discriminação. A luta contra a carestia, contra os altos preços se fortaleceu com manifestos para aumentar a adesão, e culminou com um concurso e divulgação de receitas de pão caseiro. Em agosto de 1982 a comissão reuniu-se em torno de 30 mulheres, num galpão da Vila Melges, para discutir o alto preço do pão. A divulgação da receita e o boicote às padarias teria surtido efeito. Alguns estabelecimentos chegaram a baixar o preço do produto, conforme foi publicado pela imprensa. Outras lutas, na época: salários iguais aos homens da mesma profissão, cursos profissionalizantes, creches e melhores condições de vida. (SILVÉRIO, 2012, n.p.).

**Figura 2:** Elisa Christina Gomes, primeira presidente eleita do CMDM de Sorocaba



Fonte: Foto: Emídio Marques - Acervo do *Jornal Cruzeiro do Sul*, 27/07/2012.

Em 1983, o movimento feminino de Sorocaba comemorou a implantação do Conselho Estadual da Condição Feminina, primeiro Conselho de Direitos da Mulher do Brasil, e já em 1987, conseguiu empossar a primeira diretoria do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Sorocaba – entidade oficializada no dia 13 de julho de 1987, por meio do Decreto nº. 5.889 e, portanto, um dos primeiros Conselhos de Direitos da Mulher em nível municipal do país.

#### Libertação do jugo.

O movimento feminino de Sorocaba comemorou a implantação do Conselho Estadual da Condição Feminina, em 1983. Em 1987 o movimento empossava a primeira diretoria do Conselho Municipal, que durante algum tempo trabalhou em parceria com a entidade estadual, que era referência do grupo. Sorocaba criava o primeiro conselho em nível municipal do país. A conquista é atribuída não apenas às mulheres que vivenciavam aquele momento, mas àquelas que antecederam. Sorocaba havia sido palco de muitas lutas femininas, com engajamento em outras causas, sempre em defesa de suas bandeiras. Elisa cita o de Aramar e das eleições pelas diretas-já, em 1984. Implantado o Conselho Municipal foi criado simultaneamente a Comissão de Combate à Violência, com visitas à Delegacia de Defesa da Mulher para conhecer sua estrutura e detectar deficiências. Surgia aí a necessidade da criação de uma casa abrigo, que foi conquistada dez anos depois, a Casa Abrigo "Valquíria Rocha", que este ano completou 15 anos. Na época, a Casa André Luiz oferecia três dias de hospedagem às mulheres ameaçadas, no entanto, considerado insuficiente pelas conselheiras. Outra conselheira da primeira gestão, Regina Cardoso

da Silva, saía em defesa da condição do negro, com discussões sobre a violência contra a mulher negra. Ao longo dos anos foram várias conquistas, comenta Regina. Apesar de ainda não ser o ideal e não atender a demanda, ela cita o aumento de vagas em creches; os salários que por enquanto não se igualam aos dos homens, mas a mulher tem conquistado seu espaço no mercado de trabalho, inclusive em posições antes ocupadas somente por homens; e a Lei Maria da Penha. Elisa Gomes acredita que a primeira grande conquista do grupo foi a libertação de muitas mulheres, do jugo do homem, em busca de caminhos novos. "Antes é preciso conhecer a história e permanecer na luta. Se tem garantido hoje é porque houve lutas", conclui. (SILVÉRIO, 2012, n.p.)

O Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Sorocaba foi protagonista de muitas lutas e vitórias, disputas de poder e implementação de políticas públicas. Esse Conselho de Direitos das Mulheres foi responsável, por exemplo, pela vinda da Delegacia de Defesa da Mulher<sup>12</sup> (DDM) para Sorocaba, primeira delegacia especializada no atendimento à mulher do interior do estado de São Paulo e também a primeira do interior a oferecer plantão 24 horas às vítimas.

---

<sup>12</sup> A Delegacia de Defesa da Mulher, mais conhecida como Delegacia da Mulher, é um órgão público brasileiro criado para o combate à violência contra as mulheres. A primeira unidade foi inaugurada no estado de São Paulo em 6 de agosto de 1985, durante o governo Franco Montoro, sob o planejamento do então Secretário da Segurança Pública Michel Temer

Figura 3: Matéria sobre a inauguração da Delegacia de Defesa da Mulher de Sorocaba

# A partir de amanhã, Sorocaba estará mais equipada para combater o crime

A cidade estará melhor a partir de amanhã para combater o crime. Duas unidades preventivas e outra de informática estarão sendo inauguradas, com a presença de diversas autoridades da área policial: a Delegacia da Defesa da Mulher (4ª em todo Interior), o 6º Distrito Policial, no Eden e o equipamento de computadores na Delegacia de Trânsito. Três das quatro promessas feitas pelo



delegado seccional, Roberto Luiz Ayres (foto), quando assumiu o cargo. A outra - Delegacia do Menor - também poderá vir dentro em breve, segundo o delegado.

Para o programa de inaugurações já estão confirmadas as presenças do secretário estadual da Justiça e Segurança Pública, Eduardo Mulyaert, delegado-geral do Estado, dr. Amandio Augusto Malheiros Lopes, o diretor do Derin, dr. Álvaro Luz Pinto, da delegacia da 1ª Delegacia de Defesa da Mulher de São Paulo - Capital - dra. Rosymare Correa, e da representante do Conselho da Condição Feminina, órgão oficial do Estado, dra. Cida Machado, além dos delegados locais. As 9 horas, conforme o programa preestruturado, será inaugurada a Delegacia da Mulher, no Trujillo, às 10 horas serão ligados os computadores da Delegacia de Trânsito; às 10h30 o Eden recebe seu Distrito Policial.



Sorocaba é a quarta cidade do Interior a contar com uma Delegacia da Mulher.



Ontem, os preparativos na sede da delegacia.



Telma Regina, a delegada.

### Computadores. O fim da morosidade para a emissão de documentos

Cinco terminais de computadores deverão, a partir de amanhã, começar um trabalho de aceleração das emissões de documentos de trânsito e por fim a uma morosidade que é alvo constante de críticas de despachantes e da própria população. O sistema será inaugurado às 10 horas, com a presença do Secretário da Justiça e Segurança Pública, do delegado-geral do Estado e do diretor do Derin. Segundo a empresa que está instalando o equipamento, no total, mil documentos podem ser emitidos a cada hora. O delegado seccional Roberto Luiz Ayres declarou que "esse índice é mais que suficiente para atender a demanda da cidade".

O sistema de terminais deverá desafogar a Delegacia de Trânsito, que hoje ocupa um número demasiado de equipamentos de escritórios, espaço e pessoal. "No fundo, o sistema acaba auxiliando até mesmo no combate direto ao crime. Veja: desafogando a Delegacia de Trânsito, sobra equipamento e pessoal para ser empregado em outros departamentos. Além disso, o espaço pode ser melhor utilizado." Além do sistema de computadores, as autoridades conceberão as pequenas reformas realizadas na Delegacia Seccional, como a pavimentação da pista e cobertura das garagens para as viaturas.

## Periferia começa a ganhar distritos

Zona Industrial, Eden, Cajuru e Aparecida. O 6º Distrito Policial pretende reforçar e agir preventivamente para a segurança desses quatro bairros e toda imediação. O delegado seccional Roberto Luiz Ayres explicou que o distrito pretende acabar com o problema dos moradores desses bairros que, "em geral, precisam tomar ônibus e percorrer mais de trinta quilômetros para registrar uma queixa. Isso não vai mais acontecer. Aliás, essa é a política atual da Segurança Pública: levar o policiamento preventivo à periferia. Já em estudo na Delegacia Geral está a criação do 7º DP que terá sede em Brigadeiro Tobias. Além disso, o 6º DP vai reforçar a segurança da zona industrial".

O 6º DP já tem delegado. Será o dr. Ênio Landulpho. José Antônio Belotti será o assistente. Com isso o delegado Gilberto Sales Souza fica à frente da Delegacia de Trânsito. O novo distrito que será inaugurado amanhã às 10h30 com presença de diversas autoridades, estará localizado na rua Salvador Leite Marques, 515, no Eden. Duas viaturas também serão destacadas para o DP.

que estará pronto para atender a partir de segunda-feira.

No bairro, poucos sabem. Poucos moradores do Eden sabem da inauguração do Distrito Policial no bairro. Mas é consenso que ele virá melhorar a situação do local. José Leandro, 37 anos, acha que "sempre é bom um melhor policiamento. O bairro em si não é muito conturbado. Fora os finais de semana quando vem muita gente de fora. Mas a gente recebe de bom grado o presente".

Indalécio Galdino da Silva, 57, que reside há três anos no Cajuru, que também será beneficiado, desconhecia a instalação do distrito. "Mas eu acho que é bom. Segurança nunca é muito". Do mesmo pensamento compartilha Henrique Vigna, 28 anos. "Eu volto de madrugada para a casa. Com um distrito aqui, as coisas ficam melhores. A gente fica mais tranquilo." Antônio de Jesus, 54, comerciante, entende que "será bom para toda a região. E também para gente que possui um comérciozinho. A presença ostensiva da polícia afugenta os malandros".

mulheres de baixa renda. São elas as que mais reclamam. Mas as mulheres de renda mais alta também sofrem. Apenas acontece que, em geral, preferem não oficializar queixa para não se exporem. As de renda mais baixa não se incomodam. Em São Paulo e outras cidades que já possuem a delegacia, as mulheres já estão se habituando a denunciar as agressões".

A Delegacia da Defesa da Mulher já possui composição definida. Além da delegada, ela contará com três investigadoras, duas escrivãs e duas escriturárias. Duas viaturas - uma grande e outra pequena - também farão parte dos equipamentos da delegacia. Para denunciar e oficializar o processo, - o atendimento começa na segunda-feira - a mulher deve comparecer pessoalmente na delegacia. A delegada explicou que, dependendo da gravidade, o agressor pode ser classificado em uma das várias faixas de punições. Se for uma agressão leve - o exame evidencia o tipo de violência - o agressor pode ser punido com até um ano de detenção. Se for primário, poderá conseguir surtir e cumprir a pena em liberdade. Mas, se reincidir no delito, não conseguirá escapar da cadeia. Daí a importância da mulher registrar até mesmo as agressões mais leves.

## A mulher terá a quem reclamar

Os moradores concordam: com o distrito, a segurança será maior.

Henrique.



Antônio.



Indalécio.



José Leandro.






O equipamento permite que mil documentos sejam emitidos a cada hora; no total, são cinco terminais.

Fonte: Acervo pessoal do historiador Carlsso Carvalho Cavallheiro. *Jornal Cruzeiro do Sul*, 31/10/1986.

Sobre a Delegacia de Defesa da Mulher de Sorocaba, importante realatar que até então acreditava-se que sua inauguração tinha ocorrido no ano de 1987. No entanto, neste trabalho, foi possível constatar, por meio das pesquisas do historiador Carlos Carvalho Cavalheiro, que a



inauguração da DDM de Sorocaba, na verdade, ocorreu em 31 de outubro de 1986 – fato este relevante, uma vez que foi inaugurada e instalada em nosso município mesmo antes da Lei Estadual n.º 5.467, de 24 de dezembro de 1986, que dispunha sobre a criação das Delegacias de Polícia de Defesa da Mulher, no estado de São Paulo, o que comprova a força do movimento de mulheres e o protagonismo do CMDM de Sorocaba.

**Figura 4:** Abraço coletivo à DDM para implementação do plantão 24 horas



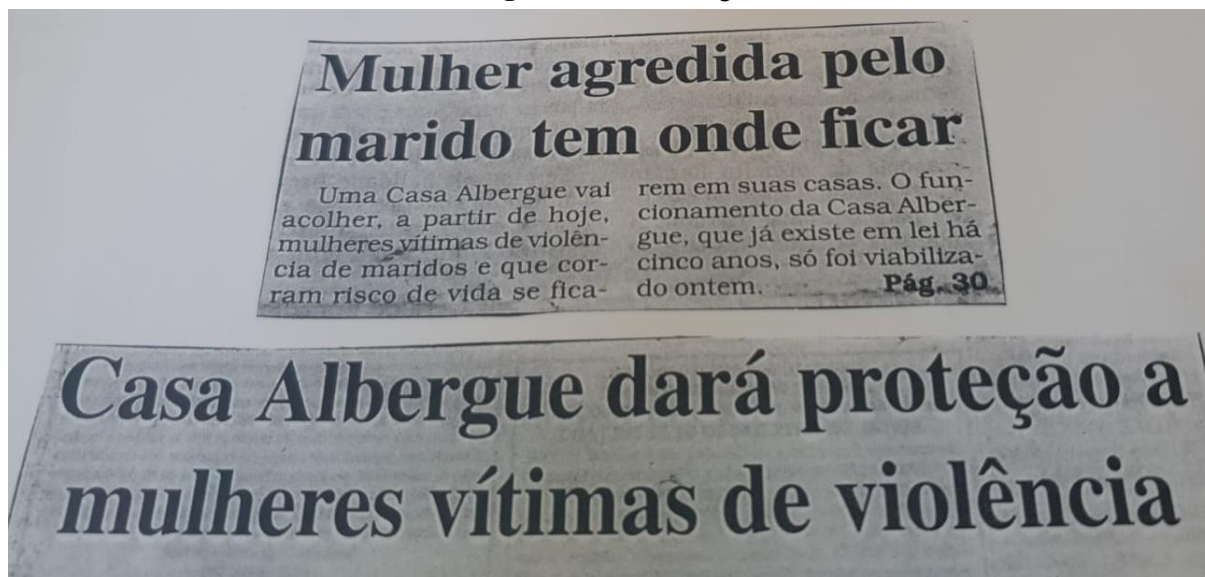
Fonte: Acervo do CMDM de Sorocaba, 9/12/2018.

A manhã desta quarta-feira (30) foi motivo de orgulho para a cidade de Sorocaba com a inauguração do Plantão de Atendimento 24h da Delegacia de Defesa da Mulher (DDM) de Sorocaba, localizada no bairro Campolim. Com a presença do governador do Estado de São Paulo, João Dória, a Delegacia de Defesa da Mulher, reclassificada como de 1ª. Classe, é a primeira DDM do interior do São Paulo com atendimento 24 horas. Na ocasião, João Dória anunciou que abrirá concurso público para policiais civis para incorporar a figura feminina no quadro de servidores para que, gradativamente, todas as DDMs tenham, efetivamente, mulheres para atender mulheres. Como anfitrião, o prefeito José Crespo reforçou a importância dessa conquista à estrutura de seu Governo no amparo das vítimas de violência doméstica e sexual, “Sorocaba mais uma vez é vanguarda, sendo a primeira cidade do interior de São Paulo a ter uma Delegacia da Mulher 24 horas, sendo um reforço fundamental à estrutura desse Governo, com a Casa Abrigo “Valquíria Rocha”, Cerem (Centro de Referência da Mulher) e pelo aplicativo do Botão do Pânico” afirmou. A DDM de Sorocaba foi a primeira do interior paulista, atende, protege e orienta mulheres, como explica a secretária de Igualdade e Assistência

Social, Cíntia de Almeida, que também é fundadora do Centro de Integração da Mulher (CIM Mulher) e do Centro de Reabilitação do Autor em Violência Doméstica (Cerav), iniciativas que atuam em conjunto no combate da violência contra a mulher. (VALENTE, 2019)

Como uma luta antiga do movimento de mulheres, o CMDM foi ainda responsável pelas implantações da Casa Abrigo “Valquíria Rocha” administrada pela ONG CIM – Mulher<sup>13</sup> que presta apoio a mulheres vítimas de violência doméstica, do Centro de Referência da Mulher (CEREM)<sup>14</sup>, da Coordenadoria da Mulher<sup>15</sup>, e ajudou na articulação da vinda e instalação do Juizado Especial de Violência Doméstica da Comarca de Sorocaba<sup>16</sup> – o primeiro a ser instalado no interior do Estado –, bem como participa até hoje de muitos outros projetos voltados à defesa e à garantia dos direitos da mulher na cidade de Sorocaba.

**Figura 5:** Casa Abrigo



Fonte: Acervo pessoal de Cintia de Almeida. *Jornal Cruzeiro do Sul*, 20/01/1998.

<sup>13</sup> O CIM – Centro de Integração da Mulher, realiza desde 1997 um programa de apoio, orientação e acolhimento de famílias vítimas de agressões, implementando também um trabalho de desconstrução da opressão social, além do incentivo ao empoderamento e autonomia da mulher e seus filhos.

<sup>14</sup> O CEREM atua em Sorocaba, desde 2009, no atendimento a mulheres vítimas de violência, sob coordenação da Secretaria de Desenvolvimento Social (SEDES). São feitos encaminhamentos por diferentes órgãos, como unidades de saúde e delegacias. No Cerem, as mulheres recebem atendimento multidisciplinar, como serviço social, assistência jurídica e acompanhamento psicológico. Para oferecer melhores condições de atendimento, foi inaugurado, em 6 de fevereiro de 2012, o novo prédio do Cerem, que agora fica na Av. Juscelino Kubitschek, na esquina com a Rua Vicente de Carvalho, ao lado do Terminal Rodoviário, no Centro. O local recebeu o nome da jornalista e escritora Selma Said, uma homenagem à profissional, que faleceu em 2002.

<sup>15</sup> As Coordenadorias são responsáveis por coordenar, formular, promover e acompanhar políticas públicas relativas aos segmentos populacionais que, na perspectiva da equidade, estão sujeitos a maiores graus de riscos sociais.

<sup>16</sup> A cidade de Sorocaba foi a primeira cidade do interior do estado de São Paulo a receber a Vara de Violência Doméstica na data de 16/09/2013.



**Figura 6:** Funcionamento da Casa Abrigo Valquíria Rocha

# Casa Albergue dará proteção a mulheres vítimas de violência

As mulheres vítimas de violência de maridos e que corram risco de vida se ficarem em suas casas podem, a partir de hoje, ser acolhidas na Casa Albergue mandada pela Secretaria da Cidadania e Conselho Municipal dos Direitos da Mulher. O funcionamento da Casa – que já existe em lei há cinco anos, mas que só foi viabilizada ontem – foi anunciado pela presidente do Conselho, Cintia de Almeida, e pelo secretário da Cidadania, Válder José Nunes de Campos. Eles estiveram na tarde de ontem no Fórum Cível da Comarca de Sorocaba comunicando o fato ao juiz diretor do Fórum, Lazaro Paulo Escanhoela Júnior, e em seguida na Delegacia Regional de Sorocaba, também para informar o delegado regional Renato Cruz Swenson da nova entidade.

A Casa, que poderá abrigar até vinte pessoas, mulheres e seus filhos menores, ainda não está com algumas ações definidas, como por exemplo a forma como as vítimas poderão ser encaminhadas. No início da conversa com Escanhoela, a presidente e o secretário pensavam em receber as vítimas encaminhadas pela Polícia Civil. Depois do encontro, eles saíram com outra posição: "A polícia vai registrar o caso e depois entrar em contato com o Conselho. Ele é que vai fazer a triagem para o encaminhamento da vítima ao albergue", disse Cintia, logo após a conversa com o juiz.

Um dos pontos que preocupam o Conselho e Secretaria é a segurança das mulheres albergadas. Para isso, o local será vigiado pela Guarda Municipal e Polícia Militar 24 horas por dia. Além



**Cintia: albergue viabilizado**

disso, a localização da Casa não será revelada. Mas todos sabem que com o passar do tempo o endereço poderá ser divulgado pelas próprias mulheres que passarem por lá.

## A Casa

Em 1992 a Câmara de Vereadores de Sorocaba votou a Lei 3.925 que criava a Casa. De lá para cá a "guerra" do Conselho foi para viabilizá-la, já que existia somente no papel. Em novembro de 1996 a Prefeitura alugou uma casa, pagando R\$ 1.300 por mês, para se montar o albergue. A esperança do Conselho era a de que no início do ano passado a Prefeitura cedesse pessoal e móveis para o seu funcionamento. Mas com o enxugamento da máquina administrativa pelo prefeito Renato Amary, a casa ficou mais de um ano fechada. Durante esse

tempo, o Conselho conseguiu mobiliá-la. Agora, Amary cede os funcionários (uma psicóloga, uma assistente social, além de pessoal de serviços gerais) e a Casa entra em funcionamento.

## Manchete

A edição de ontem do **Cruzeiro do Sul** trouxe como matéria principal as brigas de casais durante o fim de semana, registrado no plantão da Delegacia Seccional. Entre sábado e domingo foram registradas dez brigas entre marido e mulher.

Cintia disse que a situação é complicada e que há pelo menos mais um caso em que a vítima não reclamou na polícia. "Uma mulher, casada há vinte anos, foi brutalmente estuprada pelo marido e não foi à polícia. Ela só reclamou ao Conselho. Infelizmente os números são ainda maiores do que os noticiados pela imprensa", lamentou. Cintia acrescentou que o problema é grave e que atinge várias camadas sociais, "mas principalmente a mais pobre, onde falta emprego".

A presidente do Conselho da Mulher da cidade mineira de Lagoa Santa, na grande Belo Horizonte, Iris Moreira, que esteve ontem em Sorocaba, disse que em sua cidade os números de violência contra a mulher também são grandes, "mas me assustei com a manchete do jornal". Ela ressaltou, no entanto, que a estrutura de apoio às mulheres vítimas de violência no lar, em Sorocaba, é uma das melhores do país.

O Conselho dos Direitos da Mulher de Sorocaba existe há dez anos e é um dos primeiros do Brasil.

Fonte: Acervo pessoal de Cintia de Almeida. *Jornal Cruzeiro do Sul*, 20/01/1998.



Figura 7: Registro CIM Mulher

## *Centro de Integração da Mulher com registro legal*

\* Na terça-feira, 2, Cíntia de Almeida - presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher - era a estampa da felicidade, segurando a vitória nas mãos: conseguiu, trabalhando com as conselheiras, o registro legal do Centro de Integração da Mulher - CIM - uma sociedade civil, sem fins lucrativos, um grupo de apoio aos direitos da mulher criado com a finalidade de promover a sua defesa, oferecer orientação social, psicológica e jurídica a ela, e assegurar apoio às mulheres vítimas de violência, entre outras propostas.

\* O próximo passo, contou Cíntia, é batalhar para que a Câmara Municipal aprove uma lei declarando a entidade de utilidade pública, "para formalizarmos convênios e tornar possível o atendimento aos fins a que o centro, voltado para o desenvolvimento humano, se destina."

\* Fazem parte da diretoria executiva do CIM, também presidida por Cíntia, Ana Maria Souza Mendes, Célia Regina Corniani, Maria Cristina Pitta Salum Fontana e Iara Bernardi.

**Figura 8:** CIM - Mulher assume gerência da Casa Albergue de Sorocaba

QUINTA-FEIRA, 11/09/97



**Diretoras do CIM visitaram a Fundação Ubaldino do Amaral**

## ONG quer defender a mulher sorocabana

A diretoria do Centro de Integração da Mulher (CIM-Mulher) pretende assumir a gerência da Casa Albergue de Sorocaba, destinada a acolher mulheres vítimas de violência doméstica, ampliando sua ação na defesa dos direitos da mulher no apoio à mulher vítima de violência. O projeto foi anunciado pela diretoria do CIM-Mulher, que visitou ontem a **Fundação Ubaldino do Amaral (FUA)**, mantenedora do jornal **Cruzeiro do Sul**.

O objetivo da visita, esclarece Cíntia de Almeida, presidente da entidade, foi de divulgar o CIM, uma Organização Não Governamental (ONG), criada em 10 de abril deste ano, por iniciativa das integrantes do Conselho Municipal de Defesa da Mulher (CMDM). Cíntia explica que, uma das metas do CIM-Mulher é o de viabilizar a manutenção da Casa Albergue, que abriga hoje três

mulheres, mas não tem funcionários. A entidade, segundo ela, está providenciando sua declaração como de utilidade pública, o que permitirá o recebimento de verbas por meio de convênios com os governos municipal, estadual e federal. A entidade também pode receber verbas de empresas, que podem fazer o desconto do valor doado do Imposto de Renda, prossegue Cíntia.

Por enquanto, o CIM-Sorocaba está sediado no CMDM, na rua Rui Barbosa, 350. Cíntia diz que a entidade dividirá sua sede com a do Conselho até angariar recursos para conseguir fundar a sua sede própria.

Participaram da visita, a presidente do CIM, Cíntia de Almeida, acompanhada das sócias fundadoras Sílvia Matilde Pascoal Ribeiro e Cecília Fernandes de Pinho e de Célia Regina Corliani, diretora de Finanças.

Fonte: Acervo do CMDM, 11/09/1987.

O Conselho da Mulher de Sorocaba, através de suas conselheiras, realizou inúmeros encontros, eventos e conferências de mulheres. Em 1981, foi realizado o primeiro encontro da mulher sorocabana: um passo importante para a união do movimento que acabou sendo repetido nos anos de 1982 e 1983. Nessa primeira fase do Conselho, ele foi palco de muitas lutas femininas, com engajamento em outras causas, sempre em defesa de suas bandeiras. Elisa Gomes, em matéria datada de 2012 para a jornalista Telma Silvério, cita o engajamento do movimento de mulheres no caso da instalação contra Aramar<sup>17</sup> – usina nuclear que seria instalada em Iperó, cidade vizinha de Sorocaba –, e o engajamento das eleições pelas diretas-já<sup>18</sup>, em 1984.

Na década de 1990, o Conselho da Mulher de Sorocaba teve grande influência na luta contra a violência doméstica, sendo um local de escuta para as mulheres vítimas de violência. E na falta de um centro de referência da mulher, acabou por absorver essa demanda, contando com o apoio de advogadas voluntárias, assistentes sociais e psicólogas. Dessa demanda específica, nasce o CIM Mulher em 1997, formado por conselheiras e outras mulheres ligadas ao Conselho.

*O Conselho da Mulher era um grupo de mulheres, o Conselho era bem atuante. A gente fazia os atendimentos, mas também tentava implementar políticas públicas com muita dificuldade, que a gente dificilmente era atendida. Não tinha muita abertura com os órgãos pra gente poder estar solicitando coisas, mas tínhamos uma certa parceria com a Delegacia da Mulher, com o CIM Mulher, que já existia, e saiu de dentro do Conselho. Havia essas parcerias, então a gente já podia, por exemplo, encaminhar uma mulher para a delegacia, podia encaminhar para o CIM Mulher. A gente já tinha esses equipamentos. Eu atendia às mulheres vítimas de violência, e dava também muitas palestras. Eu não vou me lembrar de onde nem quando, mas a gente fazia palestras em escolas, fazia palestras, principalmente na periferia. E o Conselho tinha essa coisa de parecer um órgão que só cuidava de violência doméstica, e isso me deixava um pouco insatisfeita, porque eu achava que não era só isso, o Conselho era pra tentar a implementação de políticas públicas que atingissem todas as mulheres do município em relação a trabalho, escola, creche, atendimento à saúde. Então, tinha todo esse aspecto que acabava ficando de lado, e só focado em violência doméstica. (Marilene Costa, em entrevista à autora, em 7/02/2020)*

---

<sup>17</sup> Centro Industrial Nuclear de Aramar - O Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo (CTMSP) é uma Organização Militar criada pelo Decreto nº 93.439, de 17 de outubro de 1986, sob o nome de Coordenadoria para Projetos Especiais (COPESP), tendo sua denominação alterada em 1995 para Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo (CTMSP). O CTMSP é a OM executora do Programa Nuclear da Marinha do Brasil, cujo objetivo é capacitar o país no domínio dos processos tecnológicos, industriais e operacionais de instalações nucleares aplicáveis à propulsão naval. Para atingir tal meta, o CTMSP conta com instalações nas cidades de São Paulo (sede) e Iperó (Centro Experimental Aramar – CEA).

<sup>18</sup> “Diretas Já” foi um movimento político de cunho popular, que teve como objetivo a retomada das eleições diretas ao cargo de Presidente da República no Brasil, durante a ditadura militar brasileira.

*A vinda da DDM, acho que foi em 1987 ou 1988, ainda no governo Pannunzio, e era eu, acho, no Trujillo, onde depois a Cintia pôs o CIM MULHER. A Dra. Rose foi a primeira delegada, ela veio fazer a inauguração aqui. Foi então que nós fizemos um trabalho muito grande junto à Delegacia da Mulher, porque a Delegacia da Mulher não tinha estrutura. Nessa época, quem trabalhou muito com a gente e foi bem ativa foi aquela que foi vereadora, a Aninha – Ana Eleutério. Ela era assistente social e fez um trabalho junto às mulheres que iam lá dar queixa; ela fazia o trabalho que hoje a Cintia faz juntos aos homens. Também foi montado lá os Alcoólatras Anônimos. E ela fazia parte disso. Geralmente, marido que bate em mulher tá bêbado. Então ela fez um grande trabalho, mas pelo Conselho, lá dentro da delegacia.... Eu voltei na época em que o Conselho ia acabar, porque teve um entrave muito grande entre o CIM Mulher e o Conselho, porque o CIM Mulher foi criado dentro do Conselho, e virou uma ONG e, de repente, a coisa se misturou, porque eram serviços parecidos e acabou por ficar conflitante o trabalho, tanto é que, a moça que estava de presidente, àquela época, não queria mais ficar, e eu voltei. Isso foi no começo dos anos 2000. (Mazé Lima, em entrevista à autora, em 18/01/2020).*

O Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Sorocaba também foi o embrião de outro importante movimento, o MONUNES – Movimento de Mulheres Negras de Sorocaba “uma Organização da Sociedade Civil, sem fins lucrativos, idealizado por uma presidente do CMDM, Mazé Lima, que ao perceber a lacuna existente no município de Sorocaba, de uma organização social voltada para o protagonismo e empoderamento feminino da mulher negra” (MOMUNES)<sup>19</sup>.

O MONUNES inicia-se em 13/05/1997 com um pequeno grupo de amigas, entoando músicas da cultura africana e em dialeto africanos, um coral, composto majoritariamente de Mulheres Negras, que levando através da cultura, a África para os mais diversos ambientes da cidade e principalmente para as UNIDADES ESCOLARES públicas e privadas. Com a intensificação das atividades, deu-se origem ao Movimento de Mulheres Negras de Sorocaba o MOMUNES que em 1999 formaliza-se como Organização da Sociedade Civil e utilidade Pública, estendendo sua atuação para Oficinas de Geração de Renda, Oficinas de Arte e Cultura afro-brasileira, Capacitações, Seminários e a luta pela implantação e implementação da Lei 10.639/03 ,para a inclusão da obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira" nas escolas da educação básica do município. (MOMUNES)

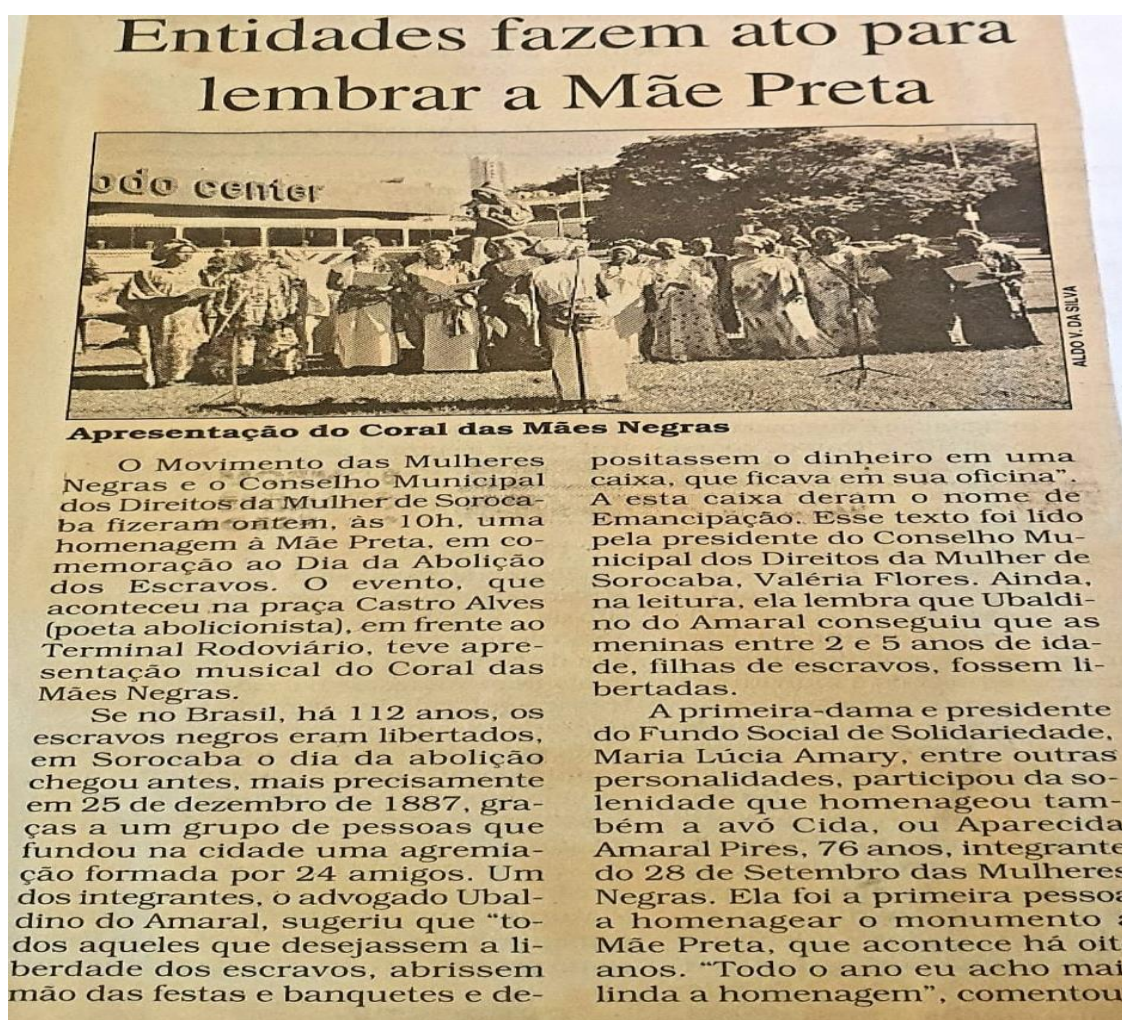
*Eu senti no Conselho da Mulher um constrangimento das mulheres negras em fazer parte do Conselho, porque eu convidei muitas, mas ali não discutíamos o problema da mulher negra. Foi por isso que criei o Movimento de Mulheres Negras pois dentro do Conselho a gente só discutia assuntos gerais, discutia o gênero. A nossa gente não discutia muito esse preconceito, porque de negra éramos eu e a Ana Maria que estava lá. Então nós não sentíamos muito isso. Agora eu sentia, sim, a ausência da mulher negra nesse trabalho, nessas atividades. Quando eu saí do Conselho da Mulher, eu criei o Movimento das Mulheres Negras, também pra trazer*

<sup>19</sup> História institucional do MOMUNES citada em sua página oficial - <http://www.momunes.org.br/fundadores>.



*mulher negra para dentro do Conselho. Eu criei o MOMUNES em 1997. Eu comecei a discutir com algumas mulheres, que eu percebia que o que a gente fazia no Conselho não abrangia a problemática da mulher negra. Porque num primeiro momento a gente começou a brigar por uma coisa ampla que era a atuação da mulher no mercado de trabalho. Falávamos do preconceito que a mulher sofria em alguns cargos da prefeitura, principalmente, na educação. Até um tempo atrás, só tinha diretor de escola homem, não tinha mulher diretora. Não sei qual era o entrave ali. Quando criei o Movimento de Mulheres Negras, primeiro foi a falta da presença da mulher dentro do Conselho da Mulher, elas não iam atrás dos direitos delas, mas também pela ausência da discussão dentro da educação de racismo. (Mazé Lima, em entrevista à autora, em 18/01/2020)*

**Figura 9:** Ato para lembrar a Mãe Preta



Fonte: Acervo do CMDM de Sorocaba..*Jornal Cruzeiro do Sul*, 14/05/2000.

Nos anos 2000, o Conselho da Mulher de Sorocaba realiza grandes eventos. Um deles denominado Encontro das Parlamentares do Conselho da Mulher, cujo objetivo era fortalecer a participação na mulher na política – evento realizado em 7 de julho de 2003.

**Figura 10:** Encontro Conselho da Mulher e as Parlamentares



Fonte: Acervo do CMDM de Sorocaba. *Jornal Cruzeiro do Sul*, 15/07/2003.

Também nessa década, o Conselho da Mulher de Sorocaba realizou encontros para discutir o Plano Nacional de Políticas Públicas para Mulheres (2004) e realizou as primeiras conferências municipais (2004), que antecederam as conferências estaduais e Nacionais. O CMDM de Sorocaba esteve presente em todas elas, com delegadas representando nossa cidade, região, estado e país.

Em julho de 2004, fomentada pela SPM, realizou-se a 1ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (1ª CNPM), com 1.787 delegadas que debateram as suas agendas e elaboraram o I PNPM. O processo como um todo envolveu mais de 120 mil mulheres em todas as regiões do país. Em agosto de 2007, ocorreu a 2ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (2ª CNPM), com a participação de 200 mil mulheres, das quais 2.800 constituíram a delegação na etapa nacional, que sistematizou um conjunto de propostas e demandas ao Estado brasileiro. A partir das resoluções da 2ª CNPM, foi elaborado o II PNPM. A 3ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (3ª CNPM) ocorreu em dezembro de 2011, com 200 mil participantes em todo o país e 2.125 delegadas na etapa nacional. Como resultado, temos o PNPM 2013-2015, com ainda maior inserção das temáticas de gênero em diversas frentes do governo. (BRASIL, 2015, p. 9)



**Figura 11:** Encontro Municipal de Mulheres



Fonte: Acervo do CMDM de Sorocaba, 27/08/2004.

**Figura 12:** Encontro Municipal para discussão do Plano Nacional de Políticas Públicas para Mulheres



Fonte: Fonte: Acervo do CMDM de Sorocaba, 2004.

**Figura 13:** Terceira Conferência Nacional de Políticas Públicas para Mulheres



Fonte: Acervo do CMDM de Sorocaba, 15/12/2011.

**Figura 14:** Conferência Estadual de Políticas Públicas para Mulheres



Fonte: Acervo do CMDM de Sorocaba, 16/02/2016.



**Figura 15:** Quarta Conferência Intermunicipal de Políticas Públicas para Mulheres



Fonte: Acervo do CMDM de Sorocaba – Data: 12/09/2015

**Figura 16:** Quinta Conferência Intermunicipal de Políticas Públicas para Mulheres



Fonte: Fonte: Acervo do CMDM de Sorocaba, 8/12/2019

Em 2009, é criado o Centro de Referência da Mulher em Sorocaba (CEREM) e, com ele, a Coordenadoria da Mulher no Município. Isso fez com que o CMDM perdesse força, pois naquela época as lideranças não tiveram a devida compreensão da necessidade de

separação desses três potentes serviços. A institucionalização veio forte, novamente, e o Conselho passou a ser um arremedo do governo municipal da época.

*Eu também consegui que o Conselho tivesse uma sede própria lá no CEREM. Consegui, politicamente. Se não estivesse lá dentro, não teria conseguido. O Conselho, no meu tempo, tinha uma verba, a chamada “verbinha”, que a gente podia usar pra fazer as nossas coisas, e depois parece que perdeu até isso. Eu consegui muita coisa para o Conselho através de parcerias, o Gabinete de Leitura falava a minha língua, eu fazia palestra e coisas ali, o dia que eu quisesse. As escolas eram abertas pra gente fazer trabalho, também. Mas quando é um governo contrário, você não consegue essas coisas. Por isso que eu digo: você tem que aproveitar o máximo que você pode de quem tá no poder. Porque nada funciona sem política. Extremismo não dá certo, porque você começa a perder força quando entra na política, tem o partido e se você tiver do lado oposto, já viu!? (Mazé Lima, em entrevista à autora, em 18/01/2020)*

A Lei nº 8761, de 1 de junho de 2009, dispunha sobre a criação do Centro de Referência da Mulher de Sorocaba, que levou o nome da jornalista “Selma Said”. O projeto de lei nº 152/2009 foi da autoria da, então vereadora, Neusa Maldonado Silveira, que também chegou a presidir o Conselho da Mulher de Sorocaba, em 2014.

*Quando eu estava no CIM Mulher, eu tentei montar lá um centro de referência. Até certo ponto, eu consegui tirar o atendimento que era feito na Casa Abrigo, para um outro espaço onde tinha, nós conseguimos contratar com doação da METSO, uma psicóloga, uma assistente social, e uma advogada. A advogada, que era eu, o CIM que pagava; e, ao final, a gente fazia o atendimento que hoje é feito no Centro de Referência da Mulher, o CEREM. Na verdade, o CIM foi um embrião do CEREM. Eu convenci a Cíntia de Almeida, que não era fácil, a começar isso. Mas acabou não perdurando, a Cíntia achou melhor não continuar. Quando me tomei presidente do Conselho da Mulher, eu falei: “dessa vez nós vamos montar o centro de referência”. Então, nós começamos a ir para São Paulo no Centro de Referência que tinha lá perto, ao lado da delegacia, da primeira delegacia em São Paulo, pra gente ver como é que funcionava. Em outros locais também, a gente foi em vários lugares. E a Mazé concordava com isso, e as outras pessoas do Conselho também, as conselheiras e tudo. Foi então que nasceu a ideia de se formar o Centro de Referência. E a Mazé disse “‘está criado o Centro de Referência! Mas nós não temos onde atender, não temos nada. E ela de novo “Vocês vão se enfiar lá no CREAS”. E lá fomos nós. Ficamos na sala da advogada do CREAS, com a Emanuela Barros que depois também foi advogada do CEREM. Nós só tínhamos uma funcionária que era a Ana Cláudia. No início, eu e a Dra. Emanuela e a Dra. Dagmar, todas do Conselho da Mulher, fazíamos os atendimentos a toque de caixa, do jeito que dava. Mas assim mesmo, começamos a estabelecer parcerias com o próprio CREAS, com o Conselho da Criança que era ao lado – o Conselho Tutelar. O Conselho da Criança era em cima, e o Tutelar, ao lado. E eu falava assim: “gente, as coisas têm que ficar perto umas das outras”. Tudo começou, graças ao empenho da Mazé, que falou com o prefeito, deu certo de o*



*Conselho Tutelar sair de lá e nós pegamos a sala. Primeiro, nós pegamos a do CMDCA, lá em cima, e depois, a do Conselho Tutelar. Quando fomos para a sala do Conselho Tutelar, foi na mesma época em que foi criada a Coordenadoria da Mulher em Sorocaba, o CEREM já estava criado, criou-se a Coordenadoria, então. A inauguração foi lá, começou lá. E daí, no decorrer da história, Maria Lúcia e Neuza Maldonado criaram emendas parlamentares, e com esse dinheiro e o terreno cedido pela prefeitura e mão de obra da prefeitura também, foi construído o prédio do Centro de Referência da Mulher de Sorocaba. Era o meu sonho concretizado. E o CEREM, continua, mas hoje sem advogada: uma tristeza isso, a gente estava caminhando, aí muda a situação política, muda tudo. (Marilene Costa, em entrevista à autora, em 7/02/2020).*

**Figura 17:** Inauguração Centro de Referência da Mulher de Sorocaba

As mulheres de Sorocaba passam a contar a partir de hoje com mais um apoio na cidade: o Centro de Referência da Mulher, com supervisão do CMDM (Conselho Municipal dos Direitos da Mulher).

Na manhã de ontem, durante solenidade de posse do CMDM na Secid (Secretaria de Cidadania), o prefeito Victor Lippi anunciou a entrega da nova unidade na cidade.

Localizado junto ao Creas (Centro de Referência Especializado de Assistência Social) que fica na avenida Armando Salles de Oliveira, 241, Trujillo, o local prestará serviços de apoio jurídico, psicológico e social.

De acordo com a presidente do CMDM, Marilene Costa, o objetivo do centro é reunir em um único espaço um serviço de apoio que vai além do atendimento às mulheres vítimas de violência. “Elas precisam ser protagonistas de sua vida”, diz. Para ela, “a mulher tem que conquistar o seu espaço e no centro de referência daremos suporte para seus problemas no dia-a-dia.”



Durante solenidade a secretária Mazé Lima fala da importância do novo serviço

## Cidade será pólo de pacto nacional

Além do Conselho e do Centro de Referência da Mulher o prefeito confirmou durante a solenidade a criação da Coordenadoria Estadual da Mulher. De acordo com a presidente do Conselho Estadual da Condição Feminina, Rosmary Corrêa, a coordenadoria se faz necessária para que Sorocaba torne-se a cidade pólo do Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, que é uma iniciativa do governo federal.

“Ter a coordenadoria em

Sorocaba é muito importante porque, tendo bons projetos a serem encaminhados à Brasília sobre a violência feminina, conseqüentemente estaremos aptos a receber uma verba para dar os devidos andamentos a eles”, explicou Rosmary.

A secretária de Cidadania, Mazé Lima, disse que, entre os serviços prestados, as mulheres terão acesso aos seus direitos constitucionais. “Contribuiremos com a estruturação e a inclusão social da mulher.”

**Figura 18:** Sede do Centro de Referência da Mulher de Sorocaba



Fonte: Acervo do CMDM de Sorocaba . Inauguração da nova sede CEREM, 6/02/2012.

Em 2015, a institucionalização do CMDM se torna um problema porque, sem ter mais o protagonismo de outrora, acaba por cancelar a política pública do governo municipal vigente. Uma série de tensões, polarizações e divergências foi sentida entre as conselheiras que se dividiam entre as “institucionalizadas” e “autônomas”: as primeiras, desejavam que o Centro de Referência e a Coordenadoria absorvessem as demandas antes encabeçadas pelos Conselho da Mulher; e as segundas, uma maior autonomia do CMDM, principalmente pelo incomodo de ter à frente do Conselho a mesma gestora do Centro de Referência da Mulher e a Coordenadoria.

No início do ano de 2017, com o objetivo de readequar a legislação municipal às legislações federal e estadual, bem como tornar o Conselho uma entidade efetivamente representativa, plural e democrática, capaz de propor, efetivar e fiscalizar políticas que visem eliminar a discriminação contra a mulher e assegurar sua participação nas atividades políticas, econômicas e culturais do país, as conselheiras elaboraram um novo projeto de lei para o Conselho, que foi enviado pelo Poder Executivo para aprovação na Câmara Municipal de Sorocaba. Tal projeto de lei recebeu o número PL 148/2017.

Apesar do projeto de lei visar apenas à transformação do Conselho de consultivo para deliberativo, garantindo assim que as mulheres da cidade tivessem autonomia e poder de decisão em relação à escolha de sua presidente, ampliando democraticamente a participação de

todas as mulheres, e que o Conselho tivesse maior efetividade para realizar a proposição e a aprovação de políticas públicas relacionadas à Saúde, Educação, Cultura, Segurança, Participação Cidadã, Esporte e Lazer. O projeto foi recepcionado por parte dos vereadores como uma ameaça aos interesses cristãos da tradicional família sorocabana, uma afronta à moralidade, pois incluía em sua legislação todas as dimensões de classe, gênero e sexualidade.

A repulsa por parte da bancada evangélica e cristã da Câmara Municipal jamais se justificou, ainda mais por se tratar de um estado laico que não pode ficar à mercê de dogmas religiosos. A adequação da lei expressava exatamente os ditames legais do consagrado artigo 5º da Constituição Federal, que traz em seu bojo as concepções de igualdade entre os gêneros e o respeito à dignidade humana, e também a definição consagrada na lei Federal 11.340/2006 em seu artigo segundo que:

Toda mulher, independentemente de classe, raça, etnia, orientação sexual, renda, cultura, nível educacional, idade e religião, goza dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sendo-lhe asseguradas as oportunidades e facilidades para viver sem violência, preservar sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual e social. (BRASIL, 2006)

Nesse sentido, é fundamental destacar que o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher tem o objetivo de deliberar, exigir a normatização, fiscalizar e executar políticas relativas aos direitos da mulher. Centro permanente de debates entre os vários setores da sociedade, atuando com os órgãos representantes da sociedade civil organizada e do governo, na busca de ações relevantes em favor da ampliação da cidadania das mulheres, respeitando, portanto, sua diversidade e especificidades.

Com a provação da nova legislação, o CMDM, que tornaria o Conselho da Mulher um órgão deliberativo, poderíamos propor a tão sonhada equidade entre os gêneros: uma tentativa de reparação histórica que busca eliminar ou amenizar toda e qualquer discriminação contra a mulher, a fim de estabelecer a igualdade entre os gêneros numa intersecção entre classe, raça, gênero e sexualidade, com base no reconhecimento das necessidades e características próprias de cada marcador social, considerando as desvantagens e vulnerabilidades que as mulheres enfrentam no coletivo.

A equidade de gênero que diz respeito a uma tentativa de reparação histórica que visa eliminar toda e qualquer discriminação contra a mulher, a fim de estabelecer a igualdade entre homens e mulheres com base no reconhecimento das necessidades e características próprias de cada gênero,

especialmente em relação à desvantagens e vulnerabilidades que as mulheres enfrentam enquanto grupo. (TAVASSI, 2021, n.p.)

A busca da equidade e o enfrentamento das desigualdades de gênero apresentam-se como um dos mais importantes desafios, que ao poder público compete responder, e a nós, mulheres, compete reivindicar e tornar realidade. Portanto a oposição à aprovação da lei do CMDM jamais se justificou, mas, mesmo assim, a ala conservadora evitou que o projeto fosse aprovado sem incluir profundas modificações ao projeto inicial, o que acabou por enfraquecer a lei e, mais uma vez, procurar tolher os direitos das mulheres.

Entre as modificações, foram incluídas: 1) a necessidade do Conselho da Mulher ser apenas presidido por uma representante do sexo feminino, excluindo assim da presidência mulheres trans, que acabavam de ser incluídas para participar como conselheiras nos termos da lei; e 2) a necessidade de uma alternância de mandatos para presidente de pessoas da sociedade civil e poder público, clara medida impositiva que buscou o controle através do cabresto do Poder Executivo.

Houve claro e merecido inconformismo do movimento de mulheres a essa tentativa obscena de barrar os avanços da legislação, para criar um Conselho forte, fiscalizador e disposto a acolher todas as mulheres, aquelas que nasceram ou que se sentiam mulheres, e isso despertou a ira da ala conversadora do Legislativo Municipal sorocabano.

Como há algum tempo não se via, o movimento de mulheres em Sorocaba se uniu para aprovar a nova legislação do Conselho dos Direitos da Mulher de Sorocaba, a união contou com o apoio declarado de 70 entidades que representam os mais diversos e plurais segmentos de mulheres, numa verdadeira tradução de interseccionalidade<sup>20</sup>, gerando uma força revolucionária em nossa urbe capaz de barrar o retrocesso pretendido e aprovar a legislação de recriação do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, que passou a ser deliberativo e efetivamente plural.

Segundo Crenshaw (2002), sobre o conceito de interseccionalidade assim dispõe:

[...] uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da

---

<sup>20</sup> O conceito de interseccionalidade foi cunhado pela advogada Kimberlé Crenshaw, em 1989, ao perceber que, em determinadas situações, há uma intersecção entre diferentes identidades sociais, e quando isso ocorre, a discriminação assume características singulares.



subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento. (CRENSHAW, 2002 apud RIOS e SILVA, 2015, p. 19)

Ângela Davis (2016) ensina que, além de simplesmente ocupar os espaços, é necessário um real comprometimento em romper com as lógicas opressoras. Nesse sentido, foi a luta pela aprovação da lei, que durou até o novo pleito eleitoral, que se consagrou mais uma vez a nossa união.

Após 30 anos de existência, na data de 15 de janeiro de 2018, elegemos, através de eleição direta, as 20 conselheiras (entre titulares e suplentes) da sociedade civil para fazer parte do binômio 2018/2020 do CMDM. Entre estas, a primeira mulher trans conselheira de um Conselho Municipal de Direitos da Mulher, a conselheira Thara Wells.

*A minha presença no Conselho já é uma forma de marcar território. Mas devido à minha rotina, não consegui contribuir tanto quanto eu queria contribuir, porque eu vejo que a coisa é muito gigante. Mas acho que o fato de quanto eu saio numa foto, enquanto conselheira, ou quando participo de uma atividade, ou quando, por exemplo, as mulheres lembram que tem uma mulher trans ali, eu acho que isso é muito representativo.*

...

*O Conselho da Mulher é muito potente pra isso, com todas as mulheres que estão ali, cada uma do seu segmento, dentro das suas profissões, das suas contribuições. São mulheres que podem debruçar sobre essas questões. É uma tarefa pra ontem. Eu espero que eu consiga inspirar outras mulheres trans a participar do Conselho. Acho muito legal também que uma mulher trans consiga ser presidente do Conselho, mesmo sabendo que não será uma tarefa fácil. Posso dizer que fui bem recebida no Conselho, algumas mulheres eu já conhecia do Promotoras Legais Populares, outras eu conheci das redes sociais ou de amigos em comum. Então, para mim, enquanto cultivar as relações, foi perfeito. E outras mulheres que eu acabei conhecendo e admirando também, isso eu espero levar pela vida toda. Eu tenho um sonho de fazer com que o Conselho consiga chegar nessa desconstrução da mulher biológica, dessa desconstrução que a mulher trans parece que é obrigada a corresponder que é não ter nascido mulher, mas sim, ter se tornado mulher. (Thara Wells, em entrevista à autora, em 20/08/2020).*

Através da nossa luta e união, também conseguimos, pela primeira vez, escolher a nossa presidenta de forma direta e sem a imposição de uma lista tríplice que fosse submetida ao chefe do Poder Executivo local. Naquele 15 de janeiro de 2018, me elegi a primeira presidente eleita do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Sorocaba com a certeza de que o maior objetivo do Conselho de Direitos é o controle social.

**Figura 19:** Votação - Eleição 2018 - CMDM



Fonte: Acervo do CMDM de Sorocaba, 15/01/2018.

**Figura 20:** Eleição para presidência - CMDM 2018



Fonte: Acervo do CMDM de Sorocaba, 15/01/2018.



**Figura 21:** Posse da gestão 2018-2020 - CMDM

Fonte: Acervo do CMDM de Sorocaba, 2/02/2018.

O grande diferencial do antigo Conselho e do novo é a oportunidade de opinião que a mulher teve para decidir os direitos e deveres que o poder público impõe. As mulheres precisam ocupar todos os espaços de poder, e o CMDM é um deles.

*O Conselho sempre foi um Conselho de mulheres da alta sociedade da cidade, a gente sempre acompanhou muito de fora. Essa é uma gestão muito especial, porque hoje é de todas, e é plural, e realmente dialoga com as pautas da mulher em geral. O Conselho sempre foi um local onde estavam as maiores socialites da cidade. E a gente sabe que nos momentos de lutas, dificilmente a gente tinha o Conselho com a gente. Quando o “pau tora” lá na quebrada, a gente sabe quem tá e quem não tá. Isso não deixa de ser uma construção. A gente precisa se aproximar e entender.... A Rosângela Alves também sempre foi a mulher que me dizia: “você tem que ocupar os espaços”. A gente precisa estar presente, porque também é nosso lugar. Nós estamos lidando com algo cultural, onde nós nunca tivemos. Eu participei desse processo de construção desse Conselho, da lei nova do Conselho. Esse movimento teve que acontecer por causa de algumas situações que gente vinha vivendo há algum tempo na cidade. Chegou o momento em que a gente teve que realmente se juntar pra brigar mesmo por algumas melhorias, pelos direitos da mulher na cidade. Então, o “Mulheres em movimento” surgiu exatamente por algumas demandas que estávamos tendo na cidade que é o de sempre: a gente vive numa cidade extremamente machista, individualista, que não respeita mulher e que também não facilita para que nossos direitos sejam garantidos. Então, surgiu de uma forma muito bacana, e a minha participação nesse processo foi de trazer as mulheres do gueto para fazê-las entenderem que precisamos estar ali no*

*lugar de discussão. O dia da eleição foi um marco, porque foi algo assim, real. Eu acho que também, no Conselho, nunca existiu uma eleição como a gente teve, com a quantidade de mulher que votou. Nós fizemos uma mobilização muito grande, que é reflexo desse movimento e desse trabalho em conjunto com algumas lideranças da cidade, mulheres de toda cidade, de todos os tons, de todas as religiões, lutando por um só objetivo. E um deles também era essa reforma do Conselho que era emergencial e hoje a gente sabe o quanto valeu a pena cada esforço nosso. Eu pensava: “será que esse é meu lugar?” Eu sempre tive as minhas parceiras de vida comigo, a todo tempo me aconselhando, mas eu pensava: “ah, mas eu não estou preparada!” Então, são essas irmãs que a ancestralidade coloca na nossa caminhada que dão força mesmo. E eu fui, deu certo. Sabe, é estranho e assustador, porque a gente não tem noção do tamanho que a gente é. A gente vai fazendo, encaminhando e as coisas vão acontecendo e não temos noção da importância que as pessoas dão pra gente, para nossa história. Foi bem conturbado esse processo de eleição, a gente já esperava isso. A disputa existe em todos os movimentos, não só no movimento negro ou no movimento de mulheres. Ela existe e isso é característico do ser humano. E, eu fiquei muito feliz, e assustada mesmo pela minha eleição, porque é muita responsabilidade você ocupar uma cadeira do Conselho. Nós somos o segundo Conselho mais antigo do país. É uma responsabilidade pela quantidade de votos que eu tive, foram muitos votos, teve uma diferença de votos bem grande. Mas isso aconteceu porque as lideranças entenderam que eu teria que estar lá, que eu seria o ideal para aquele momento e aquela gestão, representando o movimento negro. E aí, foi, mais uma vez, um trabalho de equipe, no qual não só eu, mas também diversas lideranças mulheres trabalharam para que eu fosse legitimada nessa ida ao Conselho. Foi assim, uma junção de sensações, muita alegria, mas ao mesmo tempo, um certo medo pela responsabilidade. A gente, às vezes, tem o medo de não render, de não conseguir segurar o “reggae”, mas foi muito bacana. Vem sendo muito confortável pra mim estar no Conselho, porque eu tenho as minhas amigas ali sendo um alicerce. Então, quando tem as mais velhas como você, fica um pouco mais tranquilo. Mas a responsabilidade, a gente sabe que existe, porque falamos da representatividade de um movimento que, antes dessa gestão, a gente não tinha representatividade, não tinha voz. Então, hoje, eu falo de uma gestão de muita coragem. Você precisa ter coragem para pautar a mulher negra, pra ter uma mulher negra, periférica. Em alguns momentos, a gente precisa ser um pouco forte em algumas ações, algumas vezes, polêmicas também. É uma gestão que precisa de muita coragem, as pessoas precisam ter coragem pra tocar isso. Vem sendo confortável, mas ao mesmo tempo, vem dando resultados, porque é uma gestão muito unificada que entende o quanto é importante evidenciar a pauta da mulher. (Drika Martim, em entrevista à autora, em 6/01/2021)*

O Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, após atuar muitos anos como órgão consultivo, entrou em 2018 como órgão deliberativo, dando oportunidade para que a sociedade civil pudesse pautar a política pública que ela quer no município: ganhou autonomia e poder de efetividade, o que é primordial num cenário de retrocessos,

principalmente após o golpe de 2016, que retirou do poder a primeira mulher democraticamente eleita pelo voto popular da presidência da república.

Assim como o golpe foi sexista, o novo governo que chegou ao poder em 2019 também apresenta um discurso que se baseia no preconceito e na discriminação sexual. Há claramente um temor diante de possíveis retrocessos a direitos conquistados pelas mulheres brasileiras depois de muita luta. Foi através da luta e da união das mulheres que o feminismo avançou, ao longo dos anos, mas a consolidação dos nossos direitos precisa ser efetivada.

Os Conselhos Populares e de Direitos servem tanto para realizar o controle social frente ao poder público, como para pautar as demandas políticas. São movimentos da sociedade civil que atuam em conjunto com o poder público, e por isso de extrema importância para a sociedade. Verdadeiros oásis da nossa frágil democracia mereciam ser valorizados, mas vemos o interesse crescente no boicote desse mecanismo de participação e controle social do Estado. A história de luta para recriação do Conselho dos Direitos da Mulher de Sorocaba foi exemplo disso.

**Figura 22:** Manifestação para aprovação da Lei do Conselho Municipal de Sorocaba



Fonte: Acervo do CMDM de Sorocaba, 20/09/2017.

Contando com o apoio de diversos movimentos e coletivos de mulheres de Sorocaba, o CMDM, nos anos de 2018 a 2020, realizou diversas atividades, eventos, atos, palestras, cursos e buscou fiscalizar e articular a implementação de políticas públicas para as mulheres em nosso município.

Como destaque de algumas lutas e conquistas, projetos e atividades: implementação do Fundo do Conselho; instalação do Plantão 24 horas na Delegacia de Defesa da Mulher de Sorocaba; atividade anual da Campanha dos 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres; Campanha permanente pelo fim da violência contra as mulheres com a elaboração de material de apoio como folhetos, cartilha, divulgação em redes sociais, etc.; realização da 5.<sup>a</sup> Conferência Intermunicipal da Região Metropolitana de Sorocaba de Políticas Públicas para mulheres, em parceria com a prefeitura de Sorocaba, por meio da Secretaria da Cidadania e Participação Popular (SECID), e com as prefeituras de Araçariguama, Salto e Votorantim, realizada no dia 7 de dezembro de 2019; homologação de um calendário oficial com datas importantes da luta feminista em especial a celebração do dia 25 de julho – Dia Internacional da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha “Tereza de Benguela” –, em parceria com o Conselho Municipal de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra; Atos contra o feminicídio e a opressão contra a mulher.



**Figura 23:** Campanha dos 16 dias de ativismo pelo fim da violência contra a mulher



Fonte: Acervo do CMDM de Sorocaba, 25/11/2018.



**Figura 24:** Ato contra o feminicídio



Fonte: Acervo do CMDM de Sorocaba, 6/01/2018.

**Figura 25:** Ato contra o Estado opressor



Fonte: Acervo do CMDM de Sorocaba, 10/02/2020.



**Figura 26:** Reunião gestão 2018-2020 CMDM



Fonte: Acervo do CMDM de Sorocaba, 19/09/2019.

Em dois anos da nova gestão, nem tudo foram flores. Ainda lutamos pelo direito de existir em sociedade, muitas mulheres não se sentem pertencentes ao Conselho. Seguimos na luta por pertencimento, pois a nossa cultura patriarcal, sexista, racista e conservadora não nos permite pertencermos a determinados espaços de poder (institucionalizados ou não).

*Acredito que o Conselho quebra paradigmas, mas sinto muita falta de o Conselho realmente atingir as mulheres que não conseguem participar das reuniões. Aquela mulher que é refém dos afazeres domésticos, da periferia, que eu acho que o Conselho não chegou nela ainda. E também a mulher trans, ela ainda não conseguiu ver que o Conselho da Mulher é um espaço dela, um espaço que ela pode procurar. Eu acho que o Conselho tem que ser um fio condutor entre essas mulheres vulneráveis que a gente não consegue alcançar, porque quando você faz uma palestra essa mulher que eu citei da periferia, ela não vai poder ir. Ou quando você faz uma reunião, a mulher trans, que já está chegando da rua, também não consegue participar. Muitas mulheres que são violentadas não acreditam na política pública que vai tirá-la desse sofrimento. A gente sabe que tem todo um protocolo de atendimento da mulher vítima de violência doméstica, mas eu acho que não tem depois uma continuidade disso, porque a mulher que é vítima de violência, ela pode*

*ir pra um abrigo. E aí, eu fico pensando que isso não é permanente, depois ela vai ter que trabalhar, porque a gente vive numa sociedade capitalista, o filho vai ter que estudar, uma hora ela vai ter que botar a cara na rua como vai ser?! O Conselho da Mulher é muito potente pra isso, com todas as mulheres que estão ali, cada uma do seu segmento, dentro das suas profissões, das suas contribuições. São mulheres que podem se debruçar sobre essas questões. É uma tarefa pra ontem. (Thara Wells, em entrevista à autora, em 20/08/2020)*

Segundo Thara Wells, a importância de estar num Conselho Municipal dos Direitos da Mulher é uma luta por pertencimento, não por inclusão, porque se você pertence a um espaço você não precisa pedir para estar ali, porque aquele lugar também é seu.

*Eu nunca tinha ouvido falar do Conselho da Mulher. Aí depois que eu fiz o curso de promotoras legais populares, que é um curso de empoderamento da mulher do qual participei da primeira turma de mulheres trans do PLP (Promotoras Legais Populares), eu fui abraçada pelo movimento de mulheres, reconhecendo a minha identidade enquanto mulher também, e até como aliada, porque, como eu sempre digo, somos vítimas do mesmo vilão que é o machismo.*

...

*E a gente vê que é tão frágil a situação das mulheres trans na nossa sociedade, no que tange ao seu direito, à sua garantia de direito, à sua existência, sobrevivência. E vi que muitas pessoas não acreditavam e também sabiam, mas não estavam nem aí para a importância de ter uma mulher trans enquanto conselheira titular do Conselho da Mulher. Quando cheguei no Conselho eu já esperava certa resistência, porque pela minha vivência eu esperava, até mais do que vi e do que aconteceu. A gente vive numa sociedade que não é chique ser preconceituoso, a gente vê, às vezes, os olhares das pessoas, elas meio que questionam: “o que você está fazendo aí?”, “aí não é o seu lugar”, esquecendo tudo que orbita em torno da existência trans. Eu consigo perceber nos olhares das pessoas, nas falas. Tanto que, teve uma pessoa citando outra trans, já deslegitimando a sua identidade e aí a gente propôs o curso de formação, pra que a pessoa entenda que ninguém tem que aceitar ninguém, mas que respeitar é um ato constitucional, tem que respeitar as pessoas, independente do que elas são fora dali, ou enfim, da vida delas. Para mim, foi bem revelador. Até conviver com mulheres plurais, de pensamentos plurais, a gente é unida, tinha que ser. Tem que ser, em torno de uma ideia, de uma luta. A minha presença no Conselho já é uma forma de marcar território. (Thara Wells, em entrevista à autora, em 20/08/2020)*

Diante da legislação, o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (CMDM) é um órgão de deliberação coletiva, com autonomia administrativa e financeira, que tem por finalidade promover os direitos humanos das mulheres, visando eliminar todas as formas de discriminação, assegurando-lhe condições de liberdade e de igualdade de direitos, bem como sua plena participação nas atividades políticas, econômicas, sociais e culturais do município. Ocorre que, para que esse órgão tenha efetividade, precisamos ultrapassar a etapa de lutar pelo



direito de ter direitos: representatividade e pertencimento são fundamentais para alcançamos justiça de gêneros. Sem isso, continuamos apenas reproduzindo os mesmos conceitos impostos pelo patriarcado.

A propósito, como teoriza Marcia Tiburi (2018), não há patriarcado que não seja racista e não seja capitalista, talvez por isso o patriarcado, versão de gênero do capitalismo e do racismo, sempre privou as pessoas de sua expressão própria.

Dessa forma, não podemos cair na armadilha de que existe uma hierarquia de opressões. Audre Lorde (1982 apud TIBURI, 2017) nos ensina que lutar pelo direito das mulheres é lutar por todos aqueles que também são oprimidos. A luta contra a opressão deve ser de todos. E se é de todos, ninguém deve ser apagado nessa luta.

Milton Santos, em seu livro *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*, diz que:

A identidade, o sentimento de pertencimento e o acúmulo de tempos e histórias individuais constituem o lugar. Este guarda em si o seu significado e as dimensões do movimento da história, apreendido pela memória, através dos sentidos. Há uma multiplicidade de relações e especificidades. (MOREIRA, Erika e HESPANHOL, Aparecida, 2007, p.54)

As mulheres lutam por um pertencimento a um lugar, que é a cidade, o estado, o país, e também por um espaço político que lhe dê voz e vez: para nós esse espaço é o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Sorocaba.

Por isso é tão importante, dentro do Conselho da Mulher de Sorocaba a ideia de que *mexeu com uma, mexeu com todas*, pois essa é a potência do pertencimento.

## Considerações finais

### Mexeu com uma, mexeu com todas

*É uma aliança fraterna, esculpida com os elos das nossas histórias, com as lágrimas e dores de nossa memória. Viemos porque é urgente, imperiosa, a construção de um novo palco, onde nunca estivemos, pois não nos contemplaram. Agora, nós somos protagonistas de um novo espetáculo, onde nossa energia psíquica é onda alta, é luz, consciência viva iluminando um chão sagrado, que se abre aos nossos passos, fecundando novas sementes, florescidas, amadurecendo as raízes das nossas escolhas, por uma vida sem máscaras. Vida de coragem, de novas descobertas, sem fronteiras. Vida liberta. Vida liberta de preconceitos.*

Elisa Gomes, 2019.

Esta frase dita pela primeira presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Sorocaba/SP (CMDM) resume o significado do Conselho e a razão que me fez realizar esta pesquisa: uma verdadeira aliança entre as mulheres. Elisa Gomes faleceu meses depois, aos 83 anos, em 22 de agosto de 2019, e com sua partida cresceu em mim a necessidade de contar a história desse Conselho, que é um dos mais antigos Conselhos de Direitos de Mulheres do Brasil.

Assim, a partir das memórias das mulheres conselheiras entrevistadas, procurei desvendar o cenário no qual se desenvolveram os acontecimentos marcantes na luta dos direitos das mulheres na cidade de Sorocaba, que expressam também fragmentos da luta pelos direitos das mulheres no Brasil e no mundo: uma pequena história dos feminismos através dessas reminiscências vivenciadas dentro do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher De Sorocaba.

O objetivo geral da pesquisa foi analisar a relação existente entre as ações do CMDM, como um espaço conflituoso de luta e resistência a partir da interseccionalidade de classe, raça e sexualidade e a construção de políticas públicas para as mulheres sorocabanas.

Como objetivos específicos, o trabalho buscou compreender: a história da criação dos Conselhos de Mulheres no Brasil; compreender como se deu a institucionalização do movimento de mulheres e a importância dos Conselhos Municipais de Direitos da Mulher; e apreender a história do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Sorocaba.

Para desvendar os objetivos propostos, a metodologia da história oral foi utilizada. Além de considerar minhas próprias memórias, entrevistei seis mulheres que participaram efetivamente da vida do CMDM.

As trajetórias pessoais dessas conselheiras foram registradas e analisadas com o objetivo de investigar e inter-relacionar percursos individuais e processos coletivos. Essa escuta auxiliou na compreensão da potência desse lugar, compreender o cenário no qual se desenvolveram os principais e marcantes acontecimentos na luta pelos direitos das mulheres na cidade de Sorocaba, que até hoje, reverberam no nosso cotidiano.

Optei pela metodologia da história oral para partir de uma fonte histórica – a memória –, por meio do depoimento oral dessas mulheres que estiveram à frente e participando do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Sorocaba, e que através dele se descobriram feministas, militantes de causas importantes como a luta antirracista, formando inclusive outros movimentos de mulheres, como o MOMUNES – Movimento de Mulheres Negras de Sorocaba.

Os Conselhos são fruto da organização e das lutas sociais que ganharam espaço ainda na luta pela redemocratização do País após a década de 1970. Surgem como mecanismos de participação e de legitimidade social (maria da Gloria Gohn, 1995). E entram em cena na institucionalidade democrática, como mecanismos institucionais de participação da sociedade civil organizada como advento da Constituição de 1988 que cria as condições jurídico-políticas para o exercício da funcionalidade do controle social e de participação social na gestão da coisa pública.

A criação de Conselhos e até de Ministérios que se ocupassem exclusivamente das questões referentes à mulher como bem apontou Céli Jardim Pinto (2003), nunca foi uma ideia consensual no movimento feminista. O medo era de que a incorporação do tema à pauta oficial dos governos remeteria a uma institucionalização do movimento de mulheres, que estariam subjugadas ao aparato estatal perdendo sua autonomia, inclusive em relação aos partidos políticos.

Então, sim, há limites para a atuação do CMDM às vezes intransponíveis: a proximidade com o poder público pode ajudar nessa atuação ou simplesmente acabar com qualquer possibilidade.

Frente a essas ameaças, é de suma relevância fortalecer e fomentar a criação de novos Conselhos de Direitos da Mulher, principalmente os municipais, por meio de estrutura física e financeira, com previsão legal e dotação orçamentária própria, cujo repasse deve ser feito através de fundo específico previsto em lei.

Ao longo de sua existência de 33 anos, o CMDM passou por mudanças significativas, enfrentou o processo da institucionalização, se enfraqueceu, se reinventou, buscou se fortalecer, abriu espaços para realizar novas ações, e tem buscado resistir aos obstáculos impostos que persistem no caminho da integração da mulher ao desenvolvimento pleno de sua cidadania. Mas, antes de tudo, o CMDM tem tentado se afirmar como um espaço de controle social capaz de fiscalizar ações necessárias para assegurar os direitos das mulheres de modo a “facilitar a participação, a inclusão, o trabalho, a autonomia social, econômica, política e cultural das mulheres nem nosso município”.

Não se pode olvidar que os conselhos municipais exercem o relevante papel de controle social que tem, precipuamente, caráter de participação popular nas políticas sociais, de modo amplo, além de contribuírem para o aprimoramento das políticas públicas, e da tarefa, propriamente dita, de fiscalização: se destinam a ser espaços institucionais fundamentais para a construção democrática das políticas públicas e o exercício da participação e legitimidade social.

Mas como exigir políticas públicas de um governo que não nos legitima, ao contrário, fortalece e banaliza a desigualdade entre os gêneros? Como exigir políticas públicas para as mulheres sem a participação da mulher nos espaços de poder?

Vivemos hoje no país uma situação de quebra do estado democrático de direito, de afronta a direitos adquiridos, e uma marcha a um feminismo liberal que prega a meritocracia e não a verdadeira emancipação da mulher, que deve se dar de forma coletiva e plural.

Os direitos das mulheres, a cada dia, sofrem ameaças reais, e não podemos olvidar que só existe democracia e justiça social com garantia dos direitos humanos às mulheres em sua diversidade.

Nós, mulheres, transpusemos a etapa de lutar pelo direito de ter direitos! E agora, neste momento de retrocessos, devemos lutar pela efetivação desses direitos. Queremos justiça de gêneros. Portanto, ocupar espaços de poder é uma necessidade, e o Conselho Municipal dos

Direitos da Mulher é um desses espaços. O CMDM é um órgão de deliberação coletivo, representado por mulheres diversas, cuja participação efetiva através de seu controle social significa um passo importante para enfrentar as desigualdades de gênero, de raça e classe social, que resultem em políticas inclusivas a partir da ampla participação das mulheres.

Questões de gênero em nossa cidade enfrentam posicionamentos teocráticos intransponíveis. Sorocaba elegeu uma bancada legislativa ultraconservadora, e não avançou na representação de mulheres em seu Legislativo. A cada dia, nos deparamos com projetos de lei<sup>21</sup> impondo limitações a nossas vidas e corpos, e outros que visam impossibilitar uma educação para a diversidade que crie condições de convívio com as diferenças.

As mulheres e outros grupos são reiteradamente expostos a violações de direitos, agressões físicas e verbais e discriminações de todo tipo. Suas diferenças convertem-se em reais desigualdades, inclusive incorporadas pelo discurso que embasa o sucateamento e desmantelamento de políticas públicas voltadas às questões de gênero, refletindo nos altos índices de violência.

Nossa luta é constante, é no dia a dia. Não há espaço para rivalidades, precisamos caminhar juntas, mais que nunca. Temos o direito de nos sentirmos seguras e livres de qualquer violência ou opressão, por isso é tão importante essa aliança fraterna sonhada por Elisa Gomes, uma aliança entre mulheres, esculpida com os elos das nossas histórias, com as lágrimas e dores de nossa memória para que possamos ser protagonistas de um novo espetáculo, fecundando novas sementes, amadurecendo nossas escolhas, para uma vida sem máscaras. Vida de coragem. Vida liberta. Vida liberta de preconceitos.

Apesar de vivermos um momento histórico de retrocesso a direitos e liberdades, nosso Conselho é de todas!

Nós fomos as protagonistas da nossa história, tenho muito orgulho de poder caminhar nessa luta com cada uma das mulheres que compõem o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Sorocaba, mesmo diante de todas as disputas e frustrações, dos antagonismos das brigas políticas e partidárias. Mas sei que nós somos o resultado da luta de muitas, e que toda

---

<sup>21</sup> Vide Projeto de Lei n° 121/2021 que cria no âmbito do Município de Sorocaba o “Dia da Família tradicional e o Projeto de Lei Projeto de Lei n° 367/2019, da Frente Parlamentar em Defesa da Vida e da Família, institui a Semana da Conscientização Contra o Aborto, a ser realizada na segunda semana do mês de agosto, e dá outras providências. APENSADO o Projeto de Lei n°. 53/2021, de Edil José Vinícius Campos Aith, institui o Dia Municipal em Defesa da Vida e Contra o Aborto, e dá outras providências.

luta é precedida de dor e lágrimas, e elas são necessárias para fecundar um novo palco que outras virão para brilhar.

Tenho certeza que esta pesquisa não se encerra trazendo todas as respostas, e que muitas outras são necessárias para trazer luz às memórias escondidas dessas mulheres de luta, e é por isso que seguiremos lutando pela construção de políticas públicas inclusivas a partir da ampla participação das mulheres. Respeitando nossos diferentes modos de ser mulher, mas numa única causa: só assim nos tornamos gigantes e donas do nosso próprio destino.

## REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. **Narrativas na história oral** (Proposta de Simpósio Temático apresentada à Associação Nacional de História – ANPUH, com vistas à participação no XXII Simpósio Nacional de História, a se realizar em João Pessoa, PB, 27 jul-01 ago de 2003). Boletim Eletrônico da ABHO – Especial nº 1, nov. 2002.

ARZABE, Patrícia Helena Massa. **Conselhos de direitos e formulação de políticas públicas**. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/textos/po16/12/2019liticapublica/patriciamassa.htm>. Acesso em: 13 dez. 2019.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BRASIL. **Lei 11.340** de 7 agosto de 2006, que cria mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da **Constituição Federal**. 2013. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm). Acesso em: 28 nov. 2019.

BRASIL. **Plano Nacional de Políticas Públicas para Mulheres**. 2013-2015. Disponível em: [https://oig.cepal.org/sites/default/files/brasil\\_2013\\_pnpm.pdf](https://oig.cepal.org/sites/default/files/brasil_2013_pnpm.pdf). Acesso em: 13 jan. 2020.

CARNEIRO, Sueli. **Mulheres em movimento**. fev. 2003. 20/02/2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/Zs869RQTMGGDj586JD7nr6k/?lang=pt>. Acesso em: 04 out. 2020.

CAVALHEIRO, Carlos Carvalho - **Sorocabana mulher operária**. Ano II, 13/09/2003. Disponível em: <http://anovademocracia.com.br/no-13/1006-sorocabana-mulher-operaria>. Acesso em: 15 ago. 2019.

CNDM – Breve Histórico – Site da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/dh/cc/2/controle.htm>. Acesso em: 13 jul. 2020.

CONTROLE Social e Conselhos de Direitos no Brasil - Módulo II. **Conselhos dos Direitos no Brasil**. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/dh/cc/2/controle.htm>. Acesso em: 13 jul. 2020.

CONVENÇÃO Interamericana de Direitos Humanos. Belém do Pará, 1994. Disponível em: <http://www.cidh.org/basicos/portugues/m.belem.do.para.htm>. Acesso em: 07 nov. 2020

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe** (1981). Boitempo, 2016.

DESSOTTI, Isabel Cristina Caetano. **A educação operária no final do XIX e início do XX em Sorocaba sob o olhar da imprensa: o escrito e o silenciado**. 2017. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas-Unicamp, Campinas, 2017. Disponível em: [http://repositorio.unicamp.br/jspui/bitstream/REPOSIP/325324/1/Dessotti\\_IsabelCristinaCaetano\\_D.pdf](http://repositorio.unicamp.br/jspui/bitstream/REPOSIP/325324/1/Dessotti_IsabelCristinaCaetano_D.pdf). Acesso em: 07 jan. 2020.

ESTADÃO Conteúdo. Governo não faz repasses à programa de combate à violência contra a mulher. 4/02/2020. **Revista Exame**. Disponível em: <https://exame.com/brasil/governo-nao-faz-repasses-a-programa-de-combate-a-violencia-contra-a-mulher/>. Acesso em: 04 fev. 2020.

FONSECA, Rosa Maria Godoy Serpa da. Gênero como categoria para a compreensão e a intervenção no processo saúde-doença. PROENF- Programa de atualização em Enfermagem na saúde do adulto. Porto Alegre: Artmed/Panamericana, 2008, v. 3, p. 9-39.

GOHN, Maria Gloria Marcondes. **História dos movimentos e lutas sociais**. São Paulo: Loyola, 1995.

GRECCO, Fabiana Sanches. Resenha da obra *O golpe na perspectiva de gênero*, de RUBIN Linda e ARGOLLO Fernanda (Orgs.). Revista **Miolo\_Rev\_Crítica\_Marxista-49**, p. 191-193, 2019.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. São Paulo: Martins Fontes, 2017.

INSTITUTO AzMina - **Uma mulher é morta a cada nove horas durante a pandemia no Brasil**. Disponível em: <https://azmina.com.br/reportagens/um-virus-e-duas-guerras-uma-mulher-e-morta-a-cada-nove-horas-durante-a-pandemia-no-brasil/> Acesso em: 08 mar. 2021.

MACHADO, Ricardo. A permanente necessidade de participação social na construção de políticas públicas. 25/05/2016. **Revista IHU online**. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/562731-a-permanente-necessidade-de-participacao-social-na-construcao-de-politicas-publicas>. Acesso em: 02 out. 2020.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. 2002. **Rev. Bras. Ci. Soc.** v. 17, n. 49. jun. 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/KKxt4zRfvVWbkbgsfQD7ytJ/abstract/?lang=pt> Acesso em: 02 out. 2020.

MELITO, Leandro. A ordem do dia é resistir: mulheres sempre precisaram lutar para defender suas vidas. 6/03/2020. **Brasil de Fato**. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/03/06/a-ordem-do-dia-e-resistir-mulheres-sempre-precisaram-lutar-para-defender-suas-vidas>. Acesso em: 06 mar. 2020.

MENDONÇA, Sana; SCHEFFEL, Lauren. **Moda de subculturas**. 2016. Disponível em: <http://www.modadesubculturas.com.br/2016/05/-historia-do-movimento-riot-grrrl-punk-feminismo.html>. Acesso em: 25 ago. 2020.

MENICUCCI, Eleonora. Prefácio, 2016. In TELES, M. A. A. **Breve história do feminismo no Brasil e outros ensaios**. São Paulo: Alameda, 2017.

MOREIRA, Erika Vanessa; HESPANHOL, Rosângela Aparecida de Medeiros. **O lugar como uma construção social, 2007**. Disponível em: [http://www2.fct.unesp.br/pos/geo/revista/artigos/6\\_moreira\\_e\\_hespanhol.pdf](http://www2.fct.unesp.br/pos/geo/revista/artigos/6_moreira_e_hespanhol.pdf). Acesso em: 04 out. 2021.



ONU alerta sobre retrocessos nos direitos fundamentais da mulher. 6/03/2015. **Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e Mogi das Cruzes**. Disponível em: <https://metalurgicos.org.br/noticias/onu-alerta-sobre-retrocesso-nos-direitos-fundamentais-das-mulheres/>. Acesso em: 25 nov. 2020.

PATAI, Daphne. **História oral, feminismo e política**. São Paulo: Letra e Voz, 2010. (Coleção Ideias).

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. Tradução: Viviane Ribeiro. Bauru, SP: EDUSC, 2005.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003 (Coleção História do Povo Brasileiro).

SILVÉRIO, Telma. **Luta pelos direitos das mulheres é permanente**. 27/07/2012. Disponível em: <https://www2.jornalcruzeiro.com.br/materia/405674/luta-pelos-direitos-das-mulheres-e-permanente>. Acesso em: 03 mar. 2020.

RELATÓRIO GLOBAL do UNIFEM aponta Lei Maria da Penha entre as três mais avançadas do mundo. 28/04/2010. Disponível em: [https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/arquivo/area-imprensa/ultimas\\_noticias/2009/04/not\\_rel\\_glo\\_do\\_unifem\\_apo\\_lei\\_mar\\_pen\\_ent\\_tre\\_mai\\_ava\\_mun](https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/arquivo/area-imprensa/ultimas_noticias/2009/04/not_rel_glo_do_unifem_apo_lei_mar_pen_ent_tre_mai_ava_mun). Acesso em: 28 nov. 2020.

RIOS, Roger Rauppp; SILVA, Rodrigo. Discriminação múltipla e discriminação interseccional: aportes do feminismo negro e do direito da antidiscriminação. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 16, Brasília, p. 11-37, jan./abril 2015.

RIZEK, Saliba Cibele. Sociedade civil e espaços públicos no Brasil: um balanço necessário. **Resenha. Revista Brasileira de Ciências Sociais**. v. 18, n. 51, fev. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/YqcKQ9mswmvsSvCDz9DQTTm/?lang=pt>. Acesso em: 06 dez. 2020.

RODRIGUES, Carla. **A revolução das mulheres. Emancipação feminina na Rússia soviética**. 20/05/2017. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/cultura/livros/critica-revolucao-das-mulheres-a-luta-contr-silencio-da-historia-21367554>. Acesso em: 08 mar. 2020.

RODRIGUES, Edgar. **Alvorada Operária: os congressos operários no Brasil**. Imprensa: Rio de Janeiro: Mundo Livre, 1979.

ROSSI, Amanda; CARNEIRO, Julia Dias; GRAGNANI Juliana. **#EleNão: A manifestação histórica liderada por mulheres no Brasil vista por quatro ângulos**. 30/09/2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45700013>. Acesso em: 25 nov. 2020.

RUBIN, Linda; ARGOLO Fernanda (Orgs.). **O golpe na perspectiva de gênero**. Salvador: Ed. Edufba, 2018.

SAFFIOTI, H. **Gênero, patriarcado, violência**. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SCHULZ, Rosangela; RODRIGUES, Dieni Oliveira; MENDES, Ana Cristina L. A atuação feminina nos Conselhos da Mulher: um estudo dos Conselhos de Pelotas e de Santa Cruz do Sul, RS. **Revista Debates**, Porto Alegre, v. 7, n. 3, p.149-168, set./dez. 2013.

SILVA, Jaqueline Maria Cavalcante da. **Controle Social das Políticas Públicas no Brasil: caminho para uma efetiva democracia**. 2010. Dissertação (Mestrado em Direito Constitucional. Universidade de Fortaleza. 2010.

SOUZA, Celina. **Políticas públicas: uma revisão da literatura**. 07/01/2008. **Dossiê Sociedade e Políticas Públicas • Sociologias** (16), dez. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/6YsWyBWZSdFgfSqDVQhc4jm/?lang=pt>. Acesso em: 02 out. 2020.

TAVARES, Maria Manuela Paiva Fernandes - **Feminismos em Portugal (1947-2007)**. 2008. Tese (Doutorado em Estudo sobre as Mulheres) – Universidade Aberta, Lisboa, 2008.

TAVASSI, Ana Paula et al. Politize! **Equidade de gênero: o que isso quer dizer?** Disponível em: <https://www.politize.com.br/equidade/blogpost/equidade-de-genero/>. Acesso em: 23 set. 2021,

TEDESCHI, Losandro Antonio. **Alguns apontamentos sobre história oral, gênero e história das mulheres**. Dourados, MS: Ed. UFGD, Dourados, 2014.

TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve história do feminismo no Brasil e outros ensaios**. São Paulo: Alameda, 2017.

TELES; Maria Amélia de Almeida; MELO, Mônica. **O que é violência contra a mulher**. São Paulo: Brasiliense, 2003.

TIBURI, Marcia. **Feminismo em comum: para todas, todes e todos**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

TIBURI, Marcia. Hierarquia de opressão: sobre o lugar da luta. 22/03/2017. **Revista CULT**. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/hierarquia-de-opressao-sobre-o-lugar-da-luta/>. Acesso em: 02 out. 2020.

TÓTORA, Silvana; CHAIA, Vera. Conselhos municipais e a institucionalização da participação: a região Metropolitana de São Paulo. In SANTOS JR., Orlando A.; RIBEIRO, L. C. Q.; AZEVEDO, S. (Orgs.). **Governança democrática e poder local**. Rio de Janeiro: Revan/Fase, 2004, p. 193-221.

VALENTE, Vanessa. **Sorocaba tem a primeira Delegacia da Mulher 24 horas do interior de São Paulo**. 30 jan. 2019. Disponível em: <https://agencia.sorocaba.sp.gov.br/sorocaba-tem-a-primeira-delegacia-da-mulher-24-horas-do/>. Acesso em: 08 mar. 2020.

## ANEXO I

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS – SOROCABA - DEPARTAMENTO DE  
CIÊNCIAS HUMANAS E BIOLÓGICAS / PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
EDUCAÇÃO

### **TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

**(Resolução 466/2012 do CNS)**

A contribuição do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Sorocaba para a efetivação da igualdade de direitos e oportunidade para as mulheres sorocabanas.

Eu, Emanuela Oliveira de Almeida Barros, estudante do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar (Sorocaba) o(a) convido a participar, de forma voluntária e anônima ao conceder-me uma entrevista, da pesquisa “A contribuição do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Sorocaba para a efetivação da igualdade de direitos e oportunidade para as mulheres sorocabanas”, orientada pela Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Viviane Melo de Mendonça.

O objetivo da pesquisa é entender como um conselho municipal de direitos pode ser um espaço de resistência e luta para os direitos das mulheres, bem como mostrar a contribuição do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Sorocaba na construção das políticas públicas para mulheres em sua diversidade e especificidades.

Você foi selecionado(a) por fazer parte da história deste conselho da cidade de Sorocaba/SP, cidade onde o estudo será realizado, a responder uma entrevista pouco estruturada com alguns tópicos sobre aspectos que envolvem o tema da pesquisa. A entrevista será individual e realizada no local que preferir. As perguntas não serão invasivas à intimidade, entretanto, caso a participação gere estresse e desconforto como resultado da exposição de opiniões pessoais em responder perguntas que envolvem as próprias ações, os participantes terão garantidas pausas, liberdade de não responder alguma pergunta e podem interromper a entrevista a qualquer momento.

Sua participação auxiliará na obtenção de dados que poderão ser utilizados para fins científicos, proporcionando maiores informações e discussões que poderão trazer benefícios para a área da

Educação, com construção de novos conhecimentos e identificação de novas alternativas e possibilidades para o ensino de Feminismos, Política e Gênero.

Sua participação é **voluntária** e a qualquer momento o (a) senhor (a) pode desistir e retirar seu consentimento. Sua recusa ou desistência não lhe trará nenhum prejuízo profissional, ou pessoal.

Todas as informações obtidas através da pesquisa serão confidenciais, sendo assegurado o **sigilo sobre sua participação em todas as etapas do estudo**. Caso haja menção a nomes, a eles serão atribuídas letras, com garantia de **anonimato** nos resultados e publicações, impossibilitando sua identificação. Ainda, solicito sua autorização para gravação em áudio das entrevistas. As gravações realizadas durante a entrevista serão transcritas e utilizadas apenas para fins científicos.

Você receberá uma via deste termo, a ser assinado por você, pela pesquisadora e orientadora, onde constam os contatos das pesquisadoras. Se você tiver qualquer problema ou dúvida durante a sua participação na pesquisa poderá comunicar-se por qualquer um dos contatos abaixo a qualquer momento.

---

Emanuela Oliveira de Almeida Barros – Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação

Universidade Federal de São Carlos (UFSCar/Sorocaba) / Telefone: (15) 997758886 - E-mail: manuoa@gmail.com

---

Profa. Dra. Viviane Melo de Mendonça (Orientadora)

Departamento de Ciências Humanas e Educação /Universidade Federal de São Carlos (UFSCar/Sorocaba) / Telefone: (15) 981290123 / E-mail: viviane@ufscar.br

**Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar.**

Sorocaba/SP \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

---

Nome do(a) participante

---

Assinatura do(a) participante